



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO)
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MANOEL MARÇAL RODRIGUES NETO

**A MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO - CAMPUS CERES COMO ESPAÇO
FORMATIVO: MEMÓRIAS DE EGRESSOS**

CERES - GO

2024

MANOEL MARÇAL RODRIGUES NETO

**A MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO - CAMPUS CERES COMO ESPAÇO
FORMATIVO: MEMÓRIAS DE EGRESSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador:

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Linha de Pesquisa:

Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

CERES - GO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

R696m

Rodrigues Neto, Manoel Marçal.

A moradia estudantil do IF Goiano – Campus Ceres como espaço
formativo: memórias de egressos [manuscrito] / Manoel Marçal Rodrigues
Neto. – Ceres, GO: IF Goiano, 2024.

129 fls. : tabs.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2024.

1. Moradia Estudantil. 2. Egressos. 3. Memória. 4. Educação Profissional
e Tecnológica. I. Souza, José Carlos Moreira de. II. Título. III. Instituto
Federal Goiano.

CDU 37.04:377(817.3)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 27/2024 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

GUIA DO ESTUDANTE RESIDENTE

Autor: Manoel Marçal Rodrigues Neto

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 30 de outubro de 2024.

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Presidente da Banca e Orientador

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Profª. Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues

Avaliadora Interna

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Profª. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Avaliadora Externa

Universidade do Estado da Bahia

Profª. Dra. Paulie Ceres Palasios

Avaliadora Externa Suplente

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Documento assinado eletronicamente por:

- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2024 16:09:16.
- Paulie Ceres Palasios, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2024 16:11:30.
- Rhanya Rafaella Rodrigues, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC0001 - CCPROFEPT-, em 30/10/2024 16:40:52.
- Sônia Maria Alves de Oliveira Reis, Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - Professor Avaliador de Banca - Universidade do Estado da Bahia (14485841000140), em 04/11/2024 15:33:51.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 639207

Código de Autenticação: 24770dfcb3



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 28/2024 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

A MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO - CAMPUS CERES COMO ESPAÇO FORMATIVO: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES EGRESSOS

Autor: Manoel Marçal Rodrigues Neto
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 30 de outubro 2024.

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Profª. Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues

Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Profª. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Avaliadora Externa
Universidade do Estado da Bahia

Profª. Dra. Paulie Ceres Palasios

Avaliadora Externa Suplente
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Documento assinado eletronicamente por:

- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2024 16:13:52.
- Rhanya Rafaella Rodrigues, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC0001 - CCPROFEPT, em 30/10/2024 16:40:38.
- Paulie Ceres Palasios, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2024 17:21:34.
- Sônia Maria Alves de Oliveira Reis, Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - Professor Avaliador de Banca - Universidade do Estado da Bahia (14485841000140), em 04/11/2024 15:32:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 639210
Código de Autenticação: 28e95f8a16



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 2/2025 - GAE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO



Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

<input type="checkbox"/> Tese (doutorado)	<input type="checkbox"/> Artigo científico
<input checked="" type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)	<input type="checkbox"/> Capítulo de livro
<input type="checkbox"/> Monografia (especialização)	<input type="checkbox"/> Livro
<input type="checkbox"/> TCC (graduação)	<input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento
<input checked="" type="checkbox"/> Produto técnico e educacional - Tipo: <input type="text" value="GUIA EDUCACIONAL"/>	
Nome completo do autor: <input type="text" value="MANOEL MARÇAL RODRIGUES NETO"/>	Matrícula: <input type="text" value="2022103332440164"/>
Título do trabalho: <input type="text" value="GUIA DO ESTUDANTE RESIDENTE"/>	

RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

/ /

Local Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Manoel Marcal Rodrigues Neto, ASSISTENTE DE ALUNO**, em 22/01/2025 16:49:53.
- **Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 22/01/2025 16:52:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 668721

Código de Autenticação: 54436cd190



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

Dedico esse trabalho, primeiramente, aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar, ensinando princípios que, até hoje, são inegociáveis, como a fé em Deus, o respeito, a honestidade e a perseverança. Meus pais me mostraram que a educação transforma vidas e, mesmo em meio a uma realidade simples e com poucas oportunidades, me instruíram a seguir em busca dos meus sonhos. Vocês são pessoas fundamentais em minha caminhada.

À minha esposa e filhos, que tiveram paciência em meio a momentos difíceis, sobretudo, ao longo do mestrado.

Aos meus amigos de trabalho, que me ajudaram em momentos de incertezas: vocês são presentes de Deus minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que está sempre no controle de minha vida, me guiando, instruindo e me ensinando que tudo acontece no tempo dele. Sou grato porque ele permitiu que eu vivesse esse momento tão especial.

Aos meus pais, por todo amor e cuidado que sempre tiveram comigo. Muito do meu caráter, a maneira de ver o mundo e enfrentar as situações adversas da vida, devo a eles.

À Fernanda, minha esposa, ao Guilherme, meu filho primogênito, à Manoela, minha filha linda e à Mariana, minha caçula. Obrigado, por me apoiarem nos momentos de cansaço, de desânimo, de incertezas. Sou grato a Deus pela vida de vocês, pois todo o zelo e amor que vocês têm para comigo, me fazem querer superar todos os obstáculos.

Aos meus amigos de trabalho, que estiveram ao meu lado, suportando minhas queixas, compreendendo minhas dificuldades e me dando apoio nos momentos difíceis. Vocês são incríveis.

Aos meus colegas de mestrado, foi um grande prazer, dividir com vocês todos os momentos, tanto nas aulas, quanto fora das aulas.

Ao meu querido orientador, professor Dr. José Carlos Moreira de Souza, que teve tanta paciência comigo. Homem sábio e de caráter indiscutível, aquele que “respira” Educação Profissional e Tecnológica por onde anda. Sempre com muita sabedoria, com ótimos conselhos e ao mesmo tempo com uma maneira pura e simples de ver e viver a vida. Tudo isso, aliado ao grande potencial e capacidade que possui de discutir a Educação de forma profunda e altruísta.

Ao IF Goiano - Campus Ceres, que considero minha segunda casa. Um lugar que aprendi a amar desde a primeira vez que adentrei a esse grande palco da EPT, há 17 anos. Repleto de profissionais incríveis, que estão sempre prontos a colaborar para a construção de uma educação que alcance a todos.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professora Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues, Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis e Dra. Paulie Ceres Palásios pela disposição em

atender, de imediato, ao meu convite para participarem da banca examinadora e pelas preciosas contribuições.

Em especial, meus agradecimentos aos egressos do IF Goiano - Campus Ceres, que participaram da pesquisa. Foram momentos de recordações, emoções e lições que todos aprendemos com as vivências que a residência estudantil proporcionou. Obrigado por tantas contribuições de tão grande valor.

*“A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem
e no objeto. A história se prende às continuidades temporais,
à evolução e às relações entre as coisas”.*
(Nora, 1984).

RESUMO

RODRIGUES NETO, Manoel Marçal. *A moradia estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*. 2024. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, Ceres-GO, 2024.

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Goiano, objetivando compreender as experiências vivenciadas por estudantes residentes na instituição, apreendendo concepções, valores e memórias e correlacionando-as com as políticas de assistência estudantil dentro de um contexto de formação humana e *omnilateral*. O estudo utilizou-se de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa do tipo estudo de caso, focado nas narrativas de alunos egressos, gestores e professores envolvidos diretamente com a Moradia Estudantil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano-Campus Ceres. A amostra investigada incluiu quatro egressos da Moradia Estudantil, maiores de 18 anos, bem como o Diretor Geral, o coordenador de assistência estudantil e um professor egresso beneficiário da Moradia Estudantil, totalizando sete participantes. Os egressos foram residentes entre os anos de 2010 e 2020. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e análise documental, permitindo uma rica compreensão dos desdobramentos relacionados ao processo de formação dos estudantes residentes, tanto como discentes quanto como cidadãos. A pesquisa buscou explorar como a Moradia Estudantil contribui para essa formação, considerando o ambiente de convivência coletiva e formação *omnilateral* do estudante. A análise de dados foi realizada mediante a leitura e observações sucessivas dos dados bibliográficos e das entrevistas, confrontando informações recorrentes e análise de conteúdo para extrair significados e nuances das experiências relatadas. Os resultados indicam que a Moradia Estudantil transcende sua função de acolhimento físico e socioeconômico, estabelecendo-se como um espaço de suma importância para o aprendizado, convivência e formação de valores. O Produto Educacional *Guia do Estudante Residente*, em formato digital (*e-book*), desenvolvido em consequência desta pesquisa, apresenta informações essenciais sobre a rotina da Moradia Estudantil, normas, horário de atendimento e serviços disponibilizados pela assistência estudantil, facilitando a integração de novos estudantes à instituição. O produto foi apresentado e validado pelos estudantes residentes e pelos membros da comissão avaliadora. Os dados da pesquisa indicam que a Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres desempenha um papel de suma importância na formação dos alunos, revelando-se como um local de ensino e aprendizagem, convívio social e formação de valores. Diante dos resultados, depreende-se como crucial que a instituição persista em valorizar e investir neste ambiente, implementando melhorias estruturais e expandindo a comunicação com os estudantes residentes, para assegurar que o lar permaneça como um local de formação de cidadania, igualdade e crescimento completo. As memórias dos egressos evidenciam que, para muitos, a residência estudantil foi o fator determinante não só para a conclusão dos estudos, mas, também, para o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, a sua consolidação e melhoria são obrigações inalienáveis para o futuro da educação inclusiva e de alto padrão do IF Goiano.

Palavras-Chave: Moradia Estudantil. Egressos. Memória. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

RODRIGUES NETO, Manoel Marçal. *A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*. 2024. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, Ceres-GO, 2024.

This dissertation was developed in the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered by the Federal Institute of Goiás, and aimed to understand the experiences lived by resident students, grasping conceptions, values, and memories, correlating them with student assistance policies within a context of human and comprehensive education. The study employed a qualitative methodological approach of the case study type, focusing on the narratives of alumni, managers, and teachers directly involved with student housing at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiano – Ceres Campus. The investigated population includes graduates over 18 years old who are beneficiaries of the Student Housing of the institution, as well as educational leaders and staff linked to student assistance, totaling seven participants among managers, professors, and graduates from the years 2010 to 2020. The data collection was carried out through semi-structured interviews and document analysis, allowing for a rich understanding of the developments related to the training process of resident students, both as learners and as citizens. The research aimed to explore how student housing contributes to this development, considering the environment of collective living and the all-round formation of the student. The data analysis was conducted through successive readings and observations of the bibliographic data and interviews; comparing recurring information and content analysis to extract meanings and nuances from the reported experiences. The results indicate that student housing transcends its role of physical and financial accommodation, establishing itself as a space of utmost importance for learning, social interaction, and the formation of values. In this regard, the educational product, a student guide for residents, in digital format (e-book), developed as a result of this research, provides essential information about the routine of student housing, regulations, service hours, and services offered by student assistance, facilitating the integration of new students into the institution. The product was validated with unanimous acceptance among the participants. It is concluded that the student housing at IF Goiano – Ceres Campus plays a crucial role in the education of students, going beyond its function of physical and financial support, establishing itself as a place of learning, social interaction, and value formation. It is crucial that the institution continues to value and invest in this environment, implementing structural improvements and expanding communication with its residents, to ensure that the home remains a place for the formation of citizenship, equality, and holistic growth. The memories of former students highlight that, for many, the student residence was the crucial factor that enabled not only the completion of their studies but also personal development. Thus, its consolidation and improvement are inalienable obligations for the future of inclusive and high-quality education at IF Goiano.

Keywords: Student Housing. Graduates. Memory. Professional and Technological Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Localização do IF Goiano - Campus Ceres	47
Figura 2 - Vista aérea de blocos administrativos e salas de aula	49
Figura 3 - Primeiro dia de aula	51
Figura 4 - Restaurante estudantil	52
Figura 5 - Fila para o refeitório	52
Figura 6 - Atendimento odontológico aos residentes	53
Figura 7 - Corte de cabelo gratuito para estudantes residentes	54
Figura 8 - Exemplo de atividade de lazer e prática esportiva.....	54
Figura 9 - Residência estudantil masculina	55
Figura 10 - Imagem parcial da Residência Estudantil Feminina 1	56
Figura 11 - Imagem parcial da Residência Estudantil Feminina 2.....	56
Figura 12 - Residência Estudantil Feminina 3.....	57
Figura 13 - Reunião com residentes para apresentação/validação do Produto Educacional....	88
Figura 14 - Página de entrada do Produto Educacional.....	89
Figura 15 - Conteúdo do Produto Educacional	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AE - Assistência Estudantil
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CNE/CP - Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno
- DAE - Departamento de Assistência ao Estudante
- EAFCe - Escola Agrotécnica Federal de Ceres
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- GAE - Gerência de Assistência Estudantil
- IF Goiano - Instituto Federal Goiano
- IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
- IF - Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia
- LBDN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ME - Moradia Estudantil
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- PBP - Programa Bolsa Permanência
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PE - Produto Educacional
- PNAS - Programa Nacional de Assistência Estudantil
- Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- ProfEPT - Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
- RFEPT - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
- Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Sence - Secretaria Nacional de Casas de Estudantes
- SUS - Sistema Único de Saúde
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

MINHA RELAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA	14
INTRODUÇÃO	16
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
1.1 Ensino tecnicista versus formação omnilateral.....	20
1.2 Assistencialismo versus formação integral	23
1.3 Políticas de assistência estudantil e suas contribuições para uma educação omnilateral	29
1.4 A Moradia Estudantil no Brasil.....	33
1.5 A formação integral do estudante: memórias coletivas e construção de identidade ..	39
2 ORIGENS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL	43
2.1 Dos Colégios de Fábrica aos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia.....	43
2.2 Breve contextualização do IF Goiano - Campus Ceres, locus da pesquisa	47
2.2.1 Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres.....	51
3 PERCURSO METODOLÓGICA DA PESQUISA	58
3.1. O locus da pesquisa	58
3.2. Os participantes da pesquisa	58
3.3 Tipologia da pesquisa	58
3.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	59
3.5 Aspectos éticos e formais da pesquisa	60
3.6 Produto Educacional	62
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	64
4.1 Resultados da revisão bibliográfica	64
4.2 Resultados da análise documental	64
4.3 Resultado da entrevista com o Diretor Geral do IF Goiano - Campus Ceres.....	65
4.4 Resultado da Entrevista com o Coordenador de Assistência Estudantil.....	71

4.5 Resultado da Entrevista com um docente e ex-aluno do IF Goiano - Campus Ceres	74
4.6 Resultado das entrevistas com egressos: memórias e narrativas	78
5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE)	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A – ARTIGO CIENTÍFICO.....	104
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR GERAL.....	119
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	120
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DOCENTE.....	121
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EGRESSOS	122
ANEXO A – COMPROVANTE DA SUBMISSÃO DO ARTIGO.....	123
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	124
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO REITOR DO IF GOIANO	127
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO CAMPUS CERES.....	128
ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES	129

MINHA RELAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA

Meu nome é Manoel Marçal Rodrigues Neto, filho de José Andrade da Silva e Marli Marçal de Andrade. Sou casado com Fernanda Cosmo Figueredo e fomos agraciados com duas grandes bênçãos, que são nossas filhas, Manoela e Mariana. Sou pai, também, de um rapaz lindo e inteligente chamado Guilherme, o meu primogênito. Minha família sempre foi a minha base, a luta é sempre por eles e para eles. Agradeço a Deus por fazerem parte da minha vida.

Nasci em Ceres-GO, onde resido até hoje. Desde pequeno, sempre tive uma paixão por esportes, especialmente pelo futebol. Participava ativamente de escolinhas e, na escola, a disciplina que mais me encantava era Educação Física. Aos 15 anos, tomei uma grande decisão: me mudar para Goiânia (GO), com o sonho de seguir carreira como jogador de futebol. Contudo, a vida tinha outros planos para mim.

Aos 18 anos, iniciei minha jornada acadêmica na Universidade Estadual de Goiás, cursando Educação Física, um sonho que, finalmente, se tornava realidade. Concluí a graduação aos 22 anos e, em 2007, com 20 anos, tive a oportunidade de estagiar na academia do IF Goiano, à época, Escola Agrotécnica Federal de Ceres¹. Fiquei fascinado pela estrutura da escola e, desde então, já nutria o desejo de um dia ser servidor efetivo dessa instituição de ensino.

Em 2007, surgiu uma oportunidade de concurso para o cargo de Assistente de Alunos, com apenas uma vaga disponível para Ceres. Estudei com afinco e, com dedicação, consegui ficar classificado entre os quatro primeiros. Após mais de um ano de espera, recebi a notícia tão desejada: a convocação para ser efetivado. Em 27/01/2009, assinei o documento que me tornava um servidor público federal. A alegria foi indescritível.

Minha função como Assistente de Aluno envolvia atender aos estudantes residentes, os chamados internos. Trabalhar no alojamento me proporcionou experiências valiosas. Fazia uma escala de 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso, o que significava passar a noite toda na instituição. Das 18h às 6h, organizava lanches, realizava acompanhamentos, vistorias de limpeza e fazia a chamada noturna. Quando necessário, conduzia estudantes ao hospital em casos de urgência. No ano de 2014, fui convidado pelo então diretor, para ser o A da Assistência Estudantil (GAE) e eu, prontamente, aceitei o desafio. Foram seis anos frente à GAE, o que me fez compreender a importância dos benefícios estudantis, e que isso, de fato,

¹ A Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe) foi criada em 30 de janeiro de 1994. A primeira turma formada pela instituição foi composta por 160 alunos, habilitados no curso de Técnico em Agropecuária. A partir de 1998, expandiu sua oferta de cursos e modalidades, a exemplo de Agroindústria, Agricultura, Meio Ambiente e Zootecnia, atendendo à demanda por capacitação regional. Em 2008, a EAFCe passou por um processo de reformulação e foi transformada em um dos Campus do Instituto Federal Goiano (Souza, 2014).

tem o potencial de mudar vidas. Esse trabalho me fez perceber a importância do meu papel, além de me ensinar muito sobre responsabilidade e empatia. Tornei-me pai, amigo, irmão e confidente para muitos dos estudantes.

Em 2022, surgiu a oportunidade tão aguardada de cursar o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no próprio IF Goiano - Campus Ceres. Foi uma alegria saber que eu havia sido contemplado com uma vaga no mestrado. E logo no início do curso, quando nos solicitaram o tema de pesquisa, não tive dúvidas: escolhi falar sobre algo relacionado à residência estudantil. Então, junto ao meu orientador, fizemos as delineações do projeto, que mais tarde seria intitulado como *A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*. Esse tema foi escolhido com muito amor e muita gratidão. Poder ouvir as histórias de egressos que viveram por alguns anos, na residência estudantil, de fato, é uma emoção indescritível.

No início da pesquisa, encontrei muitos desafios. O primeiro, foi o fato de eu nunca ter me envolvido com pesquisa científica, portanto, os termos, normas, enfim, tudo era novidade para mim. Ao longo da pesquisa, também, tive dificuldades quanto ao contato com egressos, pois muitos mudaram de número de celular, o que dificulta restabelecer o contato com eles. Entretanto, aos poucos eu fui me adaptando e tudo foi fluindo melhor.

No meu segundo ano de mestrado, na iminência de realizar minha qualificação, passei por sérios problemas de saúde e, por vezes, pensei em desistir do curso e de tudo. Nesse momento, Deus colocou pessoas incríveis em minha vida, amigos do meu trabalho, família, meu orientador, que não somaram esforços para me motivar a continuar com a pesquisa. Graças a Deus, consegui retomar os estudos e as escritas, pois o mestrado sempre foi o meu sonho, desde a graduação.

Sou grato por trabalhar em um ambiente tão rico em diversidade e aprendizado. Hoje, em 2024, celebro 17 anos de IF Goiano - Campus Ceres. Sinto um imenso orgulho de fazer parte dessa família. Cada dia é uma nova oportunidade de aprender e contribuir para a vida dos estudantes e sou eternamente grato por todas as experiências que vivi até aqui.

INTRODUÇÃO

O presente estudo está situado na linha de pesquisa *Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)* do programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano) - Campus Ceres, localizado na cidade de Ceres-GO.

Esta pesquisa foi possível graças à minha experiência como Coordenador da Assistência Estudantil e por ser imprescindível oferecer aos alunos residentes um material informativo e de fácil acesso, que auxiliasse na sua adaptação à residência estudantil. Assim, ao observar os obstáculos que esses alunos enfrentam, notei a falta de um recurso que reunisse as informações cruciais sobre as normas e serviços prestados na residência, o que me levou à elaboração do *Guia do Estudante Residente*, como Produto Educacional resultante desta investigação. Sob essa ótica, o estudo foi conduzido com o objetivo de fornecer um Produto Educacional que favorecesse a integração e o bem-estar dos estudantes, auxiliando no êxito acadêmico e na continuidade dos estudos.

O desenvolvimento do estudo incluiu uma avaliação minuciosa das políticas de assistência estudantil, revisões de literatura sobre moradia universitária e inclusão social, além da obtenção de relatos de ex-estudantes e administradores. Esses fatores possibilitaram entender os principais desafios que os estudantes residentes enfrentam e, conseqüentemente, estruturar um guia para satisfazer suas demandas. O Produto Educacional criado durante o trabalho foi concebido para ser didático e visualmente compreensível, contendo imagens que retratam a residência e os serviços oferecidos, bem como diretrizes claras sobre os direitos e obrigações dos moradores.

Este estudo tem como foco especial a Moradia Estudantil (ME) do Instituto Federal Goiano-Campus Ceres. A ME é uma modalidade de bolsa disponibilizada por esta instituição, vislumbrando uma possibilidade de inclusão e permanência dos estudantes no ensino, tendo como consequência a contribuição para uma formação humana, ampla e emancipada.

Na expectativa de fundamentarmos um estudo pautado em uma educação igualitária, que minimize as desigualdades, recorreremos a Gramsci (1982), quando sugere uma crise na escola tradicional, baseando-nos na ideia central do autor que defende uma escola única e ativa, correlacionando teoria e prática. É uma crise que ainda permeia a educação nos tempos atuais e que precisa ser superada. A Moradia Estudantil é um exemplo de ambiente que proporciona condições de igualdade e que pode refletir diretamente na educação

dos estudantes envolvidos nesse processo, possibilitando uma formação profissional e, ao mesmo tempo, humana.

A base teórica utilizada no estudo pauta-se em autores que discorrem sobre a educação no Brasil, sobretudo a Educação Profissional e Tecnológica. Dentre eles podemos destacar: Freire (2000), Frigotto (2012), Ciavatta (2014), Saviani (2007, 2011), Moura (2007), dentre outros, que contribuem significativamente com o desenvolvimento da educação no país, ao se alinharem na defesa de uma formação humana e *omnilateral*, contrapondo-se à formação puramente tecnicista.

O objetivo geral do estudo consiste em compreender as experiências vivenciadas por estudantes residentes, apreendendo suas concepções, valores e memórias, estabelecendo relações com as políticas de assistência estudantil promovidas por instituições públicas federais, como as da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Os objetivos específicos delimitados nesta investigação são os seguintes:

- contextualizar a educação profissional e tecnológica no Brasil, destacando suas políticas de inclusão social, especialmente, aquelas medidas relacionadas à Moradia Estudantil nas dependências da instituição formadora;
- descrever práticas experienciadas por estudantes residentes no Campus Ceres do IF Goiano, dentro de uma perspectiva de formação humana e não tecnicista;
- discutir a importância da Moradia Estudantil no processo de formação integral do estudante;
- propor, como Produto Educacional (PE), um *Guia do Estudante Residente*.

A elaboração desse Produto Educacional objetiva fornecer informações sobre normas da Moradia Estudantil, regramentos vigentes, serviços e atendimentos disponibilizados, além de fotografias que ilustram a Moradia Estudantil e os serviços a ela vinculados.

Mais do que isso, esta pesquisa, certamente, visa a oportunizar a veiculação de histórias, experiências, memórias e valores de grande relevância, desenvolvidas pela população pesquisada, além de demonstrar à gestão do Campus Ceres a viabilidade de se continuar com investimentos na área de Moradia Estudantil. O *Guia do Estudante Residente*, como PE, será disponibilizado aos estudantes recém-chegados, para que possam se informar e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de adaptação ao novo meio de convivência. O PE será apresentado à direção geral e direção de ensino do Campus em forma de *e-book*, para facilitar o acesso da comunidade escolar ao material proposto.

Diante deste contexto, essa pesquisa é justificada pela experiência pessoal e profissional que me possibilitaram observar, de forma muito próxima e intensa, as dinâmicas sociais e

estudantis presentes nesse meio.

Além disso, surge uma preocupação sobre a formação recebida pelos estudantes residentes, especialmente, nas relações interpessoais nos alojamentos, pois acredita-se ser importante compreender como o ambiente estudantil pode influenciar a formação integral do indivíduo. Portanto, desempenhando a função de Coordenador da Assistência Estudantil, identifiquei a necessidade de elaborar um material informativo e educativo que não somente auxiliasse os estudantes na adaptação à moradia, mas que, do mesmo modo, incentivasse uma reflexão a respeito das vivências nesse ambiente. A ME transcende a função de mero abrigo; ela se apresenta como um espaço dinâmico onde se entrelaçam narrativas, desafios e vitórias. Este espaço é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, uma vez que oferece um ambiente adequado para o aprimoramento de habilidades sociais, emocionais e estudantis. Destaca-se que as memórias dos egressos são relatos significativos que têm a capacidade de clarear as jornadas percorridas, ressaltando tanto as dificuldades enfrentadas quanto as conquistas obtidas.

Adicionalmente, a assistência estudantil no IF Goiano é orientada por diretrizes que têm como objetivo assegurar a permanência dos alunos que se encontram em condições de vulnerabilidade social. Com base na investigação das vivências dos alunos egressos, busco compreender de que forma a moradia influenciou a construção de sua identidade estudantil e profissional.

A convivência diária com estudantes residentes, despertou em mim uma inquietação quanto ao tipo de formação que estes estudantes estavam obtendo, se de fato as relações interpessoais no ambiente de alojamentos seria um fator importante na formação geral, ou seja, não somente como um profissional, mas, sobretudo, como cidadão autônomo e ciente de sua importância em meio à sociedade. Surgiu daí, a indagação agora transformada na questão norteadora desta pesquisa: Como a ME contribui para o processo formativo de um estudante residente? A condição de estudante residente é, de fato, um fator que influencia sua formação geral, como cidadão?

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em cinco seções principais:

A **primeira seção** traz um panorama das discussões sobre educação profissional e tecnológica de nível médio, destacando os embates teóricos e os posicionamentos dos formuladores de políticas educacionais no Brasil expressos nos textos de legislação educacional. Nesta seção são abordados temas conceituais que refletem diferentes concepções sobre a educação, em geral e, sobretudo, sobre a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

Na **segunda seção** faz-se um breve histórico da Educação Profissional no Brasil identificando suas origens até os dias atuais, descrevendo a estrutura do Instituto Federal Goiano-Campus Ceres, com foco na Moradia Estudantil e nos serviços que disponibiliza aos estudantes residentes.

A **terceira seção** aborda a *Metodologia* adotada para a execução desta dissertação, indicando o *locus* da pesquisa, os participantes selecionados, a tipologia da pesquisa e os instrumentos da coleta de dados

A **quarta seção** apresenta os resultados dos dados coletados, confrontando-os com os conhecimentos já consolidados pela literatura educacional sobre esta temática.

A **quinta seção** apresenta o Produto Educacional – *Guia do Estudante Residente* –, detalhando seu processo de criação, aplicação e validação.

Faz parte integrante desta dissertação o artigo científico *A integração curricular e os desafios para a constituição da educação profissional e tecnológica: uma revisão de literatura*, desenvolvido ao longo do percurso do mestrado como fruto das leituras realizadas tendo em vista a elaboração da dissertação. O artigo foi escrito em parceria com meu orientador, tendo sido submetido para publicação pelo periódico *Educação em Revista* (**Apêndice A**).

Dados sobre o periódico *Educação em Revista* juntamente com o comprovante de submissão estão no **Anexo A**.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Ensino tecnicista versus formação *omnilateral*

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil 1996a), estabelecem que a educação é um direito universal, essencial para que todos os cidadãos possam modificar sua realidade em busca de melhores condições de vida. Assim, pode-se afirmar que a educação é o meio primordial que pode auxiliar na transformação social do indivíduo e na criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Como bem destacou Freire (2000, p. 67): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Além de ser um direito universal, a educação, ao mesmo tempo, se torna uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família, que devem promovê-la e incentivá-la para garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparo para a cidadania e capacitá-lo para o mercado de trabalho, conforme estabelecido em lei. Nesse contexto, o artigo 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988, garante igualdade de oportunidades para o acesso e a permanência nas instituições de ensino (Brasil, 1988). De maneira similar, a LDB de 1996 reafirma a educação como um direito de cidadania e um dever do Estado, além de traçar as diretrizes para a organização da educação no Brasil e suas responsabilidades na efetivação e proteção desse direito (Brasil, 1996a).

Nesse sentido, a educação, no Brasil, traz consigo, marcas de uma dualidade no que se refere à formação para o trabalho, que pode ser compreendida dentro de um contexto histórico marcado por embates políticos, interesses governamentais e de influências sofridas por meio de intervenções do mercado. As políticas educacionais inclinavam-se ao atendimento de demandas da industrialização, corroborando com o distanciamento gradativo das classes sociais e o consequente aumento nos níveis de desigualdade.

Em meio a uma sociedade de classes, em que prevalecia a reprodução, divisão e fragmentação do trabalho, predominou, durante muitos anos, a oferta de formação técnica, por meio de programas de capacitação destinados a preparar as classes trabalhadoras para o exercício das profissões de baixa complexidade e remuneração, instituindo-se uma proposta de educação tecnicista, que tinha por objetivo formar a mão-de-obra precária, suscetível à exploração. Portanto, percebe-se que,

O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhe era negado esse acesso (Moura, 2007, p. 5).

Diante da reflexão apresentada pelo autor, observa-se, de maneira mais clara, as diferenças no que diz respeito às ofertas de educação, ficando nítida a divisão social. Sendo assim, as lutas propostas por grupos contra-hegemônicos, que buscaram e ainda buscam uma educação de qualidade e que seja oferecida de forma gratuita e igualitária, fazem toda a diferença dentro de um contexto de igualdade de oportunidades na educação.

A educação e o trabalho são indissociáveis e é fundamental analisar o trabalho como princípio educativo e não apenas como uma opção metodológica e didática, sendo ele a própria vida real e o lugar da existência humana (Pistrak, 2000). Portanto, a formação para o trabalho deve estar coerente com um projeto de escola que forme indivíduos a partir da noção de *omnilateralidade*, ou seja, que desenvolvam a capacidade de refletir e produzir e que não sejam alienados ao sistema do capital.

Saviani (2007) salienta que trabalho e educação são atividades inerentes aos seres humanos, os quais se diferenciam dos outros animais por meio da sua racionalidade, mediante sua ação sobre a natureza para produzir a sua própria existência, caracterizando o que se chama de trabalho. Nas comunidades primitivas, os homens aprendiam a produzir a sua própria existência e a trabalhar, no ato dessas atividades. Sendo assim, se apropriavam, de forma coletiva, dos meios de produção para satisfazer as suas necessidades. Dessa maneira, os homens trabalhavam, educavam-se, construía e transmitiam o conhecimento às outras gerações.

Após a institucionalização da educação profissional, mais especificamente, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no final de 2008, podemos observar um avanço rumo à adoção de um ensino que tenha como prioridade uma formação *omnilateral*, politécnica e ampla na construção do conhecimento, que permita ao indivíduo, uma visão crítica, emancipatória e reflexiva tanto no contexto de trabalho quanto no âmbito social – reportando-se ao conceito central do pensamento pedagógico que toma o trabalho como princípio educativo (Ciavatta, 2014).

Frigotto (2012, p. 265) afirma que “*Omnilateral* é um termo que vem do latim e cuja tradução significa todos os lados ou dimensões”. A formação *omnilateral*, em Marx, forma uma das categorias que coloca o trabalho alinhado com o desenvolvimento humano, pautado na justiça e na igualdade de oportunidades, como uma única chave de transformação social, na qual trabalho e instrução caminham de mãos dadas. A formação intelectual e formação manual,

acompanhadas das práxis sociais, proporcionam a formação *omnilateral*.

Dentro desta perspectiva, corroborando a visão ampla da educação, temos o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Este Decreto tem como prioridade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, com o intuito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzindo taxas de retenção e evasão, de modo a contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

O Pnaes reforçou as políticas de ações afirmativas, possibilitando o aumento de recursos financeiros destinados às instituições de educação pública federal. Com isso, viabilizou o investimento em várias modalidades de auxílios estudantis em diversas áreas, tais como Moradia Estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, dentre outras modalidades, que permitiram um avanço quanto à inclusão e à permanência de estudantes nessas instituições (Brasil, 2010).

Defende-se, portanto, a

Necessidade de luta pela superação deste modo de produção e, no plano das suas contradições, para que se vá construindo o caráter e a personalidade do homem novo, mediante processos educativos que afirmem os valores de justiça, de solidariedade, de cooperação e de igualdade efetiva, e o desenvolvimento de conhecimentos que concorram para qualificar a vida de cada ser humano (Frigotto, 2012, p. 268).

Por conseguinte, faz-se necessária a reflexão acerca das contribuições da Moradia Estudantil, como um ambiente de formação, dentro de uma perspectiva preconizada pela formação ampla do estudante, permitindo um desenvolvimento que busque a autonomia, desprendendo-se das amarras da alienação impostas, historicamente, pela classe hegemônica dominante e que possa, ao mesmo tempo, desfrutar de igualdade de oportunidades. Nessa acepção, Cintra, Ribeiro e Costa (2023) enfatizam que a Moradia Estudantil pode ser um cenário para empoderamento no sentido de que os alunos se tornam agentes ativos em suas próprias trajetórias e que ocorre uma forma de troca de conhecimento e experiência que enriquecerá o aprendizado coletivo. Além disso, viver em uma comunidade desenvolve sensibilidade referente ao processo crítico e integral de formar cidadãos que reconhecem e participam do enfrentamento de problemas na sociedade.

Para Saviani (2011, p. 16), a educação é a “solução para os diversos problemas que afligem a humanidade”. O autor ainda considera que a educação não é algo fechado ou restrito, mas que vai além dos portões da escola e esse saber sistematizado se torna como um pressuposto

para que o aluno tome decisões, adquira conhecimentos, sabendo diferenciar o saber do senso comum.

1.2 Assistencialismo versus formação integral

A integração entre o ensino médio e o ensino profissionalizante e técnico no Brasil são temas de frequência cada vez maior nas discussões educativas, a partir das transformações sociais e econômicas que o país vem atravessando. Tal integração não visa simplesmente à formação de profissionais, mas, também, à superação da dualidade que geralmente afeta a educação em relação à formação para o trabalho.

De forma histórica, a educação profissional no Brasil sempre foi dualista. Isso significa que, de um lado, há o ensino médio tradicional, voltado para a formação acadêmica preparatória; e, de outro, há a educação profissional, muitas vezes em segundo plano. Essa dualidade começou a ser questionada a partir da promulgação da LDB, em 1996, que estabeleceu novas diretrizes para a educação profissional (Manfredi, 2017).

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que durou de 1995 até 2003, foi aprovado, no ano de 1997, o Decreto nº 2.208/1997, que envolveu o § 2º do Artigo 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº. 9.394/1996, dedicados à diferença entre ensino médio e ensino profissional. Isso demonstrou o compromisso do governo com a formação técnica que visava ao emprego imediato, anulando a possibilidade de formação baseada nos princípios do desenvolvimento humano. Da perspectiva do decreto, foram reconhecidos três níveis de educação formal em relação ao trabalho: básico, técnico e tecnológico. Os dois últimos níveis teriam seus próprios programas educacionais, que seriam independentes do currículo do ensino médio e seriam oferecidos simultaneamente ou em sucessão (Brasil, 1997).

A partir de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os setores educacionais ligados à educação profissional participaram de uma discussão sobre a rejeição do Decreto nº 2.208/1997 e a criação e construção de um componente de ensino médio da EPT. A discussão sobre o ensino politécnico foi reiniciada, “compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica [...]” (Moura, 2007, p. 19).

No entanto, os traços da sociedade brasileira têm um impacto negativo na implementação de politécnicos em sua totalidade, porque os jovens brasileiros não podem esperar para ter sua educação básica antes de começar a trabalhar. Assim, Moura (2007) sugere que, uma solução prática e temporária para esse problema seria uma educação secundária que

cubra os requisitos básicos da educação e inclua o conhecimento científico e os objetivos da formação profissional de forma combinada.

Em 2004, foi editado o Decreto nº 5.154/2004, que anulou o Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, 2004), que mantinha a oferta de cursos técnicos simultâneos e subsequentes (anteriormente denominados sequenciais), bem como restabelecia a capacidade de conjugação do ensino profissional com o ensino médio. O Decreto nº 5.154/2004 facilitou a associação entre o ensino profissional técnico e o ensino médio de forma integrada. A integração elencada nessa norma formal acarretaria alterações nas instituições educacionais e, principalmente, na prática do ensino. Isso levou ao surgimento de conceitos e princípios, cuja compreensão é pertinente ao desenvolvimento do ensino médio integrado e à implementação da integração curricular (Ciavatta, 2012).

Neste prisma, tal decreto determina, no § 1º do art.4º, que a relação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio ocorrerá do seguinte modo:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis [...]; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Também, se destaca como política referente a essa integração o *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)*, criado pelo Decreto nº 5.478/2005 e expandido pelo Decreto nº 5.840/2006, que deu aos trabalhadores a oportunidade de elevar seus níveis educacionais (Xavier; Fernandes, 2019).

Com o advento da Lei n.º 11.741/2008, que alterou a LDB de 1996 para redimensionar, formalizar e conjugar as ações de educação profissional técnica para jovens e adultos e de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2008b), a modalidade integrada de educação profissional com o Ensino Médio foi incluída no capítulo dedicado à educação básica por meio do acréscimo da Seção IV-A *Educação Profissional Técnica de Nível Médio* à Seção IV *Ensino Médio*.

Ulteriormente, Xavier e Fernandes (2019) destacam que, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Técnica (Rede Federal) foi criada pela norma legal nº 11.892/2008, que, também, originou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos

Federais), sendo que isso representou um aumento significativo no número de unidades educacionais dedicadas à educação técnica. Com isso em vista, a Rede Federal é constituída pelos Institutos Federais, Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II.

No ano de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atingiu-se um grande marco neste processo, dado que, a instituição foi pensada para oferecer uma junção de educação entre teoria e prática, além de fomentar o aprendizado dos alunos (Brasil, 2021). Em outra perspectiva, é importante destacar os aspectos positivos da expansão, incluindo a adição de milhares de estudantes de populações marginalizadas que não tinham acesso ao ensino médio de qualidade nem à possibilidade de ingresso no ensino superior, bem como os efeitos da interiorização nos níveis social, econômico, político e cultural das cidades em que residem.

Consequentemente, visando a atingir os desígnios e as finalidades da Lei nº 11.892/2008, é de suma importância que esse currículo seja integrado. Acerca dessa visão de integração, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 84) afirmam que

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial como o ensino técnico, tecnológico ou superior.

Embasada nessas Leis, a Educação Profissional e Tecnológica passa a ser concebida e designada para a construção do desenvolvimento histórico, econômico, cultural e social, visando ao desenvolvimento humano, no contexto histórico. Desse modo, “a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas” (Frigotto, 2018, p. 59).

Entre os princípios da educação secundária integrada que este documento descreve estão: a natureza completa/universal do desenvolvimento humano; a importância do trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias inseparáveis do desenvolvimento humano; a implementação do trabalho como um princípio educacional na dimensão histórica e ontológica; a pesquisa como um princípio pedagógico; e a relação parte-totalidade no currículo proposto. O desenvolvimento humano abrangente envolve o desenvolvimento de cada componente individual (físico, cultural, intelectual, político etc.). Como resultado, tem-se a formação

omnilateral, o que permite aos jovens e adultos trabalhadores o direito a uma educação abrangente que inclui a compreensão do mundo e a capacidade de agir como cidadãos de um país, ambos com uma natureza digna e integrada (Frigotto, Ciavatta; Ramos, 2012).

A educação profissional está correlacionada com as mais distintas concepções de educação, trabalho, ciências e as tecnologias que entrelaçam ao desenvolvimento permanente das competências para obter uma vida produtiva e não alienada ao mundo do trabalho, “porém nunca separada da educação básica e da dimensão ético-política da formação de sujeitos autônomos e construtores de processos sociais radicalmente democráticos, solidários e igualitários” (Frigotto, 2001, p. 83).

Portanto, compreende-se que Frigotto (2001) apresenta contribuições que dialogam com o objeto deste estudo, especialmente, ao destacar a solidariedade e a formação humana, questões que são claras aos sujeitos envolvidos com os serviços da Moradia Estudantil do *campus* investigado.

É fundamental reconhecer que a Lei n.º 11.892/2008 estabelece que uma das metas dos Institutos Federais é garantir um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para o Ensino Profissional e Tecnológico, prioritariamente integrado ao ensino médio, tanto para aqueles que concluíram o ensino fundamental quanto para o público da educação de jovens e adultos. A integração é a prática de preparar os alunos para o emprego e, ao mesmo tempo, educá-los em um nível geral e isso é realizado por meio das abordagens ontológica e histórica, que não envolve apenas a formação para se adequar às demandas do mercado capitalista, mas, também, facilita a compreensão do aluno sobre o mundo do trabalho para que participe dele de forma significativa. De forma resultante, o desenvolvimento e o aprimoramento da integração do ensino médio com o EPT com base no compromisso com a educação integral e integrada exigem o reconhecimento de seus princípios de orientação (Xavier; Fernandes, 2019).

É a partir da Lei nº 13.415/2017 que o ensino médio ganha novos contornos, reforçando a preparação técnica e profissional integral para uma população engajada. A referida lei estabelece que os estudantes poderão escolher entre modalidades educacionais que integrem o ensino médio com o ensino técnico e profissional, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e da vida organizada contemporânea (Brasil, 2017). De fato, a proposição a ser feita é que tal integração não pode se restringir a questões curriculares e, mais importante, é um princípio de natureza educativa para atender a todos os tipos de educação. Mas é preciso reconhecer que ele enfrenta enormes dificuldades de integração. Colocadas em prática, essas diretrizes demandam investimentos em infraestrutura, formação continuada de professores e maior articulação entre as instituições de ensino e o setor produtivo. Além disso, os cursos

técnicos não devem se limitar a oferecer apenas formação profissional, mas, também, a oferecer uma educação crítica e reflexiva.

Não obstante as conquistas legislativas e institucionais, a situação real da educação profissional integrada é sombreada por desequilíbrios regionais e uma enorme falta de recursos. Não é fácil para muitas escolas desenvolverem currículos integrados oferecidos, uma vez que os materiais didáticos são raros e há necessidade de treinamento de professores, conforme relatado por Kuenzer (2011). Além disso, a resistência cultural de algumas regiões à noção de educação técnica equivalente ao ensino tradicional ainda existe.

A discussão sobre a integração secundário-terciária na educação profissional, também, tem que considerar arduamente as demandas do que é exigido pelo mundo do trabalho. O mercado está continuamente se remodelando, buscando profissionais de maior flexibilidade e competência, com autonomia nas decisões. Nesse sentido, é necessário que as instituições educacionais estabeleçam parcerias com empresas e associações para desenvolver currículos que realmente atendam às necessidades da atualidade (Borges; Araújo, 2019).

A conexão entre ensino médio e educação profissional técnica no país acarreta muitos benefícios significativos, visto que ultrapassa a simples formação acadêmica e técnica. Por consequência, essa ligação não objetiva somente compreender as exigências do mundo de trabalho, porém, concomitantemente, procura originar uma educação mais elaborada e contextualizada, que prepara os estudantes para os desafios hodiernos (Leal, 2022).

Destarte, o maior benefício da integração é a contribuição para uma educação integral que chegue aos alunos. A união dos dois modelos de estudo permite que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades práticas e teóricas, fundamentais no mundo do trabalho. Como apontam Regattieri e Castro (2009), essa abordagem se baseia no conceito de educação unitária, que tenta superar a dualidade entre educação geral e educação técnica, ajudando a perceber melhor a relação entre teoria e prática para que os alunos estejam mais bem preparados para atuar de forma mais eficaz em suas futuras profissões.

A integração torna mais fácil a inclusão dos jovens no ambiente laboral, uma vez que, com uma formação técnica congregada ao ensino médio, os estudantes estão mais preparados no que tange a atender às exigências dos tempos atuais. Além disso, pesquisas demonstram que a combinação dessas formações acrescenta as possibilidades de os estudantes conseguirem trabalho, tendo em vista que eles saem da escola com conhecimentos práticos e teóricos, que agregam muito valor (Leal, 2022). Como consequência, tal formação consegue servir como um “primeiro passo” para carreiras mais avançadas ou para a continuidade dos estudos em nível superior.

Com tal fato em vista, a probabilidade de flexibilização curricular é outro benefício de suma importância, sendo que, com a integração, os alunos possuem a possibilidade de escolher itinerários formativos que melhor auxiliem às suas precisões e interesses. Logo, tal benefício supracitado é muito importante em um mundo em constante mudança, em que as habilidades exigidas pelo mercado evoluem ligeiramente. Ademais, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) nº 1, de 5 de janeiro de 2021, evidencia que a educação profissional precisa ser organizada em concordância com as exigências do mercado e as características da região e, com isso, essa flexibilidade admite que as instituições adaptem seus currículos às necessidades locais e às tendências do setor (Leal, 2022).

Além das habilidades técnicas, o ensino médio integrado à educação profissional ajuda a melhorar as habilidades sociais e emocionais. Os alunos são motivados a aprender como trabalhar em equipes, resolver problemas e se comunicar bem, o tipo de competência que as empresas estão valorizando mais. O aprendizado baseado em projetos e o trabalho prático permitem que os alunos desenvolvam suas habilidades pessoais e sociais básicas (Leal, 2022).

Mais uma coisa positiva sobre a integração é relacionada à continuidade dos estudos. Os alunos, após concluírem os cursos técnicos no período do ensino médio, obtêm uma base sobre a qual podem buscar educação superior. Isso é de particular importância em um momento em que, com muita frequência, um diploma universitário é colocado como uma vantagem do mercado de trabalho (Brito; Lopes, 2022). A formação técnica possui a possibilidade de ser como um complemento fundamental à formação acadêmica, possibilitando que os graduados consigam destaque ainda mais em seus campos de atuação.

Ainda conforme Brito e Lopes (2022), a integração do ensino médio com a educação profissional técnica, no Brasil, concebe uma oportunidade expressiva para transformar o cenário educacional do país. Ao promover uma formação integral, facilitar o acesso ao mundo do trabalho e possibilitar flexibilidade curricular, essa abordagem não somente atende às ações do setor produtivo, mas, também, prepara, do mesmo modo, os jovens para serem cidadãos críticos e influentes na sociedade.

Por conseguinte, é essencial que políticas públicas prossigam a apoiar e desenvolver essa integração, garantindo que todos os estudantes possam ter acesso a uma educação de qualidade que os prepare para os desafios do futuro.

1.3 Políticas de assistência estudantil e suas contribuições para uma educação omnilateral

A escola é, antes de tudo, um lugar para o desenvolvimento das habilidades humanas, sendo considerada um ambiente educacional. Ela tem um papel social significativo que se configura como um lugar para a reprodução das relações de poder ou como um lugar para a emancipação e rejeição dessa filosofia. De acordo com Borges (2017), se a escola não se dedicar a aprimorar a capacidade humana no sentido da humanização, ela promoverá, no maior grau, a lógica do capitalismo, que é aparente no que tange à alienação dos trabalhadores.

A escola é considerada uma personificação da sociedade, havendo, portanto, a necessidade de se desenvolver ações que promovam a natureza democrática do acesso e da permanência no currículo acadêmico. É nessa busca por mecanismos que equiparam a posição social – apesar do fato de que a produção de bens do capitalismo leva a desigualdades – que o conceito de assistência estudantil nasceu como uma atividade que serve como um meio para o processo educacional (Nascimento, 2014).

Assim, o *Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)* caracteriza-se como uma política pública fundamental para promover a inclusão e o acesso de estudantes em instituições de ensino superior em território brasileiro. O Pnaes foi criado por meio do decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010).

No ponto de vista de Soares e Amaral (2022), entre as metas principais estão a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal; a redução dos impactos das disparidades sociais e regionais na continuidade e na conclusão do ensino superior; e a diminuição das taxas de abandono e desistência, além do estímulo à inclusão social por meio da educação.

Nesse prisma, no dia 3 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.914. O objetivo principal do Pnaes é proporcionar aos estudantes as condições necessárias para a conclusão dos cursos de graduação e educação profissional (Brasil, 2024). Este novo dispositivo legal é iniciado em um contexto que apresenta um problema de evasão escolar, que vem de longa data. Este problema é de grande importância e necessita de ações que não só promovam o acesso à educação, mas, também, garantam aos estudantes sua progressão acadêmica.

A nova lei promove o monitoramento mais eficaz dos programas e aumenta a transparência das atividades de assistência estudantil. O *design* facilitará uma gestão mais eficaz e uma alocação de recursos mais exata, além de melhorar a experiência dos alunos. O Pnaes é notável por sua abordagem abrangente, que combina assistência financeira com iniciativas que

focam em saúde, cultura e acessibilidade digital. O *Programa Bolsa Permanência (PBP)* é um dos basilares benefícios do programa, sendo destinado a alunos que não recebem outras bolsas governamentais e procura reduzir os empecilhos financeiros que podem levar à evasão escolar (Soares; Amaral, 2022).

Percebe-se, então, avanços em direção a possíveis condições de igualdade no que se refere a oportunidades para a classe menos favorecida. Assim, é essencial uma coordenação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de atender aos alunos regularmente inscritos nas instituições federais de ensino superior. As atividades de Assistência Estudantil (AE) devem abranger os seguintes aspectos: alojamento, alimentação, transporte, cuidados de saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, suporte pedagógico e acesso, envolvimento e aprendizado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Sendo assim, é importante destacar que caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e metodologias de seleção dos alunos a serem beneficiados. Além do mais, é importante enfatizar que todas as iniciativas de assistência estudantil devem levar em conta a necessidade de promover a igualdade de oportunidades, auxiliar no aprimoramento do rendimento acadêmico e atuar preventivamente em casos de retenção e abandono escolar devido à falta de recursos financeiros.

Cabe reiterar que após a homologação do decreto de 2010, as oportunidades de minimização das desigualdades, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência dos estudantes no ensino, aumentaram substancialmente e, nessa perspectiva, pode-se correlacionar a possibilidade de uma educação *omnilateral* inserida nesse contexto, pois quando se oportuniza condições de igualdade, como as várias ações citadas por meio do decreto descrito acima, tem-se a chance de participar de uma construção de uma educação nova, participativa, reflexiva e que sugere autonomia aos estudantes.

Como resultado, o programa não apenas facilita a educação acadêmica, mas, também, contribui diretamente para a criação de uma educação inclusiva que promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos: social, cultural, cognitivo e humano. Desse modo, o contexto de educação *omnilateral* é que ela envolve a formação completa do ser humano, conforme explica Saviani (2019), quando observa que a educação necessita levar em consideração a totalidade do desenvolvimento humano, pois isso produzirá sujeitos que atuam em múltiplas áreas da sociedade.

O significado de *omnilateralidade* precisa ser compreendido para refletirmos sobre o contexto educacional. Assim, para Frigotto (2012), a concepção da educação *omnilateral* se

refere a uma formação humana que rompe os vínculos radicais com a sociedade capitalista, moldando o homem para a construção de sua consciência, conhecimento e de sua cultura. Desta maneira a educação *omnilateral* compreende a educação e a emancipação humana em todos os significados da vida humana:

Educação *omnilateral* significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação *omnilateral* abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto, 2012, p. 267).

Percebe-se, assim, que o desenvolvimento expressado em cada ser humano advém de um processo em que o ser se constitui socialmente, por meio do trabalho. A LDB corrobora a compreensão do significado dessa tese, pois, em seu artigo 39, indica que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Para isso, a Lei traz como objetivo reduzir as desigualdades regionais e sociais, como um elemento planejado para o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Daí, a necessidade de uma educação que esteja em sua totalidade integrada e que a matriz curricular das disciplinas gerais e específicas se comuniquem de maneira a propiciar a compressão dos componentes no seu todo. Na concepção de Marx, a formação *omnilateral* deve oportunizar o trabalho como fator principal educativo, quando este estiver ligado à instrução, fazendo a união entre trabalho e ensino e a superação da sociedade de classes. Frigotto (2001), concorda com Marx sobre analisar a ontologia do trabalho na vida do homem:

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação *omnilateral*, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento ‘sustentável’ (Frigotto, 2001, p. 82).

Além disso, a educação *omnilateral* está intrinsecamente ligada ao conceito de educação cidadã crítica e informada. Destarte, Frigotto (2001) afirma que a educação deve produzir indivíduos que compreendam todo o sistema social e que possam participar da alteração dessas estruturas. O Pnaes, ao permitir que os alunos permaneçam com díspares perfis, causa um ambiente que promove a variedade de experiências e realidades e que potencializa o processo

de ensino-aprendizagem, aumenta a capacidade crítica dos alunos e promove sua interação social.

O sujeito *omnilateral* deve ter uma compreensão que implica proporcionar condições de sobressair de maneira autônoma e consciente, que pleiteia seus direitos e deveres. Nesse contexto é perceptível que a formação *omnilateral* faz um elo entre o trabalho e a formação humana, fazendo reverência ao princípio educativo do trabalho. Os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) corroboram tal entendimento, quando afirmam que

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e 'educativo' (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 87).

Vários pesquisadores na área da educação brasileira conceituaram a *omnilateralidade* como possibilidade de construir uma reforma curricular tanto na educação quanto na sociedade, com o intuito de libertar por completo a atividade humana, transformando a categoria do trabalho em princípio educativo na sua dimensão de valor e uso. Com a união dessas categorias, surge a esperança de se conseguir construir uma formação que vai abolir a forma capitalista do trabalho. Saviani (2011, p. 20) afirma que

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade de educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens.

Portanto, a escola possui características que permitem o acesso ao saber teórico, a verdadeira relação entre a teoria e a prática. Nessa perspectiva, Gramsci (1982) defende a formação profissional que atenda aos anseios de uma qualificação e formação profissional que não seja descaracterizada pela fragmentação do conteúdo e pela especialização da técnica, mas que seja voltada para uma escola unitária. O autor acredita na mudança, mas compreende que esse processo não é tão simples como deveria ser, pois depende da responsabilidade de todos, não somente dos professores, como muitos pensam. Defende uma escola única, de cultura geral e formativa.

Consequentemente, pensar em uma educação voltada à formação integral, ou *omnilateral* do ser humano, dentro de uma educação que se evoluiu e criou laços no processo histórico em relação à sua produção, faz com que sejam criadas oportunidades de se alcançar uma formação mais humana, transformando a sociedade ou o sujeito, pois a educação e a cultura são o fundamento para a construção de um novo ciclo. Percebemos, então, que a promoção de políticas e ações que oferecem condições de alimentação, moradia, transporte, entre outros recursos aos estudantes, pode possibilitar o alcance de uma educação mais igualitária nesse sentido.

Dessa forma, ressalta-se que a educação *omnilateral* é um conceito que se refere à formação integral do indivíduo, englobando aspectos intelectuais, sociais, emocionais e éticos. O Pnaes contribui significativamente para essa abordagem em várias frentes, em especial, no que diz respeito à moradia estudantil.

1.4 A Moradia Estudantil no Brasil

O Pnaes gera a inclusão no meio social quando assegura que estudantes de diferentes origens socioeconômicas ingressem na Educação Profissional e Tecnológica. Então, a variedade no ambiente acadêmico valoriza o processo educativo, tornando possível que inúmeras perspectivas sejam compartilhadas e discutidas (Fonaprace, 2012). Ademais, tal fato é de suma importância para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua função social.

Pesquisas comprovam que a assistência ao meio estudantil é um fator imprescindível na diminuição das taxas de evasão nas escolas. Logo, quando oferece suporte financeiro e social, o Pnaes presta suporte aos alunos no que tange à superação de barreiras que poderiam direcionar ao abandono dos estudos (Xavier; Fernandes, 2019). Outrossim, a permanência dos estudantes nas instituições coopera para uma formação mais robusta e completa.

O Pnaes não se restringe a auxílio em dinheiro, mas, também, fomenta o desenvolvimento integral dos estudantes, pois as atividades culturais e esportivas oferecem experiências fora da sala de aula, somadas ao desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, vitais no trabalho (Almeida; Betini, 2015). Essas experiências tornam a formação do indivíduo mais completa, facilitando a transição para a vida profissional. Sendo assim, os alunos possuem a oportunidade de constituir uma identidade coletiva, sendo que a participação em atividades extracurriculares torna mais forte os laços dos alunos e gera uma sensação de pertencimento à comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, o Pnaes é de suma importância

para o engajamento dos estudantes em suas instituições e no processo educativo como um todo (Recktenvald *et al.*, 2018).

Diante do exposto e concordando com Nascimento (2014), o Pnaes promove a criação de um ambiente acadêmico que valoriza e acolhe respeitosamente os diversos aspectos da vida estudantil, abarcando a saúde física e mental dos estudantes. Assim, ao incentivar uma educação *omnilateral*, o programa promove o comprometimento com o desenvolvimento integral dos indivíduos, o que os capacita a atuar com intenção crítica e consciente no mundo.

O aumento do tamanho e o fortalecimento do Pnaes são cruciais para a manutenção desta política pública e para a ampliação de seu escopo. Em uma sociedade com crescentes diferenças sociais, o ingresso ao ensino superior e a garantia de condições de qualidade para a educação estão se tornando mais importantes para criar uma sociedade mais justa e equitativa. Por meio do apoio a milhares de estudantes, o Pnaes demonstra a importância do Estado no que tange a promover a educação pública gratuita e de alta qualidade, conforme documentado na Carta Magna (Brasil, 1988).

O Pnaes tem um papel significativo na educação *omnilateral* brasileira, pois garante que alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade consigam terminar sua educação e se desenvolver plenamente. O programa não só diminui a lacuna no acesso ao ensino superior como, também, promove a formação de cidadãos críticos e participativos, que possuem a capacidade de assumir um papel transformador no meio social.

A chamada Reforma Francisco Campos, de 1931, é a primeira tentativa de estabelecer as diretrizes para a política de auxílio estudantil no Brasil. Após isso, na Carta Magna de 1946, a assistência estudantil tornou-se um dever para todos os sistemas de ensino, assegurado pelo artigo 172, que declarava que cada sistema de ensino deveria fornecer serviços de assistência educacional que garantissem aos alunos com necessidades socioeconômicas condições de eficiência escolar (Brasil, 1946).

A mencionada constituição, também, deixava claro o conceito de Política de Assistência Estudantil, uma ação de auxílio aos estudantes em necessidade, levando em conta a condição financeira de suas famílias. No entanto, a LDB 4.024, de 1961, passou a ver a assistência estudantil como um componente intrínseco ao direito à educação (Brasil, 1961). Assim sendo, tal fato levou o Governo Federal a estabelecer, em 1970, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), um setor de âmbito ministerial, com a finalidade de implementar uma política nacional de apoio ao estudante universitário, dando ênfase aos programas de alimentação, alojamento, assistência médica e odontológica (Barreto, 2014).

Em vista do que foi exposto, segundo Maurell e Machado (2019), de maneira geral, o movimento estudantil sempre manteve uma forte ligação com as residências estudantis. Nesse contexto, é realizado um recorte em relação ao foco deste movimento de pesquisa, adotando o conceito de “Casa do Estudante”, conforme as diretrizes disponíveis na página da Secretaria Nacional de Casas de Estudante. Logo, “Casa do Estudante” é qualquer local destinado à acomodação de estudantes, podendo ser categorizado como alojamento estudantil, residência estudantil, casa de estudante (universitária, secundária, pós-graduada, autônoma, estadual ou municipal), repúblicas e outros, sem levar em conta a renda dos residentes.

Há três categorias fundamentais de alojamento estudantil: Residência Estudantil, Casa Autônoma de Estudantes e República Estudantil. Em relação à análise sugerida, considera-se como base desta pesquisa as publicações disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dos últimos cinco anos, que abordaram a Moradia Estudantil do tipo Residência Estudantil, isto é, a residência de propriedade das Instituições de Ensino Superior e/ou das Instituições de Ensino Secundário Públicas (Maurell; Machado, 2019).

No entanto, é importante destacar que, a Moradia Estudantil (ME) não foi a primeira modalidade de Moradia Estudantil no Brasil. As primeiras referências conhecidas são as “Repúblicas” de Ouro Preto/MG, durante o período imperial (século XIX), onde grupos de estudantes com ideais republicanos se uniram e se instalaram em casas e sobrados.

Desse modo, o surgimento dessas repúblicas foi uma iniciativa política. Durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), as residências estudantis, também, atuaram como pontos estratégicos de refúgio e oposição ao regime. Posteriormente, em 1987, a criação da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence) aprimorou a organização nacional do movimento. Durante a década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, a Assistência Estudantil foi vista como um “desperdício” e, sob essa perspectiva, a rubrica específica que assegurava o financiamento para essa finalidade foi eliminada das universidades públicas. A luta pela rubrica específica de assistência estudantil ganha força nos anos 2000 com a implementação do Pnaes, que, inicialmente, assegurou três anos (2008-2010) de recursos para as Instituições de Ensino Superior (Maurell; Machado, 2019).

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 1996, já indicavam novas garantias de acesso à educação superior pública (Brasil, 1996a). Neste contexto, o termo “Ações Afirmativas” começou a ser debatido, sendo que, segundo Gomes (2002, p. 132), as ações afirmativas são políticas públicas e privadas que visam à realização do princípio constitucional da igualdade material e à atenuação dos impactos da discriminação racial, de gênero, etária,

nacional e de características físicas. Sendo assim, as ações afirmativas são impostas ou propostas pelo estado, por seus órgãos vinculados e até mesmo por entidades exclusivamente privadas, tendo como objetivo combater as expressões evidentes de discriminação cultural e estrutural, profundamente arraigadas na sociedade (Gomes, 2002, p. 132).

Destarte, objetivando promover e/ou expandir as oportunidades de acesso à Educação Superior pública federal para os alunos que ingressaram por meio de ações afirmativas, foi promulgado o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamenta o Pnaes. De acordo com o Programa, as medidas de assistência estudantil devem ser implementadas nas seguintes áreas: alojamento estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, além do acesso, envolvimento e aprendizado de alunos com deficiência, distúrbios globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Como consequência, de acordo com Biembengut (2008), a discussão foi necessária dada a quantidade de publicações que abordam uma das áreas asseguradas pelo Pnaes, todas produzidas após a publicação deste decreto, a exemplo da Moradia Estudantil: duas delas são de 2018; quatro, de 2017 e uma, de 2016, demonstrando assim o modelo de assistência e Moradia Estudantil baseado nessas diretrizes.

A educação é um processo que ocorre em diversos ambientes e momentos, incluindo a escola, mas não se limita a ela. Ao examinar o cenário particular das escolas que funcionam em período integral, como nas áreas onde a pesquisa foi conduzida, acredito que existe uma responsabilidade acrescida em relação à educação completa dos jovens (Saucedo, 2023).

A residência estudantil não deve ser vista apenas como um refúgio ou acomodação para os alunos que residem longe das instituições onde estudam. O ambiente e o tempo que os indivíduos passam em sua residência devem ser incorporados ao currículo, permitindo uma educação que vai além da combinação entre formação técnica e formação básica, visando, também, à formação humana e cidadã, resultando na formação da identidade dos indivíduos (Figueredo, 2020).

A educação vai além de práticas de ensino institucionalizadas no contexto escolar (educação formal). O conceito "abrange todos os processos de formação do indivíduo" (Brandão, 2004, p. 17). A partilha de conhecimentos é uma prática educativa que pode acontecer em diversos contextos (educação informal). Conforme este educador, ninguém está livre da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de uma forma ou de outra, todos compartilhamos fragmentos da vida com ela, com o objetivo de aprender, ensinar e aprender novamente. Para entender, executar, ser ou coexistir. (Brandão, 2004).

Larrosa (1999, p. 81) reforça essa definição de educação informal ao enfatizar “a presença de ambientes onde as interações de ensino e aprendizado não são sistematizadas. Ele os chama de espaços intersticiais, onde os indivíduos organizam internamente seus conhecimentos e se transformam em indivíduos distintos”. Libâneo (2004) reafirma esta visão quando define a educação informal como as ações e influências do ambiente sociocultural, que se desenvolvem por meio das interações entre indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, gerando conhecimentos, experiências e práticas. No entanto, essas interações não estão vinculadas diretamente a uma instituição, nem são planejadas e estruturadas.

Com base nessas pressuposições, as moradias supracitadas são vistas como locais de troca de novas vivências, que podem impactar no processo de adesão e integração na vida acadêmica. Coulon (2008) sugere o conceito de afiliação como um meio de socialização positiva na vida universitária. Segundo ele, o ingresso no ensino superior exige que o estudante aprimore suas habilidades como estudante, entenda as normas da instituição e saiba usá-las a seu favor, tornando-se, assim, um integrante daquele novo grupo de convivência.

Neste contexto, Figueredo (2020) destaca que o estudante deve entender os códigos da universidade, se ajustar a este novo ambiente e se familiarizar com a rotina da instituição. Segundo este autor, ser membro seria basilar para o êxito acadêmico. Neste estudo, a trajetória de três estudantes universitários, retratada por meio de retratos sociológicos, destaca as conexões entre as aprendizagens obtidas na residência estudantil e a formação da profissão de estudante.

A mudança de casa devido ao ingresso no ensino superior acarreta muitas alterações na vida do estudante. Em harmonia com Galland (1995), a autonomia residencial é considerada um critério crucial para a experiência da vida estudantil. Os resultados do seu estudo, conduzido na França, indicam que os alunos que vivem em residências universitárias, sejam elas instituições públicas ou privadas, são mais extrovertidos e ligados ao universo estudantil. Sendo assim, eles tinham um número maior de amigos universitários em comparação com aqueles que moravam com os pais, experimentavam práticas sociais de maneira mais intensa e se integravam mais profundamente no ambiente urbano local.

De acordo com Sousa e Peixoto (2020), nas residências estudantis, cultivar o sentimento de pertença ao conjunto de moradores e criar laços é um elemento de suma importância para a adaptação a este novo ambiente. É necessário harmonizar os interesses pessoais e coletivos na administração e uso do espaço comum da instituição e da habitação. Ao examinar esses processos, a psicologia ambiental indica uma interação bidirecional entre comportamento e

ambiente físico, na qual tanto o comportamento influencia o ambiente físico quanto este influencia o comportamento.

Adicionalmente, Sousa e Peixoto (2020) destacam que o ambiente social pode impulsionar ou limitar comportamentos. A psicologia social se concentra sistematicamente nas causas do comportamento social humano, reconhecendo as influências dos indivíduos nas crenças, sentimentos e atitudes uns dos outros. Em anuência com Delabrida (2014), atitudes positivas geralmente são desenvolvidas entre alunos que convivem e interagem com colegas que já incorporaram tais comportamentos. A interação social pode potencializar o rendimento escolar. Neste cenário, as residências podem atuar como um prolongamento do ambiente escolar, dando prosseguimento aos processos de aprendizado.

A literatura dos Estados Unidos fornece contribuições relevantes sobre a experiência nas residências para estudantes. Entender esse ambiente como um local de aprendizado acadêmico, promotor de experiências formativas que auxiliam na integração universitária, é bastante diferente da visão pragmática e assistencialista predominante no Brasil. Os programas de residência são vistos como pontes que podem fomentar oportunidades, aprimorar competências e unir o aprendizado dentro e fora da sala de aula. Diversas pesquisas evidenciam, entre outros fatores, a conexão desses ambientes com a melhoria do desempenho acadêmico, com a continuidade na educação superior e com o estímulo à adaptação social e geral, além de uma interação mais intensa entre pares (Wiese *et al.*, 2017).

No estudo conduzido por Pascarella e Terenzini (2005) sobre a produção americana acerca dos efeitos da universidade nos alunos, os autores concluem que morar na residência estudantil está associado a diversos aspectos positivos, incluindo o aprimoramento de valores estéticos, culturais, intelectuais, sociais e políticos, desenvolvimento da independência, aprimoramento da empatia, tolerância, persistência em permanecer na universidade, envolvimento em atividades extracurriculares e rendimento acadêmico. Pascarella e Terenzini (2005) reafirmam esses resultados, porém, sugerem que muitos desses benefícios podem ocorrer de maneira indireta, estando diretamente ligados ao grau de envolvimento do aluno com o *câmpus*.

Além disso, conforme Saucedo (2023), os jovens procuram na escola uma chance de expandir sua formação profissional e humana, buscando instrumentos que possam mudar sua realidade, visando a alcançar um futuro mais promissor. A residência estudantil contribui para a formação do aluno e é essencial na formação de identidades, amizades, companheirismo, aprendizado acadêmico e não acadêmico, para o desenvolvimento da autonomia, capacidade crítica e para a emancipação dos nossos jovens. Portanto, a escola começa a ser vista como um

todo, um ambiente de interações sociais onde todos os indivíduos, que nela passam uma grande parte de suas vidas, formam sua existência humana e social.

Desta forma, Blanc (2009) destaca a importância das variadas circunstâncias que os jovens enfrentam na (re)formação de suas juventudes e dos componentes que formam sua identidade social, evidenciando, também, que a transição para a ME é um desses cenários, já que a exigência de adotar uma postura mais independente, assumir certas obrigações e se distanciar da família permite não apenas uma transformação de identidade, mas uma redefinição da sua juventude.

1.5 A formação integral do estudante: memórias coletivas e construção de identidade

A memória é tecida por eventos, pessoas, personagens e lugares. Os eventos podem ter sido vividos pessoalmente, compartilhados pelo grupo ou pela comunidade com a qual uma pessoa sente afinidade. As pessoas, mesmo que não tenham participado diretamente de um evento específico, desempenham um papel crucial na construção dessa memória (Pollak, 1992).

Os lugares, por sua vez, estão impregnados de lembranças que fortalecem o senso de pertencimento. Nesse contexto, Pollak (1992) define a memória como um elemento essencial do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, uma vez que é um fator muito importante para o sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si.

Rocha (2012) destaca que a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo como a coletividade, estabelece a diferença relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade: frente ao eu ou aos nós do pertencimento se coloca a “estrangeiridade” do outro.

A memória é um componente fundamental da identidade, seja individual ou coletiva. A busca por essa identidade é uma das atividades primordiais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas, marcada pela ansiedade e urgência (Le Goff, 1990). Halbwachs (2006) argumenta que qualquer memória individual é, na verdade, parte de uma memória coletiva. Isso porque todas as lembranças são moldadas no contexto de um grupo. Embora o indivíduo possa sentir que possui uma memória própria, essa sensação é, na verdade, a internalização das representações de uma memória histórica compartilhada.

Contudo, segundo Halbwachs (2006), a memória consiste em um fenômeno eminentemente coletivo, ou seja, a partir de uma construção social, constituída de relações mantidas entre indivíduos e grupos. O autor defende que a memória não poderia ser concebida como um fenômeno apenas biológico ou fisiológico, porquanto o indivíduo só é capaz de recordar à medida que pertence a um grupo social. O autor ainda reitera que o indivíduo isolado não tem a capacidade de formar lembranças, ou não seria capaz de sustentá-las por muito tempo.

Para Le Goff (1990), o conceito de memória é de suma importância. Embora o presente trabalho foque na memória dentro das ciências humanas, especialmente na história e na antropologia, e trate mais da memória coletiva do que das memórias individuais, é essencial delinear, brevemente, o vasto campo da memória no cenário científico global. A memória, entendida como a capacidade de conservar informações, nos remete, primeiramente, a um conjunto de funções psíquicas que permitem ao ser humano reviver impressões ou informações passadas, ou que ele concebe como passadas.

Para Nora (1993), os lugares de memória têm uma tripla função: são espaços materiais onde a memória social está ancorada e pode ser percebida pelos sentidos; são lugares funcionais, pois desempenham ou adquiriram a função de suporte de memórias coletivas; e são simbólicos, pois expressam e revelam essa memória coletiva, ou identidade. Esses lugares são permeados por um desejo de memória.

Pollak (1992), assim como Halbwachs (2006), reforça a ideia de que a construção da memória serve como uma estratégia para consolidar identidades. Segundo Pollak (1992), existe uma estreita conexão entre a memória e o sentimento de identidade. As interações entre diferentes formas de memória podem ser não apenas metafóricas, mas, também, concretas. Segundo Le Goff (1990), a memória é um componente fundamental da identidade, seja ela individual ou coletiva. No entanto, a memória coletiva não é apenas uma conquista; é, também, um instrumento e um objeto de poder.

Portanto, percebe-se que a memória tem um caráter racional, constituindo-se na interação entre os sujeitos, ou seja, o indivíduo não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando se lembra de algo, de forma individual.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembrados por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 30).

Percebe-se, então, que a memória individual estaria inserida em uma estrutura maior da memória coletiva, sendo apenas uma partícula de fatos vivenciados pelo grupo. Mesmo quando o indivíduo constrói lembranças fundamentadas em experiências individuais, precisa buscar por instrumentos que são oferecidos pelo meio social. Para o autor, a memória não é algo que está concluído e arquivado no passado, mas, sim, algo que se mantém vivo no presente, nos pensamentos e ações dos indivíduos e grupos.

Corroborando as ideias de Halbwachs, os estudos de Pollak (1992) sobre a memória trazem relevantes inovações, apesar de compartilharem opiniões similares quanto à memória ter como característica a coletividade dentro de um contexto de construção social. Entretanto, para Pollak, o indivíduo, também, possui a capacidade de acessar memórias que remetem a acontecimentos, ou seja, eventos em que o sujeito pode ter participado diretamente ou não, por meio do pertencimento desse sujeito a um determinado grupo. O autor ainda ressalta que as memórias podem ser baseadas em fatos ou não. No processo de lembranças, pode haver confusões, imprecisões, incoerências e até esquecimentos (Pollak, 1989).

Em ambientes de convivência em grupo, como em uma Moradia Estudantil, pode-se perceber a memória como instrumento de construção social. Os momentos vivenciados, as experiências compartilhadas, as alegrias, tristezas, conquistas e derrotas, fazem parte da memória coletiva de indivíduos que compartilharam de uma experiência de residir dentro de uma instituição escolar.

Saucedo (2023) expõe que a Moradia Estudantil consegue ser um ambiente de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos, além de ser um local de convívio e criação de memórias compartilhadas. A estrutura dos ambientes pode auxiliar na formação da memória e na vivência dos locais. A moradia mencionada anteriormente vai além do mero papel de abrigo, tornando-se um local crucial para a construção de identidades e a criação de memórias compartilhadas. Este assunto não se limita apenas às condições físicas das moradias, mas, também, às vivências coletivas que influenciam a vida acadêmica e social dos alunos.

Para Figueredo (2020), as recordações coletivas produzidas neste cenário são essenciais para a construção da identidade dos alunos. Momentos compartilhados, tais como celebrações, debates acadêmicos, obstáculos superados e vitórias comemoradas, estabelecem vínculos emocionais que se mantêm ao longo do tempo. Essas vivências compartilhadas auxiliam na formação de uma narrativa compartilhada, reforçando o sentimento de pertença a uma comunidade.

Destarte, a Moradia Estudantil é um local onde os jovens formam suas identidades, sendo que as interações cotidianas e as vivências compartilhadas contribuem para a formação

de perspectivas de mundo e de valores, que passam a fazer parte das recordações coletivas. Então, tal formação de identidade é crucial para o crescimento pessoal e social dos alunos. Os desafios compartilhados, como a adaptação à vida acadêmica ou à administração do tempo entre estudo e lazer, geram lembranças que são frequentemente recordadas com afeto, dado que, essas vivências de superação em grupo reforçam o sentimento de comunidade e pertença (Sousa; Peixoto, 2020).

Diante do exposto e em conformidade com Saucedo (2023), a Moradia Estudantil tem uma função essencial na construção das memórias coletivas dos alunos, funcionando como um microcosmo em que identidades são formadas, vínculos são fortalecidos e vivências são divididas. Logo, ao identificar essa influência, é possível realçar ainda mais a relevância desses ambientes na vida acadêmica e pessoal dos jovens.

Assim, ao pesquisar sobre memórias de estudantes que vivenciaram o ambiente coletivo de uma Moradia Estudantil, tem-se a oportunidade de obter informações mais fidedignas quanto à formação humana e os fatores que contribuíram para esta formação, que, inclusive, pode se contrapor à história escrita e registrada.

As narrativas orais ou escritas, bem como os lugares de memória são de grande relevância para a preservação e transmissão de heranças identitárias e tradições, além de atuar como suporte das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo (Delgado, 2003). As próprias práticas pedagógicas dentro das instituições federais de ensino, o comportamento dos estudantes, tradições e costumes, são transferidos de uma geração a outra por meio das memórias, fato percebido durante a coleta de dados, quando, por exemplo, o egresso 03 diz: *“Só gratidão mesmo. Tanto é que meu irmão mais novo está aí no IF, no alojamento. Está seguindo os meus passos e vai conseguir crescer na vida, se Deus quiser”*. Em instituições mais antigas, é possível perceber várias gerações de uma mesma família, como avós, pais e netos, que vivenciaram momentos ímpares no chão desses estabelecimentos de ensino.

2 ORIGENS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

2.1 Dos Colégios de Fábrica aos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia

Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é caracterizada como um legado de riqueza e complexidade, sempre marcado por contradições sociais decorrentes das transformações socioeconômicas e políticas pelas quais o país tem passado. Considerando-se tal contexto de transformações históricas e mudanças relativas à formação de mão de obra para o desenvolvimento do país, as origens da educação profissional em território brasileiro remontam ao período colonial, pois foi o momento em que as práticas de formação para o trabalho eram informais, baseadas em sistemas de aprendizagem artesanal (Corrêa Filho *et al.*, 2022).

No entanto, foi apenas no início do século XIX, ainda no período do império que a educação profissional iniciou os seus contornos mais elaborados. Por meio de um decreto instituído pelo príncipe regente, foi, então, criado o Colégio de Fábricas, ainda com um viés assistencialista, tendo como objetivo principal o amparo às camadas sociais mais baixas do país (Moura, 2007).

Com o avanço da industrialização, surge a necessidade da criação de escolas que formassem trabalhadores, para atender às demandas crescentes do mercado, nesse período. A Educação neste momento, deixa de ser estritamente assistencialista e passa a ocupar um lugar de formação de mão de obra. Assim, no governo do então presidente Nilo Peçanha, foram criadas, no ano de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices em várias províncias brasileiras, com o intuito de formar mão de obra qualificada para atender às demandas emergentes da industrialização (Vieira; Souza Júnior, 2016).

Em 1909, um marco significativo ocorreu com a promulgação do Decreto nº 7.566, que instituiu as *Escolas de Aprendizes Artífices*. Essas escolas foram essenciais para a formalização do ensino técnico no Brasil, proporcionando uma educação profissional primária e gratuita. O presidente Nilo Peçanha, tinha em vista atender à crescente demanda por trabalhadores qualificados em um contexto de modernização econômica.

O artigo 1º do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, pontua que: “Em cada uma das capitais dos Estados da República, o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada

ao ensino profissional primário e gratuito” (BRASIL, 1909). Percebe-se, neste período, a divisão de classes sociais, que, ao longo do tempo, foi se intensificando.

Em 1937, as *Escolas de Aprendizizes e Artífices* deram lugar ao *Liceus Industriais*, que tinham como finalidade a formação de mão de obra em todos os graus, e no ano de 1942 os *Liceus* tornam-se *Escolas Industriais e Técnicas*, que ofertavam cursos de formação profissional equivalente ao secundário (Manfredi, 2017). Sendo assim, no ano de 1942, ocorreram alterações expressivas no sistema educacional sob a perspectiva do emprego.

Müller (2009) afirma que a Reforma Capanema e as Leis Orgânicas da Educação caracterizaram-se como uma série de decretos que pretendiam direcionar o sistema educacional brasileiro para a nova ordem econômica e social.

Nesse sentido, no domínio da educação industrial, o Decreto nº 4.073, de janeiro de 1942, criou regras para este tipo de educação, dividindo-o em dois ciclos: o primeiro dizia respeito à educação industrial básica: maestria, artesanato e aprendizagem; e o segundo envolvia componentes técnicos e educacionais.

Ademais, ainda no assunto da Reforma Educacional de Gustavo Capanema, foi criado, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e, mais tarde, no ano de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), ambos são instituições públicas, porém, de propriedade privada, o que deu origem ao atual sistema "S". Portanto, a finalidade dessas organizações refletia a decisão do governo de entregar a formação dos cidadãos a empresas privadas, a fim de facilitar a transição para a vida profissional (Moura, 2007).

Posteriormente, no ano de 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek, as *Escolas Industriais e Técnicas* foram convertidas em *Escolas Técnicas Federais*, tendo em vista que essas escolas ganharam *status* autônomo dentro do governo federal, isto é, adquiriram autonomia administrativa, didática e técnica. Logo, a criação dessa personalidade jurídica foi crucial para a progressão da educação profissional. Conforme Cunha (2005, p. 135),

A repercussão da autonomia das escolas técnicas federais foi muito grande, tanto pelo grande crescimento nas matrículas, pela melhoria da qualidade dos cursos, pelo aumento da produtividade dos recursos e pela maior capacidade de resposta às necessidades locais e regionais.

Como consequência, Ramos (2014) documentou que o governo de JK, passou a ser responsável por parte da educação profissional no Brasil. Dessa maneira, a partir do investimento público do país na educação, que visava a uma unificação escolar, foi permitido uma educação técnica equivalente ao secundário propedêutico, tornando a nação mais

capacitada.

As escolas careciam de infraestrutura especializada que pudesse ser dedicada a um propósito específico e o conteúdo carecia de conhecimento de ciência, literatura, tecnologia e artes, o que levou à banalização da educação e à sua queda. Apesar da confiança e do otimismo associados a esse tipo de educação que foi abalada no paradigma dominante, ainda é possível dizer que a progressão do treinamento profissional foi um limiar importante nesse paradigma (Corrêa Filho *et al.*, 2022).

As diretrizes da educação profissional passaram por outra transformação na década de 1990, após a sanção da Lei n.º 9.394, de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), instrumento de grande importância para o estudo das diferentes concepções de EPT no Brasil. Essa lei abriu caminho para uma ampla reforma do ensino técnico, fomentando a integração da educação básica com a formação profissional.

Merece destaque, também, o Decreto n.º 2.208/97, que instalou os *Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet)*, criados pela Lei n.º 8.948, de 8/12/1994, ampliando, portanto, o acesso ao ensino técnico de nível superior (Vieira; Souza Júnior, 2016).

Foi criado, ainda, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que combinou a Rede Federal e as redes ou escolas de educação tecnológica do país de forma semelhante (Brasil, 2018). Nesse prisma, o processo mencionado anteriormente foi chamado de "cefetização" das escolas técnicas.

O artigo 21 LDB/96 estabelece que a educação escolar é composta por dois níveis educativos: Educação Básica e Educação Superior. Nesta legislação, também, está inserida a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo o preparo e a relação com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. O artigo 39 da referida Lei diz que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Conforme argumentam Vieira e Souza Júnior (2016), com a LDB, a educação profissional passou a ser considerada um ramo especial. Em 2011, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a fim de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Com o Pronatec, novas expectativas foram formadas quanto à distribuição da educação profissional e, também, quanto às metas e estratégias associadas ao Plano Nacional de Educação para o período 2014-2024. O potencial de triplicar a oferta de educação profissional ainda está longe de atender à demanda existente. Essa demanda não se limita aos concluintes do ensino médio, mas inclui, também, os

estudantes que concluíram sua educação como jovens adultos e aqueles que esperaram por muito tempo para se profissionalizarem e ingressarem no mercado de trabalho.

Por fim, segundo o Ministério da Educação (MEC), um dos mais recentes marcos para a educação profissional e a educação tecnológica no Brasil foi a criação dos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* pela Lei 11.892/2008. Esta lei consolida uma rede nacional de instituições externas para a formação técnica e tecnológica, promovendo uma abordagem integrada que vai da educação básica à de nível superior (Brasil, 2008). Os Institutos Federais têm se destacado pela capacidade de atender demandas regionais e pela oferta de cursos que conjugam teoria e prática.

A Lei nº 11.892/2008 estabelece diversos objetivos para os Institutos Federais, incluindo: oferecer educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente em cursos integrados, para estudantes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Além disso, visa promover a integração e verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física e os recursos humanos (Corrêa Filho *et al.*, 2022).

A Lei nº 11.892/2008 proporcionou uma expansão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e, mediante a instauração da referida lei, os Institutos Federais de Educação apresentaram, ao longo da última década, um projeto que viabiliza condições de uma educação profissional de qualidade.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação básica, profissional e tecnológica com a finalidade de oferecer uma Educação Profissional e Tecnológica, em diversas modalidades com destaque no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional. Para tanto, “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, se firma” (Brasil, 2021, p. 34).

De acordo com Corrêa Filho *et al.* (2022), no Brasil, diversos desafios persistem na educação profissional e tecnológica. A implementação das novas diretrizes educacionais trazidas pela Lei nº 13.415/2017 levantou dúvidas quanto à redução da carga horária dos cursos técnicos, o que pode prejudicar a qualidade da formação. Além disso, os recentes cortes orçamentários nas áreas da educação podem colocar em risco a continuidade das políticas públicas voltadas à formação profissional. A qualidade dessas políticas públicas é essencial para o efetivo atendimento às demandas do mercado de trabalho.

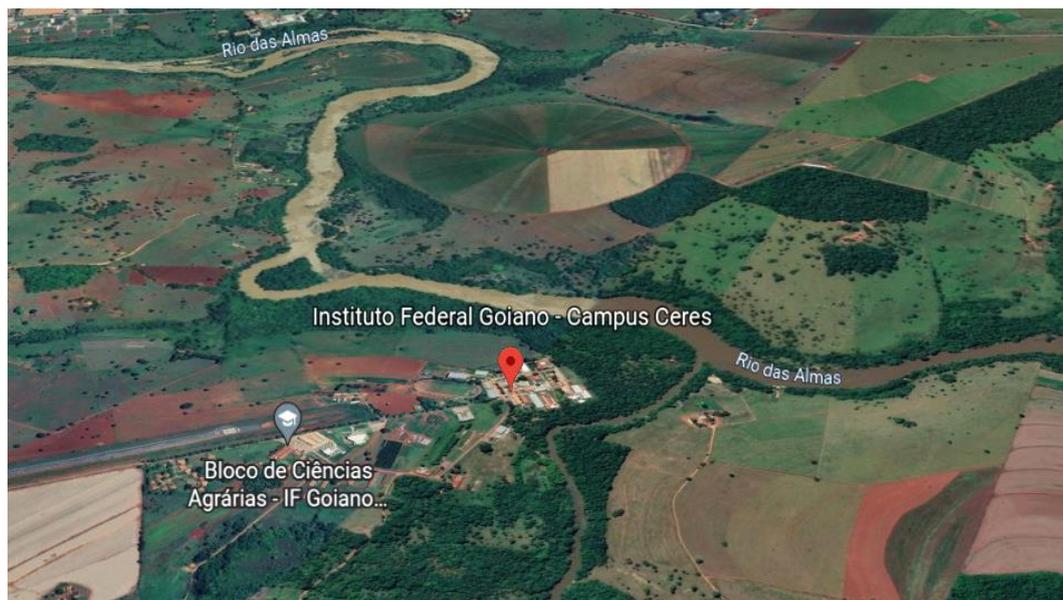
Nessa visão, segundo Manfredi (2017), a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil segue trajetórias de constantes mudanças que são impactadas pelas necessidades sociais e econômicas do país. Desde seus primórdios informais até a legislação rigorosa, essa modalidade se adaptou às necessidades cambiantes do mercado de trabalho. No entanto, é essencial que os desafios modernos sejam enfrentados por meio de políticas públicas eficazes que garantam educação técnica de qualidade para gerar demanda por mão de obra qualificada em um mundo cada vez mais competitivo.

2.2 Breve contextualização do IF Goiano - Campus Ceres, *locus* da pesquisa

O estudo ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, localizado na cidade de Ceres, Estado de Goiás. É uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa, extensão e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos (IF Goiano, 2020).

A Figura 1 ilustra a localização da instituição pesquisada:

Figura 1 - Localização do IF Goiano - Campus Ceres



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

Conforme expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, para a constituição da escola investigada, foi apresentado no Congresso Nacional, em 1986, o projeto de lei que criava a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe). Em setembro do mesmo ano saiu o edital de concorrência pública para a construção. A maquete do projeto da Escola foi lançada no dia 04 de setembro de 1987, pelos membros da Comissão Pró-Criação da Agrotécnica, integrada por Justiniano Dias Diniz, Romeu Borges Campos, José Aranha da Silva, Joaquim Pedrosa Mundin e Geraldo Magela. Seguiu-se, no dia 29 de outubro de 1988, a assinatura do contrato para a construção da escola, no Plenário da Câmara Municipal de Ceres, com a EBEG-Engenharia, firma vencedora da concorrência pública. Somente no dia 1º de novembro sua construção foi iniciada, com os técnicos garantindo, na época, que sua conclusão se daria no final de 1989, o que não ocorreu.

Por mais de três anos, a obra ficou paralisada, implicando em muito trabalho, muito sacrifício, muita luta de todos os segmentos organizados de Ceres: políticos, empresários, representantes de classes e trabalhadores (IF Goiano, 2020). A Escola Agrotécnica Federal de Ceres foi, então, finalmente criada em 30 de junho de 1993 pela Lei 8.670 e transformada em Autarquia pela Lei 8.731, de 16 de novembro do mesmo ano. Sua inauguração ocorreu em 30 de janeiro de 1994, mas o efetivo ingresso da primeira turma, para o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, se deu no dia 06 de março de 1995. Com a reforma na Educação Profissional, promovida pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, a Escola passou a oferecer o curso Técnico em Agropecuária em Concomitância com o Ensino Médio.

A região em que foi estruturado o IF Goiano, na década de 1940, foi palco da política de expansão econômica, promovida pelo, então presidente, Getúlio Vargas, a exemplo da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que muito influenciou na configuração territorial da região central de Goiás, denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano. A área que se formou a partir da Cang foi uma importante fronteira agrícola (Carvalho; Souza; Santiago, 2019).

Em função de novas demandas apresentadas pela comunidade, em 2001, houve expansão na oferta de cursos, sendo criados Cursos Técnicos em Informática, Agroindústria, Agricultura e Zootecnia e, em 2005, o Curso Técnico em Meio Ambiente, oferecidos em diversas modalidades, ampliando, assim, as suas áreas de atuação. Também, em 2005, já com novas diretrizes educacionais que propiciavam ofertar, novamente, cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, retomou-se o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Em 2006, foi implantado o primeiro Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Proeja), inicialmente, com a oferta do curso de

Agroindústria. Anos depois foi a vez do curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática ser lançado nessa modalidade (IF Goiano, 2020). A Figura 2 destaca parte da estrutura administrativa da instituição pesquisada.

Figura 2 - Vista aérea de blocos administrativos e salas de aula



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

A reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ocorrida em 2008, transformou a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe) em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, conforme a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em 2009, foram criados novos cursos técnicos na modalidade Proeja (em Administração e Informática), o curso técnico em Administração e a primeira oferta de curso de graduação da unidade, a Licenciatura em Ciências Biológicas. Em 2010, foi implantado o curso de Agronomia e, no ano de 2011, os cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Zootecnia. Em 2015, foi iniciada a oferta do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* do Campus, o Mestrado profissional em Irrigação no Cerrado. No ano seguinte, 2016, foi inaugurado o mais recente curso superior da unidade, o Bacharelado em Sistemas de Informação (Brasil, 2020).

Por fim, a partir de 2017, o Campus Ceres deu novos passos rumo à oferta de pós-graduações, adicionando à sua base de cursos as especializações em Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática, em Produção e Utilização de Alimentos para Animais de Interesse Zootécnico e em Formação de Professores e Práticas Educativas. O último curso

implantado foi o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede por diversos Institutos Federais, tendo como polo, desde 2020, o Campus Ceres (IF Goiano, 2020).

Institutos Federais são hoje instituições de educação superior, básica, e profissional, pluricurricular e multicampi, com atuação em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Foram equiparados às Universidades Federais na gestão orçamentária e financeira descentralizada, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos (Carvalho; Souza; Santiago, 2019).

O IF Goiano - Campus Ceres possui uma área total de 192 hectares, abrigando a sede administrativa, dependências e espaços de formação profissional. No núcleo administrativo, são três pavilhões que abrigam as diretorias e gerências de área, além da estrutura da diretoria-geral, salas de professores, salas de núcleos e outros departamentos administrativos, como o de Compras e Licitações, Tecnologia da Informação e Comunicação Social. As salas de aulas estão organizadas no Campus em três pavilhões (C, D e E) localizados próximos à sede administrativa e destinados, majoritariamente, a sala de aulas dos cursos técnicos, todas elas devidamente climatizadas. A estrutura física conta, ainda, com outros três pavilhões localizados na parte alta da unidade (F, G e H), que concentram as aulas das graduações. No entanto, a destinação não é fixa a um ou outro curso, havendo casos de compartilhamento das estruturas por cursos de níveis diferentes, conforme o turno de oferta (IF Goiano, 2020).

Os pavilhões acima mencionados, também, abrigam o conjunto de laboratórios da Instituição, como os laboratórios de Química, Biologia Instrumental, Zoologia, Microbiologia, Física, Geomática e Práticas Pedagógicas, bem como de Informática, Manutenção e Redes de Computadores, Gerência de Projetos e Engenharia de *Software*, Dispositivos Móveis e Práticas de Desenvolvimento de *Software*. Outros laboratórios, como os de Anatomia Animal, de Solos, de Fruticultura, de Fisiologia Vegetal e o complexo de Laboratórios Educativos de Produção são encontrados espalhados pelo Campus, aproveitando-se o amplo espaço físico da Instituição.

O complexo esportivo do Campus, oferece campo de futebol, quadras de areia e coberta, ginásio poliesportivo, academia de musculação, pista de atletismo e piscina semiolímpica. Junto a ele, estão as trilhas ecológicas, mantidas como projeto de Extensão permanente, possibilitando a prática de exercícios físicos plenamente integrada ao meio ambiente.

2.2.1 Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres

A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres é orientada por diretrizes que buscam estimular a inclusão e a permanência dos alunos.

Durante o processo seletivo para estudantes, com critérios previamente definidos, o benefício da Moradia Estudantil é concedido com base nas condições socioeconômicas, garantindo que esse benefício seja canalizado para aqueles que mais precisam. Realizada a seleção, os estudantes residentes dão início ao seu primeiro dia de aula, conforme retratado na Figura 3.

Figura 3 - Primeiro dia de aula



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

Essa abordagem não apenas democratiza o acesso à educação, todavia, também, ajuda a diminuir as desigualdades sociais, possibilitando que jovens de diferentes origens possam desfrutar de uma formação de qualidade. A Moradia Estudantil está integrada às distintas ações da Coordenação de Assistência Estudantil, que busca constantemente atender às necessidades dos alunos em diversas dimensões, instituindo-se, deste modo, um ambiente que busca um atendimento integral, que promove o aprendizado e o bem-estar.

Em se tratando de espaços para a execução das políticas de Assistência Estudantil, a unidade dispõe do Restaurante Estudantil, que desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e bem-estar dos alunos. Neste espaço, as refeições diárias são servidas em três turnos para garantir que todos os alunos possam ter acesso a uma nutrição adequada e balanceada.

Todas as refeições são preparadas sob o aval de um nutricionista para garantir que atendam às necessidades alimentares dos jovens em formação. Além de contribuir para a saúde física, o refeitório (Figura 4) se mostra um ambiente social: até mesmo em uma fila, como mostra a Figura 5, os alunos podem interagir e criar laços para fortalecer a comunidade estudantil.

Figura 4 - Restaurante estudantil



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

Figura 5 - Fila para o refeitório



Fonte: Acervo do autor (2024).

Na Moradia Estudantil dos alunos do IF Goiano - Campus Ceres, é preparado um espaço de assistência à saúde, garantindo que o bem-estar dos alunos reflita aqueles aspectos relativos ao desenvolvimento completo. Neste espaço, são proporcionados serviços odontológicos, conforme evidenciado na Figura 6, serviços médicos, psicológicos e outros pertinentes à saúde.

Figura 6 - Atendimento odontológico aos residentes



Fonte: Acervo do autor (2024).

Além disso, programas, como os cortes de cabelo para alunos, ilustrado na Figura 7, promovem a higiene pessoal e a autoestima dos alunos. Os serviços vão além do atendimento às necessidades básicas e contribuem para um ambiente muito mais saudável e acolhedor. A integração de tais serviços na moradia demonstra uma abordagem que considera o todo e não apenas partes isoladas da assistência estudantil, considerando a importância do bem-estar físico e emocional para o sucesso estudantil. Dessa forma, a ME se torna um lugar onde os estudantes podem se sentir apoiados nas mais variadas dimensões de suas vidas.

Figura 7 - Corte de cabelo gratuito para estudantes residentes



Fonte: Acervo do autor (2024).

A infraestrutura, do mesmo modo, conta com espaços de convivência, salas de estudo, promoção de oficinas, palestras, eventos culturais para desenvolver horizontes e promover o pensamento crítico, instituindo um espaço propício para o debate e a troca de ideias. É oferecido, também, aos estudantes, áreas de lazer, para que os residentes possam desenvolver atividades esportivas, conforme demonstrado na Figura 8. Ambientes que contribuem para vínculo social, interação e aprendizagem colaborativa. É muito importante implementar atividades esportivas, educacionais e culturais dentro da instituição, para enriquecimento de experiência por parte dos alunos em direção à educação holística e integrada.

Figura 8 - Exemplo de atividade de lazer e prática esportiva



Acervo do autor, 2024.

Assim, a ME se configura não apenas como um local de abrigo, mas como um ambiente educacional que aprimora o desenvolvimento pessoal, estudantil e acadêmico. Essa dinâmica

contribuiu para a consolidação da comunidade estudantil, necessária para a formação integral de estudantes mais envolvidos e preparados para os desafios do mercado de trabalho e da vida social. Nesse sentido, a ME é um fator imprescindível na construção de uma educação mais completa e transformadora.

O Complexo de Morádias Estudantis Masculina e Feminina oferta vagas para estudantes dos cursos técnicos e de graduação. Atualmente, é composto por cinco prédios e está posicionado em locais estratégicos para garantir privacidade e segurança aos estudantes.

A Moradia Estudantil masculina é composta por 16 apartamentos, sendo que 14 destes possuem capacidade de receber oito estudantes por apartamento, e os outros dois, localizados em um prédio ao lado (específicos para estudantes de graduação), têm capacidade de receber quatorze (14) estudantes por apartamento, ou seja, a Moradia Estudantil masculina tem uma capacidade total de receber 140 estudantes.

Cada apartamento é composto por uma sala de estudos, quartos com beliches, armários e banheiros com boxes individuais para banho, vasos sanitários, pia e espelhos. As instalações do prédio, também, dispõem de sala de TV, sala de jogos e lavanderia, para melhor comodidade dos residentes. A Figura 9 ilustra a estrutura dos serviços disponíveis.

Figura 9 - Residência estudantil masculina



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

Quanto à Moradia Estudantil feminina, encontra-se dividida em três casas distintas. A primeira delas, denominada Residência Estudantil Feminina I, exposta na Figura 10, comporta vinte e duas (22) estudantes matriculadas no ensino técnico, sendo que essa residência possui uma ampla sala de TV, sala de estudos, banheiros com boxes individuais para banho, vasos sanitários, pias, espelhos, três quartos com beliches, armários e uma área de serviço, utilizada

para lavar roupas.

Figura 10 - Imagem parcial da Residência Estudantil Feminina 1



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

A Residência Estudantil Feminina II, demonstrada na Figura 11, abriga dez estudantes de cursos técnicos, possui sala de TV, um ambiente para estudos, contendo bancada e cadeiras, três quartos com beliches, três banheiros com boxes individuais e sanitários, cozinha e área de serviços.

Figura 11 - Imagem parcial da Residência Estudantil Feminina 2



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

Por fim, a Residência Estudantil Feminina III (Figura 12), abriga dez estudantes de cursos de graduação e possui uma sala de TV conjugada com sala de estudos, três quartos com beliches, armários, três banheiros com boxes individuais e sanitários, cozinha e uma área de serviço

Figura 12 - Residência Estudantil Feminina 3



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) do IF Goiano - Campus Ceres (2024).

A Moradia Estudantil do Campus Ceres, composta pelos prédios listados acima, foi criada com a finalidade de proporcionar condições de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A princípio, no ano de 1995, quando se deu o início oficial das aulas na Escola Agrotécnica Federal de Ceres, iniciou-se, também, a recepção dos estudantes na Moradia Estudantil, que, à época, abrigava apenas estudantes do sexo masculino. Com o passar dos anos, mediante o aumento da demanda por Moradia Estudantil, a instituição passou a ampliar as instalações, construindo a residência estudantil Feminina I e, posteriormente, disponibilizando mais duas casas para serem utilizadas com a mesma finalidade, sendo a Residência Estudantil Feminina II e III (IF Goiano, 2020).

3 PERCURSO METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1. O *locus* da pesquisa

A pesquisa ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus - Ceres-GO, visando a compreender como são os desdobramentos relacionados ao processo de formação dos estudantes residentes, como discentes e cidadãos, e de que maneira a Moradia Estudantil contribuiu nesse contexto, levando em conta a formação *omnilateral* do estudante correlacionada ao ambiente de convivência coletiva.

3.2. Os participantes da pesquisa

A amostra da pesquisa foi composta por sete participantes, sendo um do sexo feminino e os demais do sexo masculino, todos maiores de idade, todos eles envolvidos, diretamente, com as questões relativas à Moradia Estudantil (ME), seja como gestores, seja na condição de estudantes egressos beneficiários da ME da instituição. Participaram da pesquisa o atual dirigente da instituição investigada, o atual Coordenador de Assistência Estudantil, um Docente beneficiário da ME quando foi aluno da instituição e quatro alunos egressos, totalizando sete participantes.

3.3 Tipologia da pesquisa

Dada a natureza da temática da pesquisa, foi adotada a abordagem qualitativa, na forma de um estudo de caso. Para Yin (2001), o estudo de caso é visto como a maneira mais adequada para se investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Quanto à abordagem qualitativa, seu objetivo é encontrar os motivos dos fenômenos e o seu comportamento. Assim, de acordo com Minayo (2001, p. 14), “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Sobre o método, Gramsci (1982, p. 115) contribui afirmando que

Nas ciências, em geral, o método é a coisa mais importante: além disso, em certas ciências, que devem basear-se necessariamente sobre um conjunto restrito dos dados positivos, restrito e não homogêneo, as questões de método são ainda mais importantes, quando não são simplesmente tudo. Não é difícil, com um pouco de fantasia, construir hipóteses e mais hipóteses e dar uma brilhante aparência de logicidade a uma doutrina: mas a crítica dessas hipóteses derruba todo o castelo de cartas e revela a vacuidade por baixo do brilhantismo.

Corroborando as ideias de Gramsci, Paulo Netto (2011, p. 21) pontua que, para Marx, no método dialético “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”. De acordo com o autor, a mente produz o que foi transposto para o cérebro e esse conhecimento será correto e verdadeiro quando o pesquisador for fiel ao objeto a ser pesquisado. Por meio do método e de procedimentos analíticos, o pesquisador almeja reproduzir com fidelidade os discursos/opiniões, bem como documentos eventualmente coletados durante o trabalho de investigação.

3.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

As técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizados são decorrentes da abordagem qualitativa desta pesquisa. A metodologia empregada norteou o pesquisado na sua caminhada em busca do conhecimento. O ponto de partida foi um questionamento levantado, um problema ou uma dúvida, buscando respostas vinculadas a conhecimentos já pesquisados.

A coleta de dados foi feita mediante a utilização das técnicas de revisão bibliográfica, análise documental, observação em campo e realização de entrevista semiestruturada. A revisão bibliográfica cobriu a produção acadêmica sobre Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, privilegiando autores que discutem conceitos fundamentais para o entendimento da formação profissional e para a operacionalização no contexto do sistema educacional brasileiro.

A análise documental recaiu sobre a legislação educacional brasileira (leis, decretos e resoluções) e sobre documentos internos à instituição e que norteiam suas políticas e ações de desenvolvimento e orientam suas práticas pedagógicas, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), destacando-se, ainda, documentos mais específicos referentes à Moradia Estudantil no Campus Ceres, como regulamentos internos e editais.

Para a realização das entrevistas, foram elaborados diferentes roteiros, com questões específicas, de acordo com a categoria a qual pertence o entrevistado. Ao Diretor Geral da

instituição foram propostas questões, envolvendo temas como gestão e investimentos etc. (**Apêndice B**). Ao Coordenador de Assistência Estudantil foram propostas questões sobre a convivência com estudantes, descrição do trabalho realizado e dificuldades encontradas, entre outros assuntos (**Apêndice C**). Ao docente foram feitas perguntas sobre sua trajetória de vida, de aluno a professor da instituição (**Apêndice D**). Aos egressos foram propostas questões que explorassem as memórias, relatos e experiências, com o objetivo de compreender a visão que os estudantes residentes têm experiência vivida na moradia da instituição (**Apêndice E**).

Um dos recursos utilizados, no início da pesquisa, foi o banco de dados da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus, o qual contém os registros e contatos de egressos da Moradia Estudantil. Trata-se de um arquivo que fica sob a responsabilidade da Assistência Estudantil do campus, a qual autorizou a consulta.

3.5 Aspectos éticos e formais da pesquisa

O respeito devido à dignidade humana e a ética em pesquisa exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos, os quais devem manifestar a sua anuência à participação. Antes do início da pesquisa, todos os participantes selecionados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), incluindo-se nele a autorização para uso de áudio e imagem, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais para fins da referida pesquisa (**Anexo B**).

Para a realização da pesquisa nas dependências do Campus - Ceres foram solicitadas, previamente, tanto ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (**Anexo C**), quanto ao Diretor Geral do Campus - Ceres, as devidas autorizações (**Anexo D**).

O pesquisador apresentou aos participantes potenciais da pesquisa os objetivos e os procedimentos a serem realizados, após ter recebido o parecer de aceite para realização do estudo. Em seguida, enviou aos participantes da pesquisa, via *e-mail*, os formulários com a documentação necessária para que fossem devidamente assinados pelos participantes.

Inicialmente, foi feito o convite para que os egressos se deslocassem até a sede do IF Goiano - Campus Ceres, em datas e horários pré-agendados, conforme a conveniência de cada um, de acordo com suas rotinas de vida, para serem entrevistados. As entrevistas ocorreram na sala de assistência de alunos, dentro do próprio setor de Moradia Estudantil. As narrativas orais foram devidamente gravadas com gravador digital, para, posteriormente, serem transcritas e analisadas. Não havendo a possibilidade de deslocamento, duas entrevistas aconteceram por meio de plataforma *online* de videoconferência (*Google Meet*). No caso dos participantes

servidores/gestores, a proposta foi de entrevistá-los de forma presencial, conforme a conveniência de cada um, de modo a não interferir em suas jornadas de trabalho.

A participação na pesquisa foi voluntária. O esclarecimento da pesquisa foi garantido ao participante em qualquer tempo e aspecto que desejar, sendo livre para participar ou não da pesquisa, para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, e a recusa em fazer parte da pesquisa não acarretaria quaisquer transtornos. O pesquisador responsável se comprometeu a adotar as medidas necessárias para garantir e proteger o anonimato dos participantes durante a realização da pesquisa.

Foi garantida, ao longo de todo o percurso da investigação, a manifestação de qualquer um dos participantes, no sentido de desistir da sua participação, sendo que declinar do convite não implicaria em nenhuma penalidade. Além disso, foi assegurado que a negativa em participar da investigação não ocasiona nenhum tipo de prejuízo ao participante, sendo que para a manifestação do declínio da sua participação deveria ser enviado por *e-mail* ou telefonema ao pesquisador responsável, cujos contatos foram informados no próprio TCLE. Os participantes tiveram acesso, a qualquer momento, ao responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Assim, esta pesquisa se propôs a trabalhar com seres humanos, em especial os egressos da Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres. Para tanto, a investigação, ao longo de seu desenvolvimento, se pautou pelo cumprimento das determinações éticas previstas nas seguintes Resoluções: Resolução CNS nº 196/1996 (Brasil, 1996b) e Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016). De acordo com as Resoluções vigentes, pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2016) necessitam de um olhar atento, não somente na individualidade ou coletividade envolvendo direta ou indiretamente o ser humano, mas, também, quanto à totalidade ou parte dela, sobretudo, o cuidado com o uso das informações coletadas. Nesse sentido, os pesquisadores envolvidos firmaram termo de compromisso se comprometendo a manter uma conduta ética durante todo o processo de investigação (**Anexo E**).

A análise dos dados coletados foi realizada mediante a leitura das questões da entrevista e as observações anotadas pelo pesquisador, confrontando as respostas com a realidade vivida na moradia coletiva. Neste sentido, recorreu-se à técnica da análise de discurso proposta por Pêcheux (2002). O autor defende que a análise de discurso tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. No momento das entrevistas, quando realizadas de modo presencial, foi utilizado gravador de voz. Para as entrevistas realizadas de maneira virtual, foi utilizada uma plataforma virtual de comunicação

que permite a gravação das entrevistas. Todo o conteúdo dos dados coletados nas entrevistas foi transcrito de maneira integral para, então, serem utilizados na dissertação.

Os procedimentos desta pesquisa foram realizados observando-se as etapas de coleta e análise bibliográfica por meio de estudos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, análise de Leis, Decretos, Resoluções e Documentos que sustentam a EPT, bem como as bases que dialogam com as políticas de ações afirmativas que permitem a oferta de benefícios como a Moradia Estudantil; observação em campo, analisando as estruturas disponíveis, práticas existentes no âmbito da Moradia Estudantil; entrevistas com egressos, gestores e servidores do campus em estudo; tratamento teórico do material coletado; produção da escrita do relatório da pesquisa e, por fim, o desenvolvimento do Produto Educacional.

3.6 Produto Educacional

Por meio da realização da pesquisa, da análise de conteúdo e de observações relevantes sobre o estudo e consequente conclusão das investigações, foi desenvolvido um PE para atender às necessidades dos estudantes apontadas durante a etapa das entrevistas e percebidas na pesquisa de campo. Basicamente, o problema detectado consiste em ajudar a comunidade escolar a compreender, de maneira mais clara, como se dá o processo de acesso à Moradia Estudantil, bem como os desdobramentos acerca de questões como adaptação, normas, formação integral e convivência coletiva. Na verdade, as questões em torno da Moradia Estudantil atingem toda a comunidade escolar, notadamente, os alunos e seus familiares. Daí, a necessidade de disponibilizar aos gestores educacionais, aos estudantes recém-chegados na instituição e aos pais, um material que possa contribuir para uma melhor compreensão sobre a ME. Esse se tornou o fruto da pesquisa realizada: a elaboração de um PE, didaticamente compreensível pelo seu público-alvo.

Assim, foi desenvolvido o *Guia do Estudante Residente*, um material de caráter informativo e didático-pedagógico, em formato digital, retratando o cotidiano da ME: normas, horários de atendimentos, atribuições dos residentes, serviços disponibilizados pela assistência estudantil aos residentes e outras informações pertinentes.

Após a apresentação do PE à direção do *campus*, o mesmo poderá ser impresso para ser utilizado como guia de bolso pelos estudantes, porém isso fica a critério da administração, bem como de sua disponibilidade de recursos financeiros.

Durante as entrevistas foram coletados depoimentos, experiências, relatos e informações que contribuíram com a construção do PE. Para a confecção desse produto, a investigação

mobilizou um aparelho celular, gravador de voz e *notebook*. Para o sucesso da realização do *Guia do Estudante Residente*, foi necessário fazer parceria com produtores gráficos: *designer* gráfico e profissionais de tecnologia da informação, com conhecimentos sobre os principais *softwares* de edição, manipulação e finalização do produto, viabilizando uma maior qualidade do material a ser desenvolvido. Acreditamos que o guia permitirá uma noção geral da logística que cerca a Moradia Estudantil, sendo uma boa opção de material para ser utilizado em momentos de boas-vindas aos novos alunos, podendo ser atualizado pela Coordenação de Assistência Estudantil, quando necessário.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultados da revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica sobre a temática *Educação Profissional, Técnica e Tecnológica* ofereceu a fundamentação teórica e conceitual para melhor entendimento das questões que envolvem a temática objeto deste estudo. O autor, deliberadamente, explorou fontes bibliográficas que reforçam a concepção de educação profissional que vai além da mera instrumentalização para o trabalho e da instrução tecnicista. Os autores estudados corroboram as crenças e valores do pesquisador no sentido de abraçar princípios educativos, como os da formação humana e *omnilateral*, princípios estes que, quando colocados em prática resultam em políticas públicas de assistência, como é o caso da Moradia Estudantil, garantindo que pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e financeira, possam ter oportunidade de acesso à educação de qualidade, ingressando em instituições públicas, lá permanecendo e lá concluindo seus estudos, saindo de lá preparados para o exercício pleno da cidadania

4.2 Resultados da análise documental

A análise de documentos internos da instituição evidenciou que o papel de instituições de educação profissional, técnica e tecnológica, como o Campus Ceres, vai muito além da oferta de instrução e de instrumentalização de mão de obra para o mercado. O Plano de Desenvolvimento Institucional fortalece essa afirmação quando entende a educação como um processo sistemático de ensino-aprendizagem, que envolve conhecimentos, valores e habilidades, no intuito de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo de forma integral. Ao contrário, são vocacionadas para produzir conhecimentos que preparem seus alunos para os desafios do mundo do trabalho, oferecendo-lhes a oportunidade de adquirirem conhecimentos técnicos e de desenvolverem suas habilidades individuais e sociais, tão valorizadas na vida como no mundo atual do trabalho.

Pela missão institucional, deduz-se que os estudantes residentes têm a chance de estar em um ambiente variado e diversificado, no qual podem aprender a lidar com as diferenças e como construir relacionamentos interpessoais genuinamente significativos. Esses laços e vínculos ajudam a desenvolver a sensibilidade, o respeito, a desenvolver atitudes de empatia e solidariedade, valores que são essenciais para o desenvolvimento de um cidadão consciente e engajado.

O que se percebe por meio da leitura documental é que a Moradia Estudantil e as atividades correlatas propostas pelo IF Goiano - Campus Ceres, foram concebidas como um espaço que se destaca, não exclusivamente pela sua estrutura física, mas, especialmente, pelo seu fator contributivo para a formação integral do estudante. A Moradia Estudantil é um espelho da política de assistência, cujo objetivo é a oferta de condições adequadas que permitem aos alunos, principalmente, aqueles pertencentes a contextos socioeconômicos vulneráveis, se dedicarem aos estudos. Nesta percepção, a Moradia Estudantil é mais do que um espaço para morar, é um lugar que fomenta o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

4.3 Resultado da entrevista com o Diretor Geral do IF Goiano - Campus Ceres

A primeira entrevista foi realizada com o Diretor Geral do IF Goiano - Campus Ceres, na qual foi possível confirmar a visão do gestor sobre a influência benéfica da Moradia Estudantil na formação integral dos estudantes, conforme evidenciado pela resposta do diretor às questões propostas pelo pesquisador.

Em relação à relevância que a moradia estudantil possui para uma construção humana, na vida dos alunos, o entrevistado discorre que:

- *Com certeza, o alojamento tem uma grande influência na vida da molecada. É um privilégio, saber que o aluno pode estudar e morar dentro da instituição, isso agrega muito para eles, principalmente quanto ao desenvolvimento pessoal mesmo, sabe? Aprendem a lidar com as dificuldades do dia a dia, enfim, o aprendizado se expande para fora da sala de aula (Gestor 01, 2024).*

Nessa visão, a declaração do entrevistado coloca em evidência a percepção de que a Moradia Estudantil tem um impacto considerável na vida dos estudantes, sendo que demonstra o grande valor do ambiente residencial na aquisição de habilidades e competências que ultrapassam o currículo escolar. Então, a perspectiva do gestor está vinculada a várias pesquisas que ressaltam o quanto as moradias estudantis são basilares para o desenvolvimento completo dos alunos. Além de que, em anuência com Antunes (2021), a vivência em uma Moradia Estudantil proporciona um local ideal para aprimorar a formação completa, tornando possível que os estudantes aperfeiçoem competências sociais e emocionais decisivas para sua carreira acadêmica e profissional, visto que o convívio cotidiano em uma atmosfera coletiva gera interações de suma importância entre os alunos, e, conseqüentemente, auxilia no aprimoramento de competências comportamentais como a comunicação, a empatia e a resolução de conflitos.

Pascarella e Terenzini (2005) enfatizam que, dentre os principais aspectos, vale destacar que a vida em moradias estudantis promove a sociabilidade e o envolvimento em atividades extracurriculares, visto que esses fatores são fundamentais para a consolidação de uma identidade acadêmica e para que os estudantes se sintam efetivamente como parte da comunidade. Além disso, de acordo com Garrido (2012), por um lado, as moradias supracitadas incentivam o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade e, por outro, também, podem ser consideradas laboratórios sociais nos quais muitas aprendizagens sociais significativas têm lugar. O contato diário com adversidades de vários tipos em uma moradia prepara os estudantes para lidarem com desafios semelhantes, intensificando, ao longo do tempo, a resiliência e a capacidade de adaptação.

No entanto, Lacerda e Valentini (2018) destacam que é crucial reconhecer que a Moradia Estudantil, também, pode trazer desafios. Pesquisas apontam que alguns estudantes lidam com problemas de convivência, como barulho excessivo ou ausência de privacidade, o que pode afetar negativamente a sua qualidade de vida. Assim, torna-se crucial que as entidades fomentem um ambiente saudável e inclusivo nas moradias estudantis, assegurando o suporte necessário aos moradores.

Outra questão direcionada ao dirigente institucional procurou entender como funciona o sistema de Moradia Estudantil, se é em tempo integral, e as opções de entretenimento existentes.

- *Sim, nós priorizamos o funcionamento em tempo integral para os internos. Inclusive, nos feriados e finais de semana. Temos uma equipe multidisciplinar, os assistentes de alunos, enfim, todo um suporte para os internos. Eles têm várias opções de lazer: quadras, campos, piscina, academia. Tem uma sala de jogos, mas está bem defasada, temos planos para melhorar, quando tivermos recurso financeiro. Outra coisa, é criar uma sala de jogos ou entretenimento para as meninas, também, lá no alojamento delas. Assim, temos as opções de lazer, mas sempre temos espaço para melhorar, e é isso que pretendemos fazer (Gestor 01, 2024).*

Ao se analisar a declaração dada pelo Diretor Geral, fica explícito que a Moradia Estudantil no IF Goiano - Campus Ceres é fundamental como um componente imprescindível na formação completa dos estudantes, já que, as atividades recreativas e de lazer que estão disponíveis são primordiais para promover um ambiente de aprendizado enriquecedor. Não obstante, é vital que exista a persistência no investimento em aperfeiçoamentos e adaptações que atendam às várias necessidades dos residentes. Deste modo, os institutos federais precisam enxergar a Moradia Estudantil não unicamente como um local físico, mas como um autêntico laboratório social no qual competências importantes para a vida acadêmica e profissional são desenvolvidas.

A manifestação do dirigente se destacou por demonstrar um entendimento profundamente enraizado acerca da Moradia Estudantil em seu contexto, compreendendo-a como mais do que um mero espaço de moradia. Segundo Garrido (2012), a experiência de transitar por apartamentos oferecidos como moradia universitária pode contribuir significativamente no desenvolvimento de competências interpessoais e intrapessoais necessárias para a vida acadêmica e profissional. O espaço facilitador de interação pode impulsionar trocas de proximidade entre jovens em um processo de amizade capaz de gerar sua própria rede de apoio social e assistencial.

Além disso, a teoria de Coulon (2008) sobre a afiliação social sugere que a experiência em moradias estudantis auxilia na adaptação dos alunos à vida universitária. A presença constante de tutores e recursos adequados pode ajudar os alunos a desenvolverem um "trabalho de estudante", por meio do qual eles adquirem não apenas conhecimentos acadêmicos, mas, também, habilidades práticas para a vida cotidiana.

As alternativas de entretenimento citadas pelo Diretor Geral são igualmente relevantes. Segundo Antunes (2021), as atividades extracurriculares têm um papel crucial no desenvolvimento acadêmico dos alunos. A existência de locais para atividades esportivas e recreativas favorece o equilíbrio emocional e o aprimoramento de habilidades interpessoais. Contudo, como o diretor reconheceu, sempre existe margem para aprimoramentos. A modernização da sala de jogos e a construção de um espaço exclusivo para as estudantes são etapas cruciais para assegurar que todos os residentes tenham acesso equitativo às oportunidades de entretenimento.

O estudo concretizado por Cintra, Ribeiro e Costa (2023) ressaltam que as moradias estudantis conseguem ter um impacto benéfico no rendimento dos estudantes. Logo, os residentes costumam se engajar mais em atividades que vão além do currículo e demonstram números superiores de permanência na instituição de ensino. Assim, garantir um ambiente saudável e motivador nas moradias estudantis é categórico não só para o bem-estar dos estudantes, mas, concomitantemente, para o seu êxito estudantil.

A pergunta seguinte abordou a diferença na quantidade de leitos masculinos e femininos disponíveis no Campus Ceres, já que se observou uma quantidade superior de leitos para o público masculino em comparação com o público feminino. Quanto a isso o gestor comentou:

- *Bem pertinente sua pergunta. O Campus Ceres tem um histórico bem interessante. No início, lá na década de 1990, ainda era a Escola Agrotécnica Federal de Ceres, iniciando apenas com o curso técnico em Agropecuária. Um período que ainda existia muito preconceito, de forma geral, quanto a mulheres fazerem esse tipo de curso. Os pais ficavam com medo de deixar as filhas saírem de casa tão cedo, enfim, eram vários fatores, creio que o machismo era mais intenso na sociedade do que é*

atualmente. Portanto, naquela época, o curso possuía mais de 90% de alunos do sexo masculino. Não justificava, naquela época, uma moradia estudantil feminina, devido à demanda. O tempo foi passando e, graças a Deus, alguns tabus estão sendo quebrados, tanto é que hoje em dia a quantidade de estudantes do sexo masculino e feminino se equipararam. Na época em que começou a aumentar a demanda feminina, ali por volta de 2005/2006, segundo relatos de colegas, eu não sou dessa época aqui no Campus, mas dizem que o Diretor da época resolveu construir um prédio para receber as meninas também. Parece que a primeira turma no alojamento feminino foi em 2008, se não me engano. De lá pra cá, abrimos mais duas casas que servem como alojamento feminino também. Realmente a discrepância, hoje, é grande, mas já temos projeto para construção de alojamento feminino, sim. Hoje o que nos complica mais é a falta de recursos, estamos passando por um período difícil, mas um dia vai dar certo, sim, essa construção, já temos o projeto em mãos (Gestor 01, 2024.).

A avaliação da resposta do dirigente institucional destaca a urgência em tratar as diferenças entre o quantitativo de leitos disponíveis para alunos do sexo masculino e feminino no Campus Ceres. A trajetória do Campus Ceres demonstra um progresso nas normas sociais ligadas ao gênero, contudo, ainda existem obstáculos consideráveis a serem superados. O engajamento em projetos futuros para expandir os alojamentos para mulheres representa um avanço significativo rumo à igualdade.

Neste cenário, é crucial que as instituições persistam em políticas de inclusão que assegurem condições apropriadas para todos os estudantes, fomentando um ambiente educacional mais equitativo e justo. Conforme Bourdieu (2007), o *habitus* molda as práticas sociais, refletindo as circunstâncias históricas e culturais. No entanto, é importante destacar que no cenário do IF Goiano, a predominância masculina nos cursos técnicos nas décadas anteriores levou a uma infraestrutura que não acompanhou o crescimento da procura feminina.

Ademais, a literatura indica que a presença feminina em contextos acadêmicos é essencial para fomentar uma educação mais inclusiva e diversificada. O problema dos recursos mencionado pelo diretor é um obstáculo frequente que muitas instituições públicas no Brasil enfrentam. De acordo com Imperatori (2017), políticas de assistência apropriadas são fundamentais para assegurar a continuidade dos alunos em contextos acadêmicos. O suporte financeiro e estrutural pode ser crucial para diminuir as disparidades entre os gêneros nas moradias estudantis.

O estudo conduzido por Oliveira Jesus e Schneider (2021) destaca que locais de moradia apropriados favorecem não somente o bem-estar físico dos alunos, mas, também, suas interações sociais e crescimento pessoal. Assim, assegurar uma infraestrutura apropriada para todos os gêneros é crucial para promover um ambiente de ensino saudável e equilibrado.

A próxima pergunta foi sobre o fato de ambientes de convivência coletiva poderem, ao mesmo tempo, gerar oportunidades de integração e crescimento pessoal, como, também, desafetos e problemas de relacionamento, provenientes de relações estressantes entre os

residentes de um mesmo quarto, por exemplo.

Sobre o Campus Ceres dispor de alguma equipe que trabalhe estas questões, o gestor disse que sim:

- *Contamos com uma equipe muito competente. Temos uma equipe de Assistente de Alunos, que, inclusive, tem um núcleo que aborda assuntos disciplinares. Então, isso é acompanhado bem de perto (Gestor 01, 2024).*

A análise da resposta do gestor torna visível um compromisso institucional com a forma de gerir as relações interpessoais na Moradia Estudantil do Campus Ceres e, dessa forma, também, destaca a relevância da administração de conflitos e do apoio emocional em ambientes educacionais. Além do mais, viver em moradias estudantis tende a proporcionar chances de integração e desenvolvimento pessoal, mas, também, pode gerar desentendimentos e conflitos. Neste prisma, segundo Tinto (1993), a interação social possui uma função muito importante na retenção e êxito dos alunos, dado que, na maioria das vezes, ambientes que estimulam interações positivas levam a um maior contentamento e engajamento dos estudantes.

O Diretor Geral mencionou, ainda, a importância de uma equipe de Assistentes de Alunos para mediar conflitos e fomentar um ambiente harmonioso. Segundo Lacerda e Valentini (2018), políticas institucionais voltadas para o aprimoramento de competências sociais são fundamentais para equipar os estudantes para a vida acadêmica e profissional. Nessa mesma linha, Chiavenato (2014) afirma que um ambiente positivo não só aprimora o rendimento das pessoas, mas, também, favorece o fortalecimento das relações interpessoais.

Além do mais, é importante ressaltar que a presença da equipe multidisciplinar no Campus Ceres pode ser interpretada como uma tática para estabelecer um ambiente organizacional propício, onde os estudantes se sintam amparados e apreciados. No entanto, Oliveira Jesus e Schneider (2021) destacam que, mesmo com uma equipe multidisciplinar competente, os obstáculos nas relações interpessoais podem continuar existindo. A literatura sugere que a interação em grupo pode resultar na criação de rivalidades ou conflitos, particularmente em contextos de estresse. Assim, além do apoio fornecido pela equipe, é crucial fomentar atividades que promovam a integração e o fortalecimento dos vínculos entre os residentes.

Quando questionado sobre a manutenção de políticas de Moradia Estudantil, como a continuidade da oferta de vagas, o Diretor Geral se mostrou favorável, afirmando:

- *Sem sombra de dúvidas, o alojamento é prioridade para a escola. Temos passado por um momento de instabilidade de recursos, mas independente disso, a nossa política é sempre de viabilizar a*

permanência do aluno na instituição e o alojamento é um carro-chefe, pode-se assim dizer. Então, vamos, sim, manter os investimentos quanto à Moradia Estudantil, porque acreditamos que vai muito além de um lugar para morar, é um local de relacionamentos uns com os outros, eles se desenvolvem bastante com isso, digamos, assim, a arte da convivência. Faz parte do histórico do Campus, ofertar alojamento, e vamos continuar com essa política, sim (Gestor 01, 2024).

A resposta do Diretor Geral demonstra um compromisso com a preservação da política de Moradia Estudantil, baseada em princípios institucionais que veem a moradia não somente como uma solução de moradia, mas, também, como uma estratégia de educação. A escolha de dar prioridade à moradia, mesmo diante de adversidades financeiras, demonstra a convicção de que tal prática tem um impacto significativo no progresso social e acadêmico dos estudantes, servindo, também, como um instrumento para fomentar relações interpessoais e o aprimoramento de habilidades sociais, fundamentais para a formação completa do indivíduo.

Tal perspectiva está vinculada com a teoria de autores que colocam em pauta o grande valor do ambiente escolar como local de socialização e crescimento das pessoas. Desta forma, por exemplo, Bourdieu (1986) lembra que, o capital social, estabelecido como as redes de relações que as pessoas constituem ao decorrer de suas existências, é imprescindível para o sucesso acadêmico e profissional. Nesse mesmo viés, Tinto (1993), também, destaca a importância da integração social e acadêmica no que se refere à permanência e êxito dos alunos. Assim sendo, o espaço de Moradia Estudantil beneficia uma interação melhor e diária entre os estudantes, revigorando a sensação de pertença à instituição, sendo que, tal característica pode influenciar, de forma direta, no decréscimo dos números de abandono escolar.

Arroyo (2013) enfatiza a relevância de políticas de educação que assegurem não apenas o ingresso, mas, também, a continuidade dos estudantes nas instituições de ensino. Assim, a Moradia Estudantil pode ser considerada um instrumento de democratização da educação, proporcionando condições para que os alunos permaneçam no Campus, mesmo aqueles que, sem esse apoio, não teriam como se sustentar.

Ao longo da entrevista com o diretor-geral, pode-se perceber a importância dada à Moradia Estudantil, sobretudo, por se entender que é um ambiente que contribui para a permanência do discente na instituição, além de influenciar em sua formação humana. *“É um privilégio, saber que o aluno pode estudar e morar dentro da instituição, isso agrega muito para eles, principalmente, quanto ao desenvolvimento pessoal”*. As palavras do gestor reafirmam a filosofia de investimento em políticas de permanência adotada pela instituição.

4.4 Resultado da Entrevista com o Coordenador de Assistência Estudantil

A entrevista com o Coordenador da Assistência Estudantil revela aspectos indispensáveis, relacionados com a dinâmica da Moradia Estudantil e sua importância no contexto formativo dos alunos.

Ao ser perguntado sobre os tipos de serviços ofertados aos residentes, ele afirmou que

- *Todo aluno residente tem atendimento odontológico, atendimento médico, psicológico, assistência social, nutricionista, tem acesso à academia, à parte de esportes da instituição, além da lavanderia, uma lavanderia própria para eles, além de acesso aos quartos e dormitórios (Gestor 02, 2024).*

Em vista do que foi exposto, os recursos disponíveis por meio da Assistência Estudantil do Campus Ceres comprovam um compromisso com a saúde física, emocional e social dos alunos residentes. Deste modo, a resposta do Coordenador de Assistência Estudantil coloca em destaque a disponibilidade de serviços imperativos, assim como assistência odontológica, médica, psicológica e social. Ademais, isso robustece o conhecimento de que a Moradia Estudantil não é limitada a apenas proporcionar moradia, mas, igualmente, tem como anseio definir uma rede de suporte para o crescimento completo dos estudantes, tendo em vista que, esta perspectiva está alinhamento com a ideia de "formação integral", como abordado por Silva (2018), quando defende que a educação excede os aspectos cognitivos, abarcando, também, a atenção às dimensões emocionais e sociais do ser humano.

Ressalta-se que, os serviços de nutrição e o acesso à academia intensificam a atenção à saúde física, ao passo que o apoio psicológico e social ajuda nas questões emocionais e sociais que surgem no ambiente acadêmico. De acordo com Dayrell (1996), as instituições de ensino e suas políticas de permanência desempenham um papel crucial na promoção da independência e no combate às vulnerabilidades dos alunos, particularmente, aqueles que estão distantes de suas famílias. Portanto, a Moradia Estudantil desempenha um papel importante ao proporcionar, além de um local para moradia, um ambiente de convívio que favorece o crescimento pessoal. Ademais, o reconhecimento da necessidade de um cuidado integral aos alunos reforça a noção de que a política de permanência estudantil, ao incorporar apoio psicológico e social, está em consonância com a perspectiva de autores, como Frigotto (2011), que enfatizam a relevância de políticas públicas que combinem o auxílio ao desenvolvimento de cidadãos críticos e independentes.

Quanto à importância da moradia no que diz respeito a proporcionar experiências, o entrevistado discorre que:

- *O alojamento é fundamental. O fato deles morarem em quartos coletivos, cria entre eles vínculos que ficam, às vezes, para toda a vida. A vida no alojamento lhes ensina a ter limites, a questão do respeito ao próximo... onde encerram os direitos de um, começam os direitos do próximo. Das relações humanas, do comportamento, dos bons exemplos, sem falar do fato do alojamento ser dentro da instituição e proporcionar para eles um conforto para que eles possam se dedicar exclusivamente aos estudos (Gestor 02, 2024).*

Assim sendo, a experiência em espaços coletivos, como as moradias estudantis, está de acordo com as teorias de Tinto (1993), que ressaltam a importância das interações sociais no que tange ao êxito escolar e à permanência dos alunos. A vivência de repartir espaços e interagir com várias personalidades ajuda a desenvolver competências sociais fundamentais, como a empatia e a resolução de problemas. Outrossim, segundo Bessas e Costas (2024), tais interações não só melhoram a educação acadêmica, como, também, prestam auxílio ao aperfeiçoamento de aptidões emocionais e sociais.

Além disso, a Moradia Estudantil oferece um ambiente favorável para a concentração nos estudos, já que os estudantes têm acesso direto à instituição. Isso está em consonância com a perspectiva de Bourdieu (2007), que defende que o ambiente educacional deve favorecer o aprendizado completo do aluno. A estrutura proporcionada pela residência possibilita que os estudantes se empenhem mais profundamente em suas tarefas acadêmicas, otimizando seu rendimento.

Dessa forma, percebe-se que a Moradia Estudantil exerce uma função essencial na educação completa dos estudantes, impulsionando o desenvolvimento de habilidades educacionais e sociais. A intensificação das relações interpessoais e a incitação ao respeito mútuo são características essenciais que necessitam ser constantemente incentivadas pelas entidades.

Sobre a elaboração das normas aplicadas, se são feitas de maneira coletiva ou não, o Coordenador de Assistência Estudantil comenta que

- *O processo é elaborado de forma conjunta, com todos os campi do IF Goiano, tanto que, agora, está em elaboração a 5ª edição do Manual de Assistência Estudantil e na elaboração dele temos a participação de alunos, técnicos administrativos (Taes) e docentes de todos os campi. Além da comissão específica para isso, são realizadas reuniões abertas para a participação do público em geral de forma que eles possam dar apoio e ideias sobre esse ponto (Gestor 02, 2024).*

A resposta do entrevistado sugere que as normas da ME no IF Goiano são estabelecidas de maneira colaborativa, contando com o envolvimento ativo de diversos participantes dos campi. Esta prática está alinhada com a teoria de Freire (1987), que advoga por uma educação dialógica e participativa, na qual todos os participantes devem ser considerados para a criação

de um ambiente educacional inclusivo e libertador. De acordo com Gohn (2017), o envolvimento dos alunos no processo decisório, por meio de encontros abertos e contribuições diretas, destaca a importância do protagonismo juvenil, um elemento crucial na educação cidadã e no desenvolvimento da autonomia.

De acordo com Pinto (2019), ao incorporar diversas perspectivas, o processo não apenas valida as regras definidas, mas, também, fomenta a responsabilidade compartilhada entre os envolvidos. Ademais, a participação de vários setores da instituição está em consonância com o conceito de "gestão compartilhada". Nota-se que essa estratégia não só intensifica o sentimento de pertença entre os residentes, mas, também, auxilia na formação completa dos alunos, ao incentivar a participação proativa e o aprimoramento de competências sociais, críticas e políticas.

A respeito do processo seletivo para a moradia estudantil, o entrevistado pontuou que

- *Hoje, a nossa avaliação é meramente socioeconômica, então, estudantes com as menores rendas serão os primeiros classificados, e assim sucessivamente até ocupar todas as vagas disponíveis. Antigamente, fazíamos entrevistas com os proponentes, mas hoje não usamos esse recurso. A Assistência Estudantil lança o edital de ampla concorrência, com disponibilidade para matrícula de todos os alunos, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio (Gestor 02, 2024).*

É importante destacar que essa estratégia representa uma política inclusiva voltada para estudantes em situação de vulnerabilidade social, em conformidade com as diretrizes de assistência estudantil. Conforme o estudo de Oliveira Jesus e Schneider (2021), a residência estudantil tem um papel fundamental na permanência e no rendimento acadêmico dos estudantes, particularmente aqueles que lidam com problemas financeiros. A preferência por candidatos de menor renda não só simplifica o acesso à educação, como, também, fomenta um ambiente mais justo dentro da instituição.

Adicionalmente, a escolha socioeconômica está alinhada com as teorias de inclusão social propostas por autores, como Bourdieu (2007), que destacam a relevância do capital econômico na criação de oportunidades educacionais. A avaliação das condições socioeconômicas habilita as instituições a reconhecer e satisfazer as demandas específicas dos alunos, auxiliando-os na sua formação completa.

Do mesmo modo, o uso de critérios claros e transparentes no processo de seleção é basilar para precaver diferenças e instigar um ambiente acadêmico harmônico. Nessa visão, destaca-se que o processo de escolha para a ME no IF Goiano reafirma um compromisso com a igualdade e a inclusão no meio social, reconhecendo a importância de gerar apoio aos estudantes com maiores vulnerabilidades. Ademais, esta tática não só beneficia os alunos

individualmente, mas, também, aperfeiçoa o contexto acadêmico para todos.

Ao ser abordado sobre as dificuldades em se trabalhar com estudantes residentes, o Coordenador de Assistência Estudantil afirmou:

- *Eu acho que a maior dificuldade é a falta de pessoal para dar apoio e suporte. Às vezes, a gente fica sobrecarregado com algumas atribuições e a gente não pode dar o apoio e atenção que cada um precisa naquele momento específico, acho que o acréscimo de mais uns três assistentes de alunos, seria ideal, pois a escola é muito grande, são muitos problemas (Gestor 02, 2024).*

Os achados indicam que o principal desafio dos funcionários da Assistência Estudantil é a sobrecarga de trabalho decorrente da escassez de pessoal, o que restringe a habilidade de fornecer um apoio personalizado e de alta qualidade aos alunos residentes. Esta questão ilustra um desafio constante nas políticas de apoio ao estudante, em que a falta de recursos humanos prejudica o atendimento completo. Segundo Bourdieu (2008), a disponibilização de recursos apropriados é crucial para assegurar que os alunos, particularmente, os em condições de vulnerabilidade, possam usufruir ao máximo das políticas de permanência.

Ademais, o excesso de trabalho mencionado está ligado à precariedade laboral nas instituições educacionais, um fenômeno extensivamente debatido por Frigotto (2011), que ressalta como a ausência de investimentos estruturais afeta diretamente a qualidade do serviço prestado. Neste cenário, o desafio de proporcionar o suporte adequado a cada aluno não só impacta o bem-estar pessoal dos residentes, como, também, restringe o papel social da assistência estudantil de fomentar uma educação completa. Isso é defendido por Arroyo (2013), que vê a educação como um processo que deve satisfazer às demandas sociais, emocionais e acadêmicas dos alunos.

4.5 Resultado da Entrevista com um docente e ex-aluno do IF Goiano - Campus Ceres

Ao iniciar a descrição dessa entrevista, é importante ressaltar que o entrevistado, além de ser atualmente docente do Campus Ceres, foi, também, aluno desta instituição, cursando o ensino médio integrado em agropecuária, em 1997. Essa trajetória singular enriquece sua perspectiva como educador e reflete um profundo vínculo com a instituição.

A trajetória na vida escolar e profissional deste entrevistado foi o tema da primeira pergunta feita ao ex-aluno e atual docente desta instituição, que relembrou sua história, dizendo:

- *Eu entrei aqui em 1997, sou da terceira turma, mas em 1995 quando veio a escola para Ceres, eu morava em São Luiz do Norte, numa fazenda de propriedade do Sr. José Eustáquio e da dona Marta. Aí, a dona Marta falou para meu pai: - Chico, abriu uma escola muito boa em Ceres, leva o menino*

pra estudar lá. E, com muita dificuldade, minha mãe me colocou na parte da tarde, durante a 8ª série para estudar português com um amigo nosso, que, hoje, é padre, e no outro dia eu estudava matemática com um outro filho de uma professora, que me ensinava, porque eu não tinha base nenhuma e tinha que aprender pra conseguir entrar, porque aqui era um processo seletivo que era até muito concorrido. Aí, fiz a prova e passei. Quando eu entrei, já tinha dois meninos de São Luiz que eu conhecia e que já estudavam aqui. Aí, fui pro alojamento, fiquei no quarto 13, já no primeiro ano. Fiquei 2 anos como aluno interno... No 3º ano eu saí e fui pra cidade fazer cursinho à noite, pra tentar entrar em uma faculdade. Aí, passei na faculdade e já tinha um pensamento de voltar e ser professor aqui na escola. Quando acabei de me formar, já consegui entrar no IF como professor substituto. Eu fiz faculdade de Zootecnia em São Luiz dos Montes Belos-GO (Docente, 2024).

Observa-se que o percurso do professor entrevistado, desde sua estadia na Moradia Estudantil do IF Goiano até sua carreira como docente, destaca a relevância da experiência educacional e do apoio institucional na preparação de profissionais. Ele conta que, ao entrar na instituição em 1997, se deparou com obstáculos consideráveis, como a exigência de se preparar de maneira intensiva para um processo seletivo acirrado. A Moradia Estudantil, um local de convívio e aprendizado, ofereceu ao futuro Docente não somente moradia, mas, também, um ambiente adequado para o aprimoramento de competências sociais e acadêmicas e um espaço de acolhimento.

Ademais, a sua escolha de voltar ao IF Goiano como docente espelha a perspectiva de Freire (1996) acerca da educação como um ato de amor e dedicação à mudança social. O docente não só procurou aperfeiçoar seus conhecimentos em Zootecnia, como, também, alimentou o anseio de auxiliar na educação das próximas gerações. Esta opção ressalta o ciclo ininterrupto de aprendizagem e ensino que é característico das instituições de ensino. Assim, a vivência do entrevistado ilustra como as experiências na residência estudantil podem influenciar não somente as trajetórias profissionais individuais, mas, também, ter um impacto positivo na comunidade acadêmica em geral.

Ao discorrer sobre como era feito o processo seletivo naquela época, o entrevistado acrescenta que

- *Na época, nós éramos 450 alunos. Eu tinha que fazer a prova pra entrar no curso e uma entrevista pra tentar ganhar uma vaga no alojamento. No alojamento, os quartos de 1 a 5 eram dos primeiros anos; de 6 a 10 alojavam os do segundo ano e aí abriu do 11 ao 15 para os alunos novatos. Mas a variação de idade era muito grande, então, eu entrei com 14 anos, mas eu estudava com menino de 25 anos. Então, a turma era bem heterogênea. Tinha pessoas que já tinham terminado o segundo grau. Naquela época, não chamava integrado, mas era assim: tinha duas grades. Duas turmas ficavam vendo as partes do ensino médio normal e duas turmas ficavam no campo. Aí, na parte da tarde invertia. No outro semestre, também, invertia pro cara não ficar só no campo à tarde. Essa inversão era muito boa. As disciplinas eram basicamente 50 por cento do técnico e 50 por cento do ensino médio (Docente, 2024).*

Nesse viés, a avaliação do processo seletivo quando o docente entrou no IF Goiano mostra elementos basilares da educação e socialização dos estudantes. Com tal fato exposto, o

depoimento do professor coloca em evidência a diversidade da classe, constituída por alunos de várias idades e vivências, o que é potencializado pela teoria de Vygotsky (1996), que confirma a imprescindibilidade das interações no meio social no processo de aprendizagem. Em vista do depoimento do professor, vê-se que a variedade etária e de experiência anterior originou um local rico em intercâmbio de saberes, refletindo a noção de que o aprendizado é um processo social e cooperativo.

O modelo de educação integrada, mesmo não sendo conhecido dessa maneira naquela época, fomentava uma formação balanceada entre o ensino técnico e o ensino secundário. Esta perspectiva está em consonância com os princípios defendidos por Behrens (2011), que vê a educação como um instrumento de emancipação e crescimento completo do ser humano. A alternância entre aulas teóricas e práticas possibilitou que os estudantes aprimorassem habilidades educacionais e profissionais, equipando-os para enfrentar os obstáculos do mundo do trabalho. Portanto, percebe-se que a vivência do docente demonstra como o sistema de ensino do IF Goiano auxiliou na sua formação pessoal e profissional, criando um ciclo ininterrupto de aprendizagem e ensino.

Quanto à contribuição da moradia estudantil para a sua formação como ser humano, o docente ilustra sua resposta, comentando que

- *Hoje, até lá na minha casa, minha mulher faz comida, eu chego, eu como, lavo as vasilhas. Eu que mato o frango, corto e arrumo, porque eu aprendi nas aulas de avicultura. Lavar a casa, eu fui pra roça semana passada mesmo, levei minha máquina, eu que lavei a casa inteira. Coisas que eu aprendi no IF e no alojamento. Nessa parte, assim, de aprendizado, eu brinco até hoje, eu falo: rapaz, os alunos, as vezes, aprendem mais com o próprio coleguinha de quarto do que com os professores. Desde a minha época, tinha professores que eu tinha dificuldade nas disciplinas deles, mas chegava à noite, nas bancadas de estudos do alojamento, eu me sentava com amigos que tinham mais facilidade na disciplina e falava: oi, me explica esse trem aqui e ele falava: é assim que faz e tal. E, ali, também, já ia formando os professores, igual o Roriz, o Cleiton, eu. Aquele convívio ali ajudava muito, tipo, você acabava de jantar e já marcava com o amigo de descer pro quarto e já vamos estudar uns com os outros, ou depois do futebol, a gente descia e tomava banho pra estudar com os amigos. Eu achava muito mais fácil pra aprender. A pessoa vai aprendendo, também, a administrar o seu tempo: pra estudar, pra comer, pra jogar (Docente, 2024).*

A ponderação do docente acerca de sua formação pessoal ressalta a relevância das vivências práticas e da interação social no processo de ensino. Ele destaca como as competências adquiridas nas lições de avicultura e as dinâmicas do alojamento impactaram sua rotina diária, destacando a teoria de Freire (1996), que considera a educação um ato de liberdade e mudança social. O aprendizado colaborativo, no qual os estudantes auxiliam uns aos outros, ilustra claramente a "zona de desenvolvimento proximal" sugerida por Lev Vygotsky (1996), que destaca a importância das interações sociais na formação do saber.

À vista do que foi exposto, Galter e Favoreto (2020) elucidam que a forma de gerir o tempo entre estudo, lazer e tarefas da casa reproduz o conceito de John Dewey sobre a educação integral, que estima o desenvolvimento emocional e social. Além do mais, a experiência na Moradia Estudantil, em que o docente aprendia com seus pares e com os professores, coloca em evidência a concepção de que o ambiente educacional necessita ser um local de intercâmbio e desenvolvimento mútuo. Portanto, sua vivência prova como a educação acadêmica está ligada ao crescimento das pessoas, formando indivíduos mais aptos para enfrentar os obstáculos do mundo.

Ao ser questionado se, à época, havia assistentes de alunos, o entrevistado confirma que sim:

Tinha, sim. À noite ficava o assistente de alunos até dez horas. Ele ia no domingo, à noite, fazia chamada de todo mundo e conferia se estava tudo certo com limpeza e organização. Durante a semana ele conferia os quartos. No caso, cada quarto tinha doze alunos, aí ele fazia escala de limpeza. Passava de quarto em quarto, a partir das 17h pra verificar se os alunos já tinham começado a arrumar. Tinha que arrumar antes da janta, que era servida às 18h. Depois do lanche noturno, ele passava pra fazer a chamada. Tinha um médico que vinha da cidade, não me lembro do nome dele. Eu até brinco com o atual médico do Campus, que ele tinha que fazer igual antigamente: o médico media a gente, olhava o peso e já dava um vermífugo pra cada um (risos)... (Docente, 2024)

A declaração do docente acerca da existência de assistentes de estudantes e assistência médica no IF Goiano destaca a relevância do apoio institucional na educação dos alunos. Ele destaca o papel crucial do assistente, que tinha um papel crucial na supervisão da limpeza e organização dos alojamentos, incentivando a disciplina e a responsabilidade entre os estudantes.

Esta prática está em consonância com a teoria de Alves (2017), que enfatiza a importância das interações sociais no processo de aprendizagem e crescimento. Adicionalmente, a descrição do docente acerca das práticas de cuidado e supervisão no alojamento reflete os conceitos de Freire (1996), que destaca a educação como um processo coletivo e comunitário. A interação diária entre os estudantes não só favorecia o aprendizado acadêmico, como, também, auxiliava no desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

A perspectiva humanizada do atendimento ao estudante, defendida neste trabalho, destaca a relevância de um ambiente educacional que priorize o bem-estar completo do estudante. Portanto, as experiências compartilhadas pelo docente demonstram a importância da estrutura de suporte institucional na construção de indivíduos mais conscientes e aptos para os obstáculos da vida.

4.6 Resultado das entrevistas com egressos: memórias e narrativas

Nesta seção, será apresentado o resultado das entrevistas realizadas com de ex-alunos residentes do IF Goiano - Campus Ceres. Foram realizadas entrevistas com quatro ex-alunos(as), sendo três do sexo masculino e uma do sexo feminino, cada egresso compartilhou suas histórias e memórias únicas, que revelam suas vivências e ensinamentos adquiridos durante o tempo que passaram na instituição. Essas narrativas não somente retratam a diversidade de vivências, como, também, ressaltam a importância da formação recebida no Campus Ceres, colaborando para a compreensão do impacto que o IF Goiano teve na vida de seus alunos.

Ao serem resgatadas as recordações referentes ao primeiro dia na instituição, os participantes comentaram:

- *Foi um misto de emoções e sentimentos. Felicidade por estar onde queria, curiosidade pelo que me esperava, medo e insegurança por estar em um lugar totalmente desconhecido e sem qualquer rosto familiar por perto e, acima de tudo, um sentimento desafiador, pois estava me colocando fora da minha zona de conforto e sabia que aquela experiência me traria grandes aprendizados para a vida, como trouxe (Egresso 01, 2024).*
- *Lembro, sim, foi tudo muito novo, eu lembro certinho. A reunião foi ali ao lado do alojamento, no Centro de Vivências. A equipe da Assistência explicou tudo, todas as regras, como funcionava. Tinha a questão dos plantões que os internos tinham que fazer... O plantão era uma espécie de contrapartida que o aluno tinha que dar, alguns era limpeza de Unidade Educativa de Produção (UEP), outros era limpeza de quadra, corredores da escola, o meu era no refeitório. O meu era na hora do almoço. O que era a função da gente? Ajudar as tias do refeitório com tudo, era lavagem de copo, prato, panelas. Ficava lá no balcão limpando mesa. Tinha alguns que iam pra feira, fazer feira junto com um funcionário... Lembro de tudo (risos). (Egresso 02, 2024).*
- *Lembro demais da conta, foi tudo novidade, assim, pra gente. Eu entrei na turma de 2013. Cara, quando eu fui ver o tamanho da escola, a estrutura, eu me assustei. Porque eu tinha feito a prova aqui em Cavalcante. Na época, o pessoal do IF vinha pra fazer o processo seletivo aqui, pra ficar mais fácil pra gente. Ai, quando eu cheguei, lembro certinho, a gente ia descendo uma rua, né, já dentro do IF... Eu ficava olhando pela janela da Van que levou a gente, ficava olhando tudo. Ai, teve a reunião com todo mundo, minha mãe foi também. O pessoal do **CGAE**, explicou tudo certinho pra gente, as regras. Depois a gente desceu lá pro alojamento... Rapaz, fui descendo as coisas da Van... Eu fiquei no quarto 08, junto com mais dois amigos quilombolas, também, que vieram... [...]. (Egresso 03, 2024).*
- *Me lembro muito bem, não sai da minha cabeça. Nós chegamos no domingo, domingo cedo, tanto de gente desconhecida, parecendo um “big brother” (risos), cada um de um canto. Eu me lembro que só no meu quarto tinha gente de Uruaçu, Porangatu, Crixás, São Luiz do Norte... Eu me lembro que era gente de umas seis cidades diferentes. Eu conhecia apenas um, que era da minha cidade e, como a gente era próximo, colocaram nós dois no mesmo quarto, mas o restante era todo mundo diferente. Quando acabou a reunião, a reunião foi de manhã. Primeiro, teve uma reunião geral e depois tivemos uma reunião no Centro de Vivências, aí essa foi só com a gente que ia morar dentro da escola. Ai, passaram várias orientações pra gente, a família almoçou aqui no Campus também [...] (Egresso 04, 2024).*

Os egressos recordaram-se de seu primeiro dia no IF Goiano, fato que revelou um amplo mosaico de sentimentos e vivências que entusiasmaram suas trajetórias. Por consequência, um dos egressos narra um "conjunto de emoções", que junta alegria, curiosidade, receio e insegurança, sendo que, tais características estão em conformidade com a teoria da aprendizagem emocional de Immordino-Yang e Damasio (2011), que considera que as emoções possuem uma função importante no processo de aprendizado. Ademais, é imprescindível notar as emoções como um componente essencial da experiência educacional no que tange a compreender como os estudantes se adequam a novos ambientes.

O testemunho do Egresso 02 acerca da rotina estabelecida desde o começo, com a explicação das normas e obrigações, ressalta a relevância da organização do ambiente escolar. Isso está em sintonia com as concepções de Perrenoud (2000), que advoga pela formação de cidadãos críticos por meio da participação ativa dos estudantes. A vivência de fazer turnos no refeitório não só desenvolveu competências práticas, como, também, incentivou um senso de comunidade e dever.

Adicionalmente, o Egresso 03 expressa surpresa com a estrutura da escola, destacando a importância do ambiente físico na construção da identidade escolar, como destacado por Bourdieu (1986), que destaca a influência do contexto social e cultural nas práticas de ensino. Por fim, o Egresso 04 destaca a variedade de colegas no alojamento, enfatizando que o contato com diversas culturas e histórias potencializa o aprendizado e fomenta uma educação inclusiva. Portanto, as vivências compartilhadas pelos egressos não só ilustram suas experiências pessoais, mas, também, espelham teorias educacionais atuais que enfatizam o aspecto emocional, social e comunitário do processo de aprendizagem.

Ao ser levantada a questão das atribuições e responsabilidades cobradas dos residentes, e se isso influenciou em suas vidas, os egressos afirmam:

- *Com certeza, pois aprendi a conviver em coletividade, respeitar o espaço do outro e suas individualidades. Aprendi, também, a ter em mente que não importa o lugar em que estejamos, sempre teremos regras e normas a serem seguidas para um bom convívio social (Egresso 01, 2024).*
- *Cara, influencia cem por cento. Vamos dizer assim: muitos, ali, têm o primeiro senso de responsabilidade. É o básico dali. Você sabe que pra ter direito àquilo você tem a sua função. Cria aquela questão de responsabilidade, compromisso, pontualidade. Então, desde os 14 anos, que foi a idade que eu tinha, a gente já passa a desenvolver isso. Então, reflete, vai refletir no resto da vida. Aquilo que você aprende, você não esquece mais, sabe? A gente aprende desde cedo que você precisa fazer as coisas pra ter seu direito. Hoje em dia eu sei que não tem mais o plantão no IF. Eu acho que foi uma perda e não é pelo fato de não ter ninguém pra fazer o serviço, isso a escola consegue resolver, mas eu falo pela obrigação, a responsabilidade, sabe, tipo: pra eu tá aqui, eu tenho que contribuir de alguma forma. E não tem jeito, quando a gente cai no mercado de trabalho, a gente tem que saber isso, de responsabilidade, compromisso. Saber fazer as coisas, saber que precisa agir, que nada chega de mão beijada [...] (Egresso, 02, 2024).*

- *Tinha muitas regras sim, horário de acordar, de organizar o quarto, as refeições, a hora da chamada, que era às 22h. Eu me lembro que pra dormir fora, tinha que pegar uma autorização, a gente chamava de envelope, era uma carta de liberação e os pais ou responsáveis tinha que assinar pra confirmar que a gente tinha ido pro lugar que a gente disse que iria. Os assistentes cobravam bastante de nós, na questão de organização de quarto e respeito com os colegas, isso eles pegavam no nosso pé. Como o senhor me perguntou, eu acho que tudo isso meu ajudou demais mesmo, tipo assim, me ajudou a ser responsável, sabe? (Egresso 03, 2024).*
- *Com certeza, não teria como existir isso sem regras. Mesmo com regras, todo mundo extrapolava as regras, eu mesmo fui suspenso uma semana porque eu cheguei embriagado no quarto. E como eu era “réu primário” (risos), eu tive outra oportunidade. O coordenador conversou bastante comigo, e eu nunca mais dei trabalho, sabe? Eu só tive esse problema durante os três anos. Foi uma grande experiência de vida pra mim, porque se eu perdesse a vaga no alojamento, eu teria que ir embora pra casa porque meus pais não tinham condições de me manter no IF, pagando aluguel em alguma kitnet. Como se diz, a gente só volta no lugar que a gente foi feliz, né. Eu fui muito feliz no IF Goiano. Quando eu fui descendo ali de carro pra vir pra entrevista, fui me lembrando de tudo. Os momentos que passei aqui foram únicos, como se fosse um filme. Eu sempre me lembro daqui [...]. (Egresso 04, 2021).*

Destarte, as respostas dos egressos sobre a influência das responsabilidades que eles tinham que desempenhar no período da sua experiência no IF Goiano colocam em evidência a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais e responsabilidade pessoal. O Egresso 01, ao afirmar que aprendeu a existir em um coletivo respeitando a personalidade das outras pessoas, está confirmando o que estabelece Goleman (2019) em seu trabalho acerca da inteligência emocional de que compreender e administrar as emoções próprias e de terceiros são artifícios básicos visando ao sucesso em qualquer área da vida.

O Egresso 02 enfatiza a construção da consciência de responsabilidade desde cedo, refletindo a ideia de Bandura (1977), que argumentou que a autoeficácia é a maneira como a percepção do efeito das próprias ações é essencial para a autonomia. Ele observa que essa responsabilidade significa comprometimento e pontualidade, habilidades importantes no mercado de trabalho.

Por fim, o Egresso 04 se lembrou de regras rigorosas que moldaram sua disciplina e responsabilidade. O fato de ser suspenso por desrespeitar normas e ter a chance de refletir sobre seus atos com o coordenador é exemplificado pelo conceito de aprendizagem experiencial defendido por Kolb (1984), pelo qual as experiências vividas, sejam elas positivas ou negativas, são essenciais para o crescimento humano. Além disso, como destacou o mesmo egresso, tais experiências, também, influenciaram sua trajetória profissional como professor, o que reitera o fato de que a educação não significa apenas adquirir conhecimento técnico, mas desenvolver a totalidade do ser humano.

À vista do que foi evidenciado, as narrativas dos egressos não apenas apresentam suas próprias experiências, como, também, são condizentes com as teorias hodiernas da educação que valorizam a formação integral do estudante.

Sobre os finais de semana na instituição, cada um falou sobre suas preferências:

- *Eu, particularmente, costumava ir para casa nos finais de semana e feriados (Egresso 01, 2024).*
- *Cara, apesar de não morar muito longe, na época eu morava em Jaraguá-GO, mas devido ao financeiro, acabava ficando caro pra ir pra casa sempre, então, eu ficava muito na escola mesmo nos finais de semana. Eu ia mais pra casa nos feriados (Egresso 02, 2024).*
- *Eu não gostava de deixar tudo pra última hora não. Ai, ficava fazendo os deveres, mas, também, gostava muito de jogar bola. Nos finais de semana eu via muitos alunos indo pra casa e eu não tinha condições de ir... Com o tempo eu fui fazendo amizades e eu ia pra casa de amigos. Era bom, eu comia uma comidinha diferente, via pessoas diferentes (risos) [...] (Egresso 03, 2024).*
- *Eu gostava muito de jogar futebol, também. Nos finais de semana eu jogava quase que o tempo todo. Eu ia pra casa somente um final de semana por mês (Egresso 04, 2024).*

As narrativas dos egressos sobre seus diferentes contextos de experiência aos finais de semana durante a Moradia Estudantil sinalizam para realidades diversas, condicionadas pelo contexto socioeconômico e/ou por suas escolhas e preferências. O Egresso 01 revela que ia para casa todo final de semana e feriado. Já a fala do Egresso 02 revela o quanto o fator financeiro impactava a sua ida ao seu local de origem e retorno à Moradia Estudantil, sendo uma diferenciação que se torna comum entre as políticas de assistência estudantil.

Outros egressos, como o Egresso 03 e o Egresso 04, sinalizam como o ambiente escolar tornou-se espaço de socialização, atividades extracurriculares e local de vivência aos finais de semana, resultado de escolhas e experiências dos ex-alunos. Como propõe Dubet (2003), a escola é um lugar de convivência e aprendizagem para além do currículo formal. Este caso ressalta a importância das atividades esportivas e do tempo livre para o desenvolvimento integral do aluno, o qual é alinhado às reflexões de Huizinga (2010), que defende o jogo como componente primordial da formação humana. Assim sendo, esses depoimentos colocam em importância a diversidade de experiências e a atualidade do espaço escolar na construção identitária e no estabelecimento de vínculos sociais, além de refletir dificuldades vivenciadas pelos estudantes.

Em relação à formação humana, se de fato, morar dentro da escola, fez diferença na vida dos egressos, os entrevistados deram os seguintes depoimentos:

- *Sem sombra de dúvidas, visto que, como residente aprendi a ter responsabilidade, obrigações a cumprir e a lidar com pessoas que possuem um temperamento diferente do meu (Egresso 01, 2024).*
- *Cara, extremamente importante, viu! Vamos falar por alto. Noventa por cento das pessoas que estavam ali nunca tinha tido um convívio em grupo. Você conhecia gente do Goiás inteiro, vinha muita gente de fora ainda na minha época. Eles colocavam oito pessoas, dez pessoas no alojamento, e aí?! Era conviver. Aprender a conviver com as diferenças de outras pessoas, se adaptar ao meio.*

Eu aprendi muito, sabe, foi uma escola pra vida. (Egresso 02, 2024).

- *Hoje eu trabalho como professor na escola da comunidade aqui mesmo e isso foi tudo por conta do IF. Eu sou muito grato por tudo, eu aprendi muito. Quando eu terminei o curso técnico, eu fui pra Brasília e cursei matemática. Hoje eu ajudo os adolescentes, também, assim como eu fui ajudado na época do IF. Eu que sou de uma realidade muito carente, se não fosse o alojamento, eu não teria conseguido me formar no IF. Só gratidão mesmo. Tanto é que meu irmão mais novo está aí no IF, no alojamento. Está seguindo os meus passos e vai conseguir crescer na vida, se Deus quiser. (Egresso 03, 2024).*
- *Então, cara, são muitas coisas. Tipo, hoje eu sou dentista, cirurgião. E posso te falar que tudo o que eu sou hoje, vem daqui, também. Tudo contribuiu para minha formação [...] (Egresso 04, 2024).*

As opiniões dos egressos sobre a relevância da formação humana ofertada pela residência estudantil demonstram o quanto essa experiência foi crucial para o seu crescimento pessoal e profissional. O Egresso 01 ressalta que, durante sua estadia no alojamento, aprendeu a assumir responsabilidades e a gerir variados temperamentos. Isso está em harmonia com a teoria de Goleman (2019), que destaca a importância da inteligência emocional para a convivência social e a solução de conflitos. O Egresso 02 destaca que muitos estudantes nunca tinham participado de um grupo antes, considerando que essa interação foi uma autêntica "escola para a vida". Isso reflete o conceito de aprendizado social proposto por Vygotsky (1996), que vê as interações sociais como fundamentais para o crescimento humano.

O Egresso 03 evidencia a importância da experiência no IF Goiano em sua carreira, observando que, sem a moradia mencionada anteriormente, ele não teria atingido sua graduação. Costa Júnior e colaboradores (2023) afirmam que o contexto social e familiar influencia, de forma direta, no desenvolvimento das pessoas, sendo que são fundamentais para o projeto de vida de qualquer pessoa. Além de que um local favorável ao aprendizado e à interação saudável ajuda a construir pessoas seguras, inventivas e cooperativas. O Egresso 04 atribui seu sucesso na profissão ao aprendizado conseguido no alojamento, colocando em evidência a ideia de que as experiências em contextos particulares constroem identidades e trajetórias.

As histórias supracitadas colocam em destaque a relevância da Moradia Estudantil não apenas como um local físico, mas, também, como um ambiente de ensino cheio de interações no meio social e aprendizados práticos. Nessa perspectiva, as vivências compartilhadas pelos egressos corroboram teorias que realçam a formação completa do aluno, ressaltando a Moradia Estudantil como um local de suma importância no que se refere ao aprimoramento de competências emocionais e sociais.

Quanto aos benefícios oferecidos pela ME e dificuldades enfrentadas, os participantes elencaram o seguinte:

- *Além de todo o amparo que era prestado pela rede de assistência estudantil, vejo que criamos uma relação maior de afeto entre os alunos que eram internos e os profissionais que trabalhavam na instituição, visto que durante esse período estivemos mais próximos de todos ali do que qualquer outro familiar. As maiores dificuldades foi lidar com a inveja e com as fofocas que, vez ou outra, surgiam (Egresso 01, 2024).*
- *Olha, eu começaria falando por esses [benefícios] que são comuns: alimentação, totalmente garantida pela instituição, você tem onde ficar, tem a lavanderia... então passa a ter um suporte maior. O mais beneficiado é aquele que não tem condição. Tinham muitos ali, assim como eu, que se não fosse essa vaga no alojamento, não iam conseguir estudar não. E isso é muito importante, sabe, pra minha formação eu posso dizer que foi fundamental mesmo. Eu era o garoto que morava na roça a vida toda e, de repente explodiu tudo pra mim, conheci coisa demais, abriu minha mente pra tudo [...]. Olha, a minha dificuldade não foi nem a convivência com os meninos. Foi a questão de ficar longe de casa. Eu nunca tinha saído de casa, nem pro acampamento de igreja, nem nada. Foi bem difícil, no início. Aí, vem a questão da comida, que a gente tem que se acostumar, a cama, enfim, tudo... No início, eu chorava muito com saudades dos meus pais, mas com o tempo foi melhorando, a gente vai amadurecendo, sabe, e aprendendo a conviver, também. Mas, no geral, eu me dava bem com a galera do quarto. Até hoje eu tenho contato com alguns amigos [...]* (Egresso 02, 2024).
- *[...] Rapaz, vou te contar, viu (risos). Foi a saudade da família, ó. Eu nunca tinha saído de perto da minha família, a gente sempre viveu todo mundo junto aqui. Aí, sair assim, pra longe. Foi brabo. [...] Tudo foi aprendido, mas no início eu sofri um pouco pra me adaptar. No quarto mesmo, cada um era diferente do outro, aí, tive que aprender a respeitar as diferenças, sabe, os costumes, tipo, o jeito de cada um mesmo e as coisas foram se ajustando* (Egresso 03, 2024).
- *Ah, primeiramente o custo, né, bem mais barato o custo de vida, nem se compara, aqui tem uma vida tranquila. Aqui, quem quiser tem uma rotina, tipo, todo dia vai pra biblioteca, vai estudar, a pessoa aqui ela tem mais rotina. Tanto é que muito aluno que era interno hoje são médicos, advogados, passaram em concurso. E outras áreas que nem são das agrárias. Sem contar a facilidade, tipo, a gente acordava, andava um pouco e já estávamos no refeitório, depois andava mais um pouco e estávamos na sala de aula. Tudo perto, tudo muito prático. A minha maior dificuldade foi a distância da família, eu sentia muita falta de casa, muita mesmo. Por exemplo, o tal do domingo pra mim, parece que não passava, sabe. Era uma tarde imensa. A convivência no quarto, às vezes, era complicada, igual eu falei, né, mas era tentar entender um ao outro e resolver os problemas conversando uns com os outros. Eu tive que aprender as coisas muito rápido, entende? Porque eu não podia perder a vaga do alojamento, porque eu iria voltar pra casa se isso acontecesse.* (Egresso 04, 2024).

Ao serem questionados sobre os benefícios que um estudante residente tem em comparação com um aluno externo, juntamente com suas maiores dificuldades, as respostas dos entrevistados refletem a importância da Moradia Estudantil na formação integral dos alunos. Observa-se que o Egresso 01 destaca o apoio da rede de assistência estudantil e a criação de vínculos afetivos com colegas e profissionais. Isso é consistente com Pascarella e Terenzini (2005), quando apontam o efeito positivo da vida em grupo no desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

O Egresso 02 ressalta a segurança fornecida pela moradia: alimentação garantida e suporte logístico. Essa ideia reflete que ambientes de apoio são importantes para o sucesso educacional, conforme discutido por Wiese *et al.* (2017). O Egresso 03, do mesmo modo, menciona o quão difícil é ficar longe de casa, uma experiência muito comum para os alunos que estão saindo de casa pela primeira vez. De acordo com Galland (1995) essa transição é um

fator relevante na literatura a respeito do desenvolvimento juvenil, que indica que a independência residencial tem a capacidade de ser um fator decisivo para o amadurecimento pessoal. O Egresso 04 complementa, assegurando que a rotina estruturada do alojamento beneficiou seu desempenho estudantil, reforçando a ideia de que ambientes organizados colaboram para a formação de hábitos saudáveis e produtivos.

Ao concluir esta seção de entrevistas, fica evidente a importância da Moradia Estudantil no IF Goiano - Campus Ceres. Percebe-se que as experiências coletivas não somente podem promover a adaptação ao ambiente educacional, mas, do mesmo modo, auxiliar na constituição de identidades sociais e profissionais. Dessa forma, as narrativas dos egressos elucidam como a Moradia Estudantil vai além da simples acomodação, funcionando como um espaço essencial para aprendizado social e desenvolvimento pessoal. As vozes do Diretor Geral, Coordenador de Assistência Estudantil, do Docente e dos alunos egressos expressam uma experiência rica em aprendizado e convivência. Os residentes enfatizam aspectos práticos, não apenas alimentação ou apoio logístico, entre outros, mas, também, laços afetivos que os unem a esse ambiente. Essas interações ajudam a construir uma comunidade sólida e hospitaleira, importante para o amadurecimento dos alunos.

Enfim, o que fica óbvio, a partir das dificuldades apontadas é a falta dos familiares e a adaptação às novas rotinas, dificuldades estas que acabam revertendo em oportunidades de crescimento pessoal. Assim, a Moradia Estudantil é um espaço vital para a educação desses alunos, não apenas em desafios estudantis, mas, também, na vida social. Esta é uma experiência que é um testemunho do compromisso do IF Goiano - Campus Ceres, de promover uma educação inclusiva e transformadora.

5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

Nesta seção são detalhadas as fases de criação e implementação do Produto Educacional resultante desta dissertação. A construção de um Produto Educacional é um dos requisitos para a obtenção do título de mestre no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), oferecido em escala nacional.

Este Produto Educacional, *Guia do Estudante Residente*, é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*, desenvolvido pelo pesquisador Manoel Marçal Rodrigues Neto, sob a orientação do professor Dr. José Carlos Moreira de Souza, e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

O Produto Educacional implementado possui duas laudas e está disponibilizado em formato PDF, como um *guia digital*. Este guia tem como finalidade principal orientar os estudantes residentes sobre os aspectos essenciais do cotidiano da Moradia Estudantil do Campus Ceres. Aborda, de maneira sucinta, questões disciplinares, direitos e deveres, horários, atendimentos disponibilizados, saúde, bem-estar e entretenimento, dentre outros assuntos. Por trazer instruções relevantes, é uma ferramenta fundamental de comunicação para ajudar os estudantes recém-chegados ao Campus Ceres, principalmente na fase inicial, de adaptação.

Conforme Silva *et al.* (2020), tal tipo de produto em formato digital se classifica na categoria de Materiais Textuais. O guia, ao fornecer informações claras e sucintas, torna-se um instrumento crucial para os estudantes recém-chegados, auxiliando-os a se adaptarem ao ambiente físico e social do Campus Ceres. Conforme Almeida e Betini (2015) afirmam, a adaptação ao ambiente escolar é fundamental para o rendimento acadêmico e o equilíbrio emocional dos alunos, o que torna produtos educacionais como estes, indispensáveis para a educação.

Este guia, portanto, objetiva tornar mais ágil a comunicação institucional com os residentes e mais rápida a adaptação e o êxito dos alunos no Campus Ceres. Pelo fato de oferecer informações diretas e compreensíveis, a existência deste material tende a diminuir os problemas que os estudantes, sobretudo, aqueles que entram pela primeira vez na instituição, enfrentam.

Assim sendo, tal estratégia é fundamental para se criar uma atmosfera de ensino mais receptiva e inclusiva, prestando auxílio no desenvolvimento completo dos estudantes.

A necessidade de produzir informações que fossem didático-pedagógicas e, ao mesmo tempo práticas, voltadas para os estudantes recém-chegados à Moradia Estudantil Campus Ceres, foi o que motivou a confecção e aplicação deste Produto Educacional. A concepção deste PE levou em conta o fato de que estudantes residentes, de modo geral, chegam ao Campus Ceres com uma idade média de 15 anos, período da vida em que se percebe a imaturidade. Assim, com o guia em mãos, poderão usufruir de maior autonomia desde o início da vida acadêmica.

A justificativa para este Produto Educacional reside na necessidade de oferecer um apoio constante aos alunos em um ambiente educacional que frequentemente traz desafios únicos. Conforme Appio, Ewald e Silva (2020), a EPT deve ser uma vivência que, não só aprimora competências técnicas, mas, também, que fomente habilidades socioemocionais. O guia criado serve como um instrumento na tentativa de superar essa dicotomia, prestando orientações aos estudantes tanto na sua formação técnica quanto na sua adaptação social ao novo contexto.

A EPT deve não só habilitar os estudantes em competências específicas, mas, também, criar um ambiente propício ao crescimento pessoal e social (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005). Nesse sentido, o guia procura combinar elementos técnicos e sociais da educação, auxiliando na construção de cidadãos críticos e aptos para o mercado laboral. Ademais, Tavares *et al.* (2020) destacam que a existência de diretrizes claras sobre direitos e obrigações contribui para a formação de um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos, crucial para uma coexistência harmoniosa em ambientes coletivos como as residências estudantis.

Os conceitos de aprendizagem significativa e a teoria da integração curricular são os alicerces para o desenvolvimento do guia. Conforme Ausubel (2003), a aprendizagem significativa destaca a relevância de associar novos conhecimentos a experiências anteriores, o que é crucial para a absorção das informações presentes no guia, ao passo que, a teoria da integração curricular propõe que a educação deve ser integral, unindo conhecimentos técnicos a habilidades sociais (Moura, 2007).

Consequentemente, tais teorias prestam apoio à compreensão de que um guia informativo não deve apresentar unicamente informações práticas, mas deve auxiliar no desenvolvimento completo dos alunos promovendo uma percepção mais abrangente de seu papel na comunidade educacional.

De acordo com Kaplún (2003), um material didático vai além de um simples objeto que fornece informação, sendo um instrumento que facilita e apoia o progresso de uma experiência de aprendizado, transformação e enriquecimento.

Nesse contexto, o processo de criação é uma tríplice jornada: a da concepção (ligada ao eixo conceitual), a da elaboração do material em si (ligada ao eixo pedagógico) e a da utilização subsequente (ligada ao eixo comunicacional). Leite (2018, p. 330) argumenta que

[...] é imprescindível asseverar que os produtos educacionais instituídos sejam produzidos e avaliados de forma coletiva, avaliando as especificidades do público a que se propõem; orientem-se por metodologia que considere fatores comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e sejam validados a partir de eixos e descritores determinados conforme as particularidades de cada material textual.

Entende-se que a integração social na escola é crucial para o êxito dos estudantes em contextos educacionais. O guia não só atua como uma compilação de informações, mas, também, como um instrumento para promover a cidadania ativa e a integração à comunidade acadêmica. Conforme Freire (1996), a educação deve ser um processo de construção conjunta, no qual cada aluno se sinta apreciado e parte integrante do ambiente educacional.

A etapa subsequente envolveu a validação do Produto Educacional. Este é um procedimento crucial para os produtos educacionais, pois é por meio dele que podemos confirmar sua qualidade e relevância (Silva *et al.*, 2020).

Nascimento-e-Silva (2020) e Silva *et al.* (2019) argumentam que os testes de produto são essenciais por três razões: a) confirmar a funcionalidade do produto; b) entender como esse funcionamento ocorre; e c) identificar se existe alguma falha ou erro que impeça o produto de alcançar um desempenho satisfatório. Se eventualmente forem detectados itens que não funcionaram conforme o esperado, é necessário realizar as correções necessárias.

De acordo com o estudo conduzido por Rizzatti *et al.* (2020), a validação dos usuários é essencial no processo de criação de produtos educacionais, uma vez que assegura que o conteúdo seja pertinente e adaptável ao contexto dos estudantes. A aceitação, além de validar, também, possibilita um ciclo contínuo de retorno. Ao se sentirem ouvidos e engajados no processo, os alunos podem oferecer sugestões que podem aprimorar o material proposto. Conforme Freire (1996), a educação deve envolver um diálogo contínuo entre professores e alunos, possibilitando que ambos aprendam e se desenvolvam em conjunto. Este retorno pode resultar em alterações que aprimorem a utilidade do guia, tratando de assuntos que, talvez, não tenham sido inicialmente considerados.

Assim, o pesquisador realizou uma reunião com os residentes, conforme ilustrado na Figura 13, para apresentar e validar perante o público-alvo o Produto Educacional desenvolvido.

Figura 13 - Reunião com residentes para apresentação/validação do Produto Educacional



Fonte: Acervo do autor (2024).

O Produto Educacional, foi lançado no dia 19 de setembro de 2024, no Centro de Vivências (prédio anexo à Moradia Estudantil), em reunião com os estudantes residentes. que ocorreu às 19h, obtendo uma aceitação ampla entre os 94 participantes.

A reunião, além de apresentar o PE, teve a função de estreitar a relação entre a instituição e os alunos residentes. No transcorrer da reunião, os presentes tiveram a possibilidade de expressarem suas opiniões e avaliar se o produto alcançava ou não os objetivos que determinaram a sua origem e em que poderia ser aperfeiçoado.

A apresentação do PE foi cuidadosamente planejada. Essa abordagem não apenas facilitou a compreensão das informações contidas no guia, mas, também, promoveu um espaço seguro para que os alunos pudessem expressar suas dúvidas e dar suas contribuições. No caso específico do *Guia do Estudante Residente*, a reunião de apresentação proporcionou um momento de interação e esclarecimentos sobre as normas e rotinas da Moradia Estudantil.

Ao final da reunião, que teve participação significativa dos residentes, pode-se avaliar que o material apresentado teve ampla aceitação do público-alvo, atendendo às suas necessidades e suprimindo uma lacuna até então existente na comunicação institucional.

Deduzimos que a aceitação do PE representa um aval para sua divulgação a toda a comunidade escolar: gestores, professores, pessoal técnico-administrativo, estudantes residentes e não residentes, pais e familiares.

A ampla aceitação pode ser interpretada como um sinal da formação de uma comunidade escolar mais unida, na qual os estudantes se sentem integrados ao ambiente educacional. A literatura indica que ambientes de ensino colaborativos são essenciais para o êxito dos estudantes. Portanto, o guia não só oferece informações úteis, mas, também, funciona como um estímulo para a interação social e a formação de redes de suporte entre os alunos.

Assim, é possível afirmar que o PE alcançou os objetivos que motivaram a sua criação.

As Figuras 14 e 15 ilustram o PE que foi implementado, uma ferramenta crucial para auxiliar os estudantes a entenderem a rotina escolar e as regras da residência estudantil.

Figura 14 - Página de entrada do Produto Educacional

Para mais informações sobre a **Política Nacional de Assistência Estudantil**, acesse o **Manual de Assistência Estudantil** através do QR code:

www.ifgoiano.edu/ceres ou pelo Instagram [@assistenciaestudantil.ce](https://www.instagram.com/assistenciaestudantil.ce)

Fale conosco

- (62) 3307 - 7162 / (62) 9 8521 4937
- assistenciaestudantil.ce@ifgoiano.edu.br
- www.ifgoiano.edu.br/ceres
- Rodovia GO - 154, Km 03, s/n
Zona rural - Ceres - GO

PROFEPT
PROGRAMA NACIONAL DE
POLÍTICA INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA

O **Guia do Estudante Residente** é um produto educacional, fruto da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IF Goiano - Campus Ceres, intitulada "A MORADIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO - CAMPUS CERES COMO ESPAÇO FORMATIVO: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES EGRESSOS". Realizada pelo mestrando Manoel Marçal Rodrigues Neto, sob orientação do prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza, e tem como objetivo, informar aos estudantes recém-chegados, acerca dos serviços disponibilizados, normas da moradia estudantil, dentre outras informações pertinentes. O material possui caráter informativo e didático-pedagógico, que será impresso e entregue a cada estudante no dia da reunião de recepção, no início dos anos letivos. Será disponibilizado também, via digital, com acesso por QR CODE.

Referências

BRASIL. **Manual de Assistência estudantil** 4ª edição. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/MANUAL_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_BpNRx2M.pdf. Acesso em: 17 de setembro de 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Estudantil** n. 7.234/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Guia do Estudante Residente

Assistência Estudantil
Campus Ceres

INSTITUTO FEDERAL
Goiano | Campus Ceres

Fonte: acervo do autor, 2024.

Figura 15 - Conteúdo do Produto Educacional

Residência Estudantil

✓ Datas e horários de permanência

- O funcionamento das residências ocorre durante todo o ano letivo, com exceção do período de férias (julho, dezembro e janeiro). Possui capacidade total de 140 leitos.
- Durante a semana não é permitido ficar nas residências em horários de aula (7h às 11h e 13h às 17).
- A **chamada noturna** é realizada diariamente; Horários:
 - Residência feminina: 21h30
 - Residência masculina: 22h
- **Lavanderia** Horários:
 - Segunda às Sextas (8h às 17h)
 - Escalas de uso definidas por quarto.

✓ Responsabilidades e Deveres

- Cumprir as escalas de limpeza dos quartos.
- Não é permitido, em hipótese alguma, dormir fora das residências durante a semana.
- Obter rendimento acadêmico satisfatório para permanência na residência.
- Registro de Saída é obrigatório para pernoitar fora aos fins de semana.

Atividades esportivas, culturais e de lazer

Piscina
Sala de TV
Quadra de areia
Ginásio poliesportivo
Campo de futebol
Academia



Restaurante Estudantil



✓ Horários de funcionamento

Refeição	Horário	Público-alvo
Café da manhã	06h10 às 06h55	Todos estudantes
Almoço	10h45 às 12h30	Todos estudantes
Jantar	17h30 às 18h30	Todos estudantes
Lanche noturno	20h45 às 21h00	Exclusivo RESIDENTES

Fig.3 Restaurante Estudantil



Núcleo de Atenção à Saúde

- **Atendimento Médico:** Consultas ambulatoriais e pré-agendadas. (13h30 às 17h30)
- **Atendimento Odontológico:** Procedimentos preventivos básicos. (07 às 13h)
- **Atendimento de Enfermagem:** Curativos, verificação de sinais vitais e outros procedimentos.
- **Atendimento Psicológico:** Suporte à saúde mental, com consultas pré-agendadas.

A Assistência Estudantil do Campus Ceres

A Coordenação de Assistência Estudantil do Campus Ceres (CAE) é responsável pelo cumprimento de normas disciplinares, concessão e avaliação de benefícios estudantis, pela execução de políticas de permanência do estudante e pelo cuidado da saúde do estudante. **Para qualquer atendimento, você deve procurar a CAE.**

- Restaurante Estudantil;
- Residência Estudantil;
- Núcleo de Atenção à Saúde;
- Núcleo de Assuntos Disciplinares;
- Assistência Social;

Fig.4 Vista parcial da residência estudantil 1



Fig.5 Parte interna da residência estudantil 1



Fig.6 Consultório Odontológico



Fonte: acervo do autor, 2024.

O PE aborda questões disciplinares, direitos e obrigações, horários, serviços disponíveis, saúde, bem-estar e recreação, além de outras informações de interesse dos residentes. A diagramação do texto e a variedade de cores contribuíram para a criação de um material pedagógico mais compreensível e atraente.

Destaca-se que a implementação do *Guia do Estudante Residente*, no Campus Ceres, representa um passo significativo na promoção da integração social e estudantil dos alunos. Ao oferecer informações essenciais de maneira acessível, o guia contribui para o fortalecimento da comunidade estudantil. A aceitação positiva demonstrada pelos estudantes reforça a importância de iniciativas que visem a apoiar a adaptação ao ambiente escolar, promovendo, assim, uma educação mais inclusiva e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral compreender as experiências vivenciadas por estudantes residentes, apreender concepções, valores e memórias, correlacionando-as com as políticas de assistência estudantil dentro de um contexto de formação humana e *omnilateral*. Nota-se que para assegurar o direito à educação não é suficiente apenas fornecer educação gratuita, é preciso, também, proporcionar condições de permanência na escola, permitindo a conclusão bem-sucedida dos alunos que nela se matriculam.

Com base no delineamento e no planejamento da pesquisa, levando em conta os objetivos estabelecidos, pode-se afirmar que os resultados foram alcançados. Com base na análise dos dados recolhidos, constatou-se que a Moradia Estudantil do Campus Ceres se apresenta não somente como um local de moradia, mas, também, como um ambiente de formação com grande potencial para a formação integral dos alunos. Nas últimas décadas, essa estrutura tem desempenhado um papel importante na vida de muitos jovens, especialmente, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A partir das memórias e declarações dos alunos egressos surge uma visão que destaca a relevância da Moradia Estudantil não só como um apoio material, mas, também, como um espaço que promove diversas aprendizagens, seja na interação com a diversidade, no desenvolvimento da independência ou na formação de uma consciência crítica.

Historicamente, as políticas de apoio ao estudante, que incluem o fornecimento de moradia, surgiram como uma resposta às necessidades de igualdade no acesso à educação, com o objetivo de minimizar as barreiras criadas pela distância geográfica e pelas disparidades sociais. Assim, o IF Goiano tem um papel fundamental ao oferecer aos alunos as condições fundamentais para que possam se dedicar integralmente às atividades acadêmicas. Ao garantir a permanência dos estudantes na instituição, a Moradia Estudantil atua como um mecanismo de democratização do ensino, atendendo aos princípios constitucionais de igualdade de oportunidades.

Observou-se que para muitos dos alunos, especialmente, aqueles oriundos de regiões rurais ou distantes, a Moradia Estudantil representa a chance de prosseguir com seus estudos, uma vez que, provavelmente, não teriam recursos para custear deslocamentos ou aluguel na cidade. Portanto, a Moradia Estudantil surge como uma política pública essencial de permanência, auxiliando na democratização do acesso à educação. No entanto, sua função formativa ultrapassa o apoio financeiro, sendo que é nesse contexto que os jovens aprendem a enfrentar desafios diários, a mediar conflitos, a dividir espaços e responsabilidades, vivências

que, conseqüentemente, aprimoram a formação humana além do currículo convencional.

Com base nos resultados da pesquisa, destaca-se a relevância dos relatos dos alunos que deixaram a Moradia Estudantil, confirmando que a experiência vivenciada por eles foi muito além do ambiente escolar. Deste modo, muitos relataram como a interação com colegas de variados contextos socioculturais e regiões do Brasil expandiu sua percepção do mundo e de si próprios.

Nesse contexto, a Moradia Estudantil surge como um microcosmo da sociedade, onde os jovens vivenciam a coexistência democrática, o respeito às diferenças e a formação de valores comuns. Essas vivências são formativas em um sentido abrangente, pois incentivam o aprimoramento de habilidades socioemocionais, atualmente vistas como essenciais para o ambiente profissional e para a participação cidadã ativa.

No entanto, as recordações dos ex-alunos, também, apontam obstáculos que ainda precisam ser superados. A infraestrutura da moradia, frequentemente restrita, afeta diretamente a qualidade de vida dos alunos. A escuta ativa e a participação dos alunos na administração do alojamento são táticas fundamentais para preservar esses locais como locais acolhedores, formativos e devidamente equipados para satisfazer as necessidades atuais da juventude.

Outra questão elencada pelos egressos é a necessidade de se ampliar os programas de auxílio estudantil para assegurar não só o ingresso, mas, também, a permanência e o sucesso daqueles que estão em condições de maior vulnerabilidade.

Ainda que a Moradia Estudantil seja de suma importância, é preciso que esteja interligada a outras políticas de assistência estudantil, como alimentação, transporte e suporte psicológico, já que, é imperativo certificar que os alunos tenham a possibilidade de se dedicar em tempo integral ao processo de formação. Os dados da pesquisa indicam que o IF Goiano - Campus Ceres está progredindo, entretanto, há margem para aprimoramentos e uma melhor coordenação entre as políticas que visam à prestação de assistência estudantil.

Ao levar em conta o efeito da Moradia Estudantil na formação dos alunos, é crucial compreender que essa vivência tem um papel crucial na elaboração de um plano de vida mais abrangente. Ao recordarem suas experiências, os ex-alunos destacaram que o período de residência estudantil foi determinante para o aprimoramento de competências cruciais para a vida adulta, tais como responsabilidade, disciplina e empatia. Essas são habilidades que não são aprendidas em livros, mas que se desenvolvem no dia a dia da vida comunitária.

Ressalta-se, entretanto, que é necessário o investimento em pessoas para atuar junto à Assistência Estudantil, como enfatiza o coordenador da CAE em sua fala. Portanto, entende-se que há muito ainda para avançar nesse contexto.

Como Produto Educacional, resultado deste estudo, foi elaborado um *Guia do Estudante Residente*, o qual estima-se poder contribuir significativamente para a integração e o êxito dos alunos que se inscrevem na residência estudantil do Campus Ceres. Este guia orienta os residentes sobre seus direitos e obrigações, além de reforçar o sentimento de pertença e acolhida na instituição. O guia, organizado de forma clara e compreensível, fornece dados essenciais sobre as normas habitacionais, as regras em vigor, além dos serviços oferecidos pela instituição. A utilização de imagens que representam a estrutura física da residência e os serviços a ela associados simplifica o entendimento dos alunos, oferecendo uma perspectiva tangível do ambiente onde viverão durante sua trajetória educacional.

É importante ressaltar que o estudo não teve a pretensão de cobrir todas as questões ligadas à Moradia Estudantil. No entanto, espera-se que possa fornecer subsídios para futuras investigações sobre o tema em questão. Levando-se em conta as evidências coletadas e as particularidades de cada *campus*, juntamente com características inerentes a cada região onde está situado, propõe-se, como sugestão para pesquisas futuras sobre o assunto em discussão, a expansão deste estudo para os demais *campi* do IF Goiano. Há que se mencionar algumas limitações encontradas ao longo do estudo, como: dificuldade em contactar egressos por falta de atualização de contatos e carência de acervo de registros físicos, tais como manuais antigos da assistência estudantil, primeiros regimentos, etc.

Por entendermos, a partir dos dados da pesquisa, que a Moradia Estudantil desempenha um papel de suma importância na formação dos alunos, transcendendo seu papel de acolhimento físico e financeiro e caracterizando-se como um local de aprendizagem, convívio e formação de valores, é crucial que a instituição persista em valorizar e investir neste ambiente, implementando melhorias estruturais e expandindo a comunicação com os estudantes residentes.

As memórias dos egressos beneficiários da Moradia Estudantil, evidenciam que, para muitos, a residência estudantil foi o fator crucial que possibilitou não só a conclusão dos estudos, mas, também, o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, a continuidade e a consolidação de políticas internas de assistência estudantil se configuram como metas imprescindíveis para o futuro da educação inclusiva e de alto padrão tão proclamada pelo IF Goiano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C.; BETINI, G. A. Investigação sobre a escola e seu entorno: estudo bibliográfico de produções nacionais. *R. Educ. Públ.* Cuiabá, 24(55), p. 33-56, 2015.
- ALVES, M. A. D. *A importância das interações sociais no desenvolvimento das competências sociais*. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências, 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21858/1/TFM_M%C3%B3nica%20Alves.pdf. Acesso em: 21 set.2024.
- ANTUNES, J. *Os impactos da Moradia Estudantil na formação acadêmica dos universitários*. 2021. Disponível em: <https://uliving.com.br/sobre-uliving/>. Acesso em: 17 set.2024.
- APPIO, C. R.; EWALD, I. C. A.; SILVA, V. de C. *A formação integral na educação profissional e tecnológica: alguns apontamentos. Metodologias e Aprendizado*. Florianópolis-SC, v. 1, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1100/935>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- AUSUBEL, D. P. *Educational Psychology: a cognitive vire*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 2003.
- BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, Califórnia, v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977. Disponível em: <https://educational-innovation.sydney.edu.au/news/pdfs/Bandura%201977.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.
- BARRETO, D. *Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.
- BEHRENS, M. A. *O paradigma emergente e a prática pedagógica*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011.
- BESSAS, Z. H. A. F; COSTA, E. S. A importância da Moradia Estudantil como espaço de formação integral dos estudantes do ensino técnico na rede federal de educação profissional e tecnológica. *Revista Ponto De Vista*, Viçosa-MG, v. 13, n. 1, 2024.
- BIEMBENGUT, M. S. *Mapeamento na pesquisa educacional*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- BLANC, M. V. O desafio de vir a ser: jovens universitários, moradias coletivas e identidades. In: CONGRESSO DE LA ASSOCIATION LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 27., JORNADAS DE SOCIOLOGIA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8. Buenos Aires. 2009. *Anais [...]*. Disponível em: <https://1library.org/document/zwopd1vy-desafio-vir-ser-jovens-universit%C3%A1rios-moradias-coletivas-identidades.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017.

BORGES, E. F.; ARAÚJO, J. C. S. L. Educação profissional, dualidade estrutural e neoprodutivismo. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-33, 2019.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 17. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. *Handbook of theory and research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. *Constituição (1946)*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.566*, de 23 de setembro 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. 1996a. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. *Resolução CNS nº 196*, de 10 de outubro de 1996. 1996b. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. *Decreto Federal nº 2208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. *Constituição (1988)*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. 2008a. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. *Lei nº 11.741*, de 16 de julho de 2008. 2008b. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 7.234*, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. *Resolução CNS*, nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pd>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 21 ago.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatórios e publicações*. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/relatorios-e-publicacoes>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil*. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ep>. Acesso em: 09 ago.2024.

BRASIL. *Lei nº 14.914*, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm. Acesso em: 6 out. 2024.

BRITO, S. C. A. A.; LOPES, T. S. Importância do ensino técnico profissional para o mercado de trabalho. Estudo de caso da E.E padre Menezes em Lagoa Santa/MG. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., João Pessoa-PB, 2022. *Anais [...]*. Disponível em: https://mail.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA120_ID9371_29072021174804.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

CARVALHO, M. A.; SOUZA, J. C. M.; SANTIAGO, L. A. S. Educação profissional agrícola em Goiás: das escolas Agrotécnicas ao Instituto Federal Goiano. In: SOUZA, F. das C. S.; NUNES, A. O. (org.). *Temas em Educação Profissional e Tecnológica*. Campos de Goytacazes-RJ: Essencial Ed., 2019, v. 1. p. 53-58.

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. São Paulo: Ed. Atlas, 2014.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia, e a educação omnilateral porque lutamos? *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I.; COSTA, B. K. Moradia Estudantil e índice de desempenho acadêmico: análise quantitativa na Universidade Federal da Grande Dourados. *Dialogia*, São Paulo, n. 43, p. 1-20, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22834>. Acesso em: 13 set.2024.

CORRÊA FILHO, I. O. *et al.* Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 22, n. 74, p. 996-1022, jul./set. 2022.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* A importância de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz para os alunos. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem (Rebena)*, Maceió-AL, v. 6, p. 324- 341, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/download/116/106/225>. Acesso em: 22 set. 2024.

COULON, A. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Edufba, 2008.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

DAYRELL, J. *A escola como espaço sociocultural*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DELABRIDA, Z. N. C. Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias. Porto Alegre-RS, *Psico*. v. 3, p. 10-20, 2014.

DELGADO, L. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *Rev. História oral*, São Paulo, v. 6, p. 9-25, 2003.

DUBET, F. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 29-45, 2003. Disponível em: scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 set. 2024.

FIGUEREDO, D. *O papel da Moradia Estudantil na edificação da educação integral no Instituto Federal Catarinense (IFC): limites e potencialidades*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Centro de Referência em Formação e Educação à Distância do Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1634/Disserta%03%a7%0c3%a3o%20Daiana%20vers%03%a3o%20final%20p%03%b3s%20banca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set.2024.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso

em: 03 set. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

FRIGOTTO, G. A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 10 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

FRIGOTTO, G. Educação *omnilateral*. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

FRIGOTTO, G. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *O trabalho como princípio educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores*. Caderno de Texto – 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem. 2005. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/pdf/caderno_conferencia. Acesso em: 20 jun. 2022.

GALLAND, O. *Le monde des étudiants*. Paris, 1995.

GALTER, M. N; FAVORETO, A. John Dewey: um clássico da educação para a democracia. *Linhas Críticas*, Brasília-DF, v. 26, p. 1-15, 2020.

GARRIDO, E. N. *Moradia Estudantil e formação do(a) estudante Universitário(a)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, 2012. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/citacoesdosprojetosdeotavioluizmachado/tese-de-edleusa-nerygarrido-na-unicamp-em-2012>. Aceso em: 18 set.2024.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GOLEMAN, D. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Objetiva, 2019.

GOMES, J. B. B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: OLIVEIRA, I. et al. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Abong, 2002.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IF GOIANO. *Regimento interno do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres*. 2020. Disponível em: <http://ifgoiano.edu.br/home/index.php/regimento/interno-ceres.html>. Acesso em: 01 jan. 2023.

IMMORDINO-YANG, M. H.; DAMASIO, A. R. *We feel, therefore we learn: the relevance of affective and social neuroscience to education*. *Mind, Brain, and Education*, v. 1, n. 1, p. 3-10, 2011. Disponível em: <https://www.learninglandscapes.ca/index.php/learnland/article/view/We%20Feel%20Therefore%20We%20LearRelevance-of-Affective-and-Social-Neuroscience-to-Education/535>. Acesso em: 20 set. 2024.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo-SP, n. 129, p. 285-303, 2017.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 26 set. 2024.

KOLB, D.A. *Experiential learning: experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235701029_Experiential_Learning_Experience_As_The_Source_Of_Learning_And_Development. Acesso em: 22 set. 2024.

KUENZER, A. Z. (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

LACERDA, I. P; VALENTINI, F. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na Universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 413-423, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kPkhTBrFRcNFsj6MxFhp7Bx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas-SP: Ed.da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LEAL, Leila. *Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações*. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educacao-profissional-e-ensino-medio-integrado-no-brasil-um-balanco-das>. Acesso em: 25 ago. 2024.

- LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: 7º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA*, 7., 2018. *Anais [...]*. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 25 set. 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MANFREDI, S.M. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.
- MAURELL, J. R. P; MACHADO, M. C. C. A produção científica sobre Moradia Estudantil: um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, São Paulo, v. 5, ed. especial, 2019, Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/download/1179/816/4927>. Acesso em: 10 set. 2024.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOURA, D. H. *Trabalho e formação docente na educação profissional*. Curitiba-PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- MOURA, D. H. Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Revista Holos*, Natal, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/11/110/0>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- MÜLLER, M. T. A educação profissionalizante no Brasil: das corporações de ofícios à criação do Senai. *Revista Estudos do Trabalho (RET)*, Marília-SP, ano 3, n. 5, p. 1-31, 2009.
- NASCIMENTO, A. P. L. *Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe*. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Aracaju, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6189>. Acesso em: 3 set. 2024.
- NASCIMENTO-E-SILVA, D. *Manual do método científico-tecnológico: versão sintética*. Florianópolis-SC: DNS Editor, 2020.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. p.7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/12101/8763/29004>. Acesso em: 12 set. 2024.
- OLIVEIRA JESUS, L.; SCHNEIDE, D. R. Vulnerabilidade, apoio e inclusão social: trajetórias de universitários residentes em Moradia Estudantil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei-MG, 16(1), 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n1/06.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.
- PASCARELLA, E. T; TERENCEZINI, P. T. *How college affects students: a third decade of research*. 2. edição. San Francisco: Jossey-Bass, 2005. v. 2.

PAULO NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas-SP: Pontes; 2002.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, A. R. Gestão escolar democrática: educação com participação faz toda a diferença. *Gestão & Tecnologia Faculdade Delta*, Goiânia, ano VIII, v. 2, Edição 29, 2019. Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/download/34/25>. Acesso em: 18 set. 2024.

PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão popular. 2000.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. Curitiba-PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 5

RECKTENVALD, M. *et al.* Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) sob a ótica das epistemologias. *Avaliação*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 405- 423, 2018.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. (org.). *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração*. Brasília-DF: Unesco, 2009.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO Docência em Ciências*, Curitiba-PR, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 25 set. 2024.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do Maca-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 18., 2012. *Anais [...]*. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

SAUCEDO, M. D. *Moradia Estudantil IFFar - Campus SVS: memórias e contribuição na formação integral dos estudantes*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, Jaguari-RS, 2023. Disponível em: <https://arandu.iffarroupilha.edu.br/bitstream/itemid/420/1/DISSERTA%20FINAL%20-%20ProfEPT.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SILVA, M. C. G. A educação integral: a escola como direito na perspectiva da humanização e da cidadania. *Filos. Educ.*, Campinas- SP, v. 10, n. 1, p. 136-153, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8652002/17700>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, R. O. *et al.* Aspectos relevantes na construção de produtos educacionais no contexto da educação profissional e tecnológica. *Revista de Produtos Educacionais e Pesquisa em Ensino (REPPE)*, Cornélio Procópio-PR, v. 3, n. 2, p. 105-119, 2019.

SILVA, R. O. *et al.* E-books como produtos educacionais: definição e tópicos de construção segundo o método científico-tecnológico. In: DICKMANN, I. (org.). *Mosaico temático*. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 155-174.

SOARES, P. S; AMARAL, C. A. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. *Educ. Pesqui*, São Paulo, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/W3rSB3FhJJpGy3vRwmBDxJg/?format=pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

SOUSA, L. P; PEIXOTO, M. C. L. A Moradia Estudantil universitária: práticas de educação formal e informal. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas-TO, v. 7, n. 6, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2604/1535>. Acesso em: 14 set. 2024.

TAVARES, F. O *et al.* Hospitalidade nas Residências Universitárias: um estudo exploratório em Portugal. *Revista Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul-RS, v. 12, n. 4, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8237>. Acesso em: 22 set. 2024.

TINTO, V. *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

VIEIRA, A. M. D. P; SOUZA JUNIOR, A. A educação profissional no Brasil. *Interações*, Campo Grande-MS, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180422220816id_/http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

WIESE, R.C *et al.* Moradia estudantil: território da coletividade. In: ENAPUR, 7. São Paulo, 2017. [Anais...]. São Paulo, 2017.

XAVIER, T. R. T. M.; FERNANDES, N. L. R. Educação Profissional Técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. *Educitec*, Manaus, v. 5, n. 11, p. 101-113, 2019.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ARTIGO CIENTÍFICO



A INTEGRAÇÃO CURRICULAR E OS DESAFIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA²

CURRICULAR INTEGRATION AND THE CHALLENGES FOR THE CONSTITUTION OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

*Manoel Marçal Rodrigues Neto³
José Carlos Moreira de Sousa⁴*

RESUMO

O texto objetiva realizar uma revisão de literatura sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, enfocando desde suas primícias até a integração curricular do ensino médio e seus desafios atuais. Para tanto, a presente análise investiga como se dá essa integração entre as bases técnica e regular, e como tem se desenvolvido, considerando a integralidade da formação dos jovens atendidos por essa modalidade de ensino. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo qualitativo e possui um delineamento bibliográfico. A partir das literaturas abordadas, é possível compreender que a construção de uma educação técnica e profissional de qualidade é algo que requer um compromisso coletivo e uma visão estratégica de longo prazo, pois, se por um lado, existe um discurso que vislumbra a formação humana e *omnilateral*, por outro, percebe-se ainda uma educação com viés tecnicista e que propõe uma formação imediatista para o trabalho. Alguns pontos importantes, como capacitação de professores e investimentos em infraestrutura, também, são levantados no presente estudo, de modo a contribuir para uma educação de qualidade, que responda às demandas do mundo do trabalho e às necessidades dos estudantes como cidadãos, que podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do país.

Palavras-chave: Educação profissional. Ensino médio e técnico. Integração.

² O presente artigo foi desenvolvido ao longo do percurso do mestrado e submetido ao periódico *Revista em Educação*, <https://revistas.marilia.unesp.br/>.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano-Campus Ceres. Assistente de Alunos no Instituto Federal Campus - Ceres. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1568-9095>. E-mail: manoel.rodrigues@ifgoiano.edu.br.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE - UFG, 2014). Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) no IF Goiano - Campus Ceres. Professor no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1532-779X>. E-mail: jose.moreira@ifgoiano.edu.br.

ABSTRACT

The text aims to carry out a literature review on professional and Technological Education (EPT) in Brazil, focusing on its beginnings, up to the curricular integration of secondary education and its current challenges. To this end, this analysis investigates how this integration between the technical and regular bases occurs, and how it has developed, considering the completeness of the training of young people served by this type of education. Regarding methodological aspects, this is a qualitative study and has a bibliographical design. From the literature discussed, it is concluded that the construction of quality technical and professional education is something that requires a collective commitment and a long-term strategic vision, because on the one hand, there is a discourse that envisions human training combined with *Omnilateral* education, on the other hand, is still an education with a technical bias and which proposes immediate training for work. Some important points, such as: teacher training and investments in infrastructure are also raised in this study, in order to contribute to quality education, which responds to the demands of the world of work and the needs of students as citizens, who can perform a fundamental role in the country's socioeconomic development.

Keywords: Professional education. Secondary and technical education. Integration.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil, embora tenha raízes desde o Império, onde a formação da força de trabalho era desenvolvida por instituições religiosas e filantrópicas, só teve seu verdadeiro protagonismo nas políticas públicas educacionais no início do século XX. Desde aqueles tempos, avaliamos o quão complexas são as relações de cumplicidade entre educação e trabalho que imprimiram sua História da Educação em nosso país. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) surge como um espaço constituído por desafios e possibilidades onde o ensino se cruza com a profissionalização, muitas vezes, em conflito com a formação (Oliveira *et al.*, 2020).

A integração da educação profissional no currículo do ensino, pela sua natureza, representa uma abordagem transformadora, essencial para promover o desenvolvimento integral dos jovens em formação. Essa integração não apenas prepara os alunos para o mundo do trabalho, mas, também, os capacita a se tornarem cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (Moura, 2007). No entanto, os desafios persistem! A visão reducionista que enxerga a EPT exclusivamente como meio de atender às demandas do mercado de trabalho ainda é prevalente, tanto entre o público externo quanto, surpreendentemente, entre alguns membros do público interno, como gestores, professores e estudantes (Regattieri; Castro, 2010).

Embora a legislação da EPT (Lei 11.892/2008) no Brasil preconize a formação humana integral, as práticas e conceitos vigentes nem sempre estão alinhados a esse ideal. Moura (2014) destaca as contradições presentes na EPT, observando que coexistem diferentes projetos nos quais alguns defendem a formação integral enquanto outros apoiam interesses hegemônicos. Estes últimos reduzem a educação a uma mera ferramenta de colocação no mercado. No entanto, a verdadeira concepção da EPT é muito mais do que garantir um lugar no mercado; deve ser um instrumento de emancipação e protagonismo.

Gramsci (2011) defendeu uma escola unitária, ou seja, a formação de jovens como cidadãos capazes de agir, refletir, questionar, estudar e gerir processos. Uma escola para moldar aqueles que poderiam ser participantes conscientes. Ele previu uma educação abrangente voltada para a promoção de habilidades, juntamente com firmeza e conhecimento de conteúdo para permitir que os indivíduos se movessem de forma consciente e ativa no mundo. Para Gramsci (1982, p.118,

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente, (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Seguindo essa linha de pensamento, estudiosos da EPT no Brasil, como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), também, defendem a educação voltada para o trabalho baseada na concepção de uma formação *omnilateral*, integral e politécnica. Os autores citados argumentam que a educação deve ser uma ferramenta para desenvolver todas as dimensões do ser humano, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e atuantes, capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos. Os autores utilizam o termo “travessia”, se referindo ao caminho que a educação precisa trilhar para alcançar novos horizontes, rumo a uma educação integral de qualidade, e reafirmam a

[...] necessidade de reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 43).

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral realizar uma revisão de literatura sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil, de modo a revelar, a partir da literatura consolidada, como se efetiva a integração curricular e os desafios para a constituição da Educação Profissional e Tecnológica. Os objetivos específicos foram: Contextualizar a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, explorando sua integração com o ensino médio à luz das suas necessidades sociais e do contexto histórico; analisar a educação profissional e a integração curricular no ensino médio e; identificar os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

O texto permite uma reflexão pautada em autores do campo Educação e Trabalho, a exemplo: Antônio Gramsci, Dermeval Saviani, Dante Moura, Maria Ciavatta, Marise Ramos, dentre outros, que abordam temas sobre as políticas públicas e as práticas pedagógicas que moldam a educação no país.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, o estudo é qualitativo e possui um delineamento bibliográfico. Para alcançar o objetivo proposto, foram consultados artigos científicos presentes no *Google Scholar*, SciELO, trabalhos acadêmicos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, legislação encontrada no Portal da Legislação do Governo Federal e livros de autores reconhecidos na área de pesquisa do assunto.

2 A estrutura da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: reformulações e controvérsias

A educação profissional começou a se fortalecer por volta do século XVIII com a Revolução Industrial, na Inglaterra, marcando a transição para novos processos de fabricação, da produção manual para a mecanizada. Avançando por séculos, ao longo de décadas, mudando os regimes de governo, Manfredi (2002) relata que a educação profissional estabelece uma formação total sólida, fundamentada para a vida em sua perfeição, a qual venha somar-se à qualificação especial em difícil e rigorosa cooperação com as requisições do mundo do trabalho. Em tal panorama, a educação profissional, que no passado foi uma proposta designada às classes menos favorecidas, agora tem a capacidade de responder melhor à amplitude das demandas que se proporcionam ao

jovem, contribuindo na união entre o que ele aprende na escola e seu projeto pessoal e profissional.

2.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

De acordo com Cunha e Pimentel (2022), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) surge como uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o intuito de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho e contribuir para sua inserção profissional e social. Em setembro de 2024, a EPT do Brasil completará 115 anos de existência.

O início da EPT no Brasil remonta a 1809, com a criação do Colégio das Fábricas para capacitar trabalhadores para as novas atividades manufatureiras. A educação profissional no país era marcada por características moralistas e assistencialistas, sendo inicialmente direcionada aos menos favorecidos economicamente e socialmente (Cunha; Pimentel, 2022).

Conforme apontado por Silva (2018), no século XIX, diversas instituições foram criadas como parte do desenvolvimento da educação profissional no Brasil, como a Escola de Belas Artes, em 1816; os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, em 1854; os Liceus de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, em 1858; e em Ouro Preto, em 1886, entre outros. Todas essas instituições tinham em comum o cuidado com crianças e jovens vulneráveis. A educação profissional no Brasil teve origem em uma abordagem assistencialista, visando a amparar órfãos e pessoas carentes, evitando que se envolvessem em condutas contrárias aos valores morais e sociais estabelecidos.

Dessa forma, a criação dessas entidades, naquela época, tinha como objetivo principal oferecer assistência, o que contrasta com o século XX, quando a industrialização crescente tornou essencial que os trabalhadores tivessem ao menos um mínimo de qualificação. Assim, a história da EPT no Brasil é delimitada por marcos legais que influenciaram os debates sobre gestão, organização e formação para o trabalho no país (Souza; Medeiros Neta, 2021).

De acordo com Cunha e Pimentel (2022), em 1906, os estados federados passaram a ter autonomia para promover a educação profissional, visando a fortalecer o ensino técnico-industrial, agrícola e comercial e implementar políticas que beneficiassem as indústrias desses setores econômicos, preparando a educação profissional para atender às demandas do comércio e da industrialização.

De acordo com Silva (2018), o ensino técnico no Brasil teve início na década de 1940, por meio de Leis Orgânicas, durante o Estado Novo 1937-1945, e durante a Segunda Guerra Mundial, em 1939-1945. A educação focava na produção para o trabalho manual e consumo, visando a capacitar a mão de obra para o setor empresarial. Para equilibrar as dificuldades de importação de bens de consumo, era necessário expandir o setor industrial brasileiro, o que dependia do desenvolvimento da mão de obra brasileira.

Assim, o presidente Getúlio Vargas aprovou o Decreto-Lei nº 4.119, em 1942, para atender às necessidades de desenvolvimento industrial do país, transformando as Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Técnicas Federais (ETF). Além disso, em 1942, foi criado o chamado sistema "S", o Serviço Nacional da Indústria (Senai) e, em seguida, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o qual foi projetado para aumentar o setor comercial, remetendo a responsabilidade pela formação da classe trabalhadora, a partir da transferência do poder público para o setor privado, como, do mesmo modo, ocasionou modificações ao Ensino Secundário (Santos; Morila, 2018). Tal modelo de formação pode ser considerado aligeirado e inclinado às exigências do mercado, que, por sua vez, necessita da mão de obra de uma maneira mais rápida.

Sônego (2022) relata que nas décadas de 1950 e 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 4.024/1961, a dualidade entre cursos profissionais e preparatórios foi teoricamente eliminada, estabelecendo-se a equivalência entre eles. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi dividido, surgindo o Ministério da Educação e Cultura, o que conferiu maior autonomia educacional ao país. A LDB de 1961 definiu diretrizes para todos os níveis de ensino, garantindo a equivalência entre cursos colegiais e profissionais, permitindo que os formados em ambos pudessem dar continuidade aos estudos. Essa LDB foi substituída pela Lei nº 9.394/96, em 1996.

Nessa mesma lei, LDB, de 1996, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi apresentada como uma modalidade de ensino separada da educação regular. A partir desse ponto, o ensino profissionalizante ficou principalmente restrito às instituições federais e algumas instituições estaduais. Os decretos nº 2.208/97 e nº 5.154/04 regulamentaram e permitiram uma maior integração dos conhecimentos, adaptando a educação às demandas da sociedade e do mercado de trabalho (Escott; Moraes, 2012).

Foi nesse contexto, em busca de uma educação politécnica, que passaram a existir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892. Essa lei criou os Institutos Federais e estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008). A seguir, o Quadro 1 apresenta a evolução histórica desses Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quadro 1: Evolução histórica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

1909	1937	1942	1959	1978	2008
Escolas de Aprendizizes e Artífices	Liceus Profissionais	Escolas Industriais e Técnicas	Escolas Técnicas Federais	Centros Federais de Educação Tecnológica	Institutos Federais de Educação

Fonte: Souza e Benites, 2021.

Segundo Souza e Benites (2021), a Lei nº 11.892/2008 estabelece que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por diversas instituições, tais como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II. Estes dois últimos foram adicionados pela Lei nº 11.677, de 25 de junho de 2012. De acordo com informações do Ministério da Educação, em 2019, já existiam 661 unidades educacionais da rede federal por todo o Brasil.

Neste sentido, podemos perceber, segundo os autores, que a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, trilhou caminhos controversos, passando por muitos embates e interesses políticos, ao longo de décadas. Portanto, acreditamos que a EPT, atualmente, necessita se direcionar para um viés que possibilite aos estudantes, uma educação ampla, que contemple muitos valores e, ao mesmo tempo, proporcione experiências e estimule a autonomia.

2.2 Integração do Ensino Médio e Técnico: demandas sociais e contexto histórico

A integração do ensino médio com o ensino técnico é considerada uma necessidade social e histórica para que a educação tecnológica seja eficaz para os filhos dos trabalhadores. A probabilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, com o objetivo de proporcionar uma formação completa para os alunos, é essencial para avançar em direção ao ensino médio politécnico e superar a dualidade educacional e de classes (Frigotto et al 2005).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos, ao analisar o ensino médio integrado, o pensar de uma forma integral referente ao ser social, não é defender uma escola conteudista, que prioriza uma dinâmica voltada restritamente à formação para o mercado de trabalho e exigências econômicas. Portanto, uma contribuição para o processo formativo do ser seria assegurar vivências e conhecimentos “que propiciem aos indivíduos o cuidado de si, dos outros e da natureza.”

No ensino médio integrado, existem duas situações que merecem destaque e atenção na gestão dos currículos. Conforme Oliveira (2020), a primeira delas está relacionada ao propósito do ensino médio integrado de formar cidadãos, mas na prática, os cursos, em muitas situações, se concentram na preparação dos alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para o vestibular. Isso acaba indo contra a ideia original do ensino médio integrado, como aponta Ramos (2017), que é “formar cidadãos participativos, engajados e capazes de ocupar posições importantes na sociedade visando à construção de um mundo melhor”.

Segundo Cunha e Pimentel (2022), a história da educação no Brasil apresentou a oportunidade de integração entre o ensino médio e técnico, embora de formas distintas. A Lei nº 5.692/1971 estabelecida pelo governo militar definiu as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, após rápida aprovação no Congresso. Essa legislação era considerada altamente tecnicista, pois exigia a formação profissional dos alunos e oferecia cursos técnicos voltados para a prática liberal com base ideológica.

Tavares (2020) destaca que, apesar da Lei 5.692/1971 ser aplicável a todas as instituições de ensino, apenas as públicas adotaram essa profissionalização obrigatória e, ainda assim, em condições precárias. O governo militar não alocou recursos para modernizar a infraestrutura escolar e fortalecer os cursos técnicos, nem incentivou a formação de professores. Como resultado, surgiram cursos mais acessíveis, sem laboratórios adequados, e os profissionais formados acabavam atuando principalmente em áreas de produção, como nos cursos técnicos de Contabilidade e Administração.

As exceções a essa situação precária foram justamente as Escolas Técnicas Federais (ETF) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) que receberam o apoio necessário, tanto em termos de financiamento como de corpo docente, para consolidá-las como uma educação profissional de qualidade. Ainda segundo Tavares (2020), durante a ditadura civil-militar, a ETF e a EAF tornaram-se referências para a educação profissional.

Essa profissionalização obrigatória levou aprofundações da divisão na área educacional, pois os filhos da classe trabalhadora tiveram uma educação fracionada, com carga horária menor para disciplinas do núcleo comum, e do mesmo modo de disciplinas técnicas, as quais eram pobres e frágeis. No entanto, para os filhos da classe dominante, a educação nas escolas particulares oferecia um currículo propedêutico voltado para a ciência, letras e artes voltados ao acolhimento das elites (TAVARES, 2020, p. 37).

Afonso e Gonzalez (2016) relatam que, com o fim do regime militar em 1985 e o início do período da Nova República, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, restabelecendo os direitos e prerrogativas

fundamentais dos cidadãos, sendo essa uma garantia para os brasileiros. Nesse contexto democrático, determinados anos depois, em 1996, a Lei nº 9.394/96 (LDB), passou a organizar a educação profissional em diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais. Além disso, mantém a dicotomia histórica entre ensino profissional e propedêutico, uma vez que separa o ensino médio do ensino técnico profissionalizante de nível superior e do ensino profissional tecnológico, terminologia que supriu o ensino profissional na mencionada lei. Entretanto, a educação profissionalizante não se encontra em nenhum deles; logo, a dualidade está visivelmente efetivada. Ou melhor, a educação profissional não está implantada na composição da educação regular brasileira (Sônego, 2022).

De acordo com Moura (2007), a ideologia da Educação Profissional e Tecnológica excede a dualidade educacional e comprova o novo conceito de EPT, com capacidade de perceber a formação do cidadão de forma integrada, além de proporcionar uma educação unitária e universal que se conecta com a cultura geral e a cultura técnica, como o desenvolvimento de um cidadão inserido no mundo do trabalho. Porém, o autor ressalta que, em decorrência da desigualdade socioeconômica no país, esse processo se torna um grande desafio.

[...] as características atuais da sociedade brasileira dificultam a implementação da politecnicidade ou educação tecnológica em seu sentido original, uma vez que, dentre outros aspectos, a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a autossustentação, muito antes dos 18 anos de idade. (MOURA, 2007, p. 19)

Para Sônego (2022), a dualidade da educação, que acompanhou intensamente o caminho da EPT ao longo da história, passa a ter a possibilidade de se desenvolver sob uma perspectiva democrática, ao assumir o papel de formar cidadãos históricos e sociais, como sugerido na lei de criação dos Institutos Federais. O mesmo autor entende a EPT como formação *omnilateral* do educando, em que pode construir uma escola própria com potência pronunciadora dos determinantes do homem, ou seja, desde a integração de todos os aspectos da vida até o processo educativo.

Na pedagogia das competências, a escola não inova no desenvolvimento de jovens autônomos, criativos e que pensam a sociedade como um todo, mas medeia a constituição de seu conhecimento individual. Dessa maneira, Afonso e Gonzalez (2016) revelam que no governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com certa objetividade, em 2004 foi promulgada a Lei nº. 5.154 de 23/07/2004, substituindo, e, portanto, revogando as disposições do Decreto 2.208/1997, para estabelecer essas mesmas políticas de governo para a EPT, com pouca objetividade da LDB/1996, assim como no governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Tavares (2020) esclarece que esta proposta fracassou devido aos anos de aliança do governo trabalhista com conservadores e neoliberais na sociedade. Foram reveladas as contradições entre lutas sociais, conselhos governamentais e ações e comportamentos negligenciados no exercício do poder, perpetuando assim uma estrutura dual mantida no campo da educação. Embora controversa, a integração do ensino médio e técnico no Brasil aparece, entre outras coisas, como um caminho para a escola unitária almejada por Gramsci. Isto não significa formação apenas para uma profissão comprovada.

Assim, em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e promulgou a Lei nº. 11.892/08, que instituiu 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), publicado no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, e que detalhou algumas finalidades, como: a) Ofertar educação profissional e tecnológica em

todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; b) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; c) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; dentre outras. A criação dos Ifet permitiu integrar cursos técnicos no terceiro ciclo do ensino básico e proporcionar cursos de graduação e pós-graduação. Com a concepção do Ifet, a EPT brasileira focou mais na formação de professores (Santos; Marchesan, 2017).

Nesse contexto, Tavares (2020) destacou que um dos fundamentos para a implementação da educação tecnológica é a manutenção da ligação entre educação básica e a educação profissional, conforme previsto na legislação. A concepção dos Institutos Federais reforça essa articulação, ainda que o caminho seja considerado controverso. As Instituições Federais exercem um papel de suma importância na formação de jovens trabalhadores, sem restringir sua missão à simples preparação de cidadãos para atender às ações específicas do mercado. De acordo com a história, esse tem sido o foco predominante na educação profissional, no entanto, o objetivo atual é muito mais abrangente.

A proposta é de formar cidadãos críticos, capacitados para participar ativamente de uma democracia contemporânea e contribuir para o avanço científico e tecnológico da sociedade brasileira. Para alcançar essa meta, Tavares (2020) argumenta que é necessário o engajamento dos professores de modo coletivo, trabalhando com disciplinas e temas que promovam inovação e integração, fortalecendo a capacidade dos estudantes em atuar de forma crítica e criativa no mundo.

2.3 Educação profissional e integração curricular no ensino médio

Um currículo é, em termos gerais, um plano pedagógico e institucional criado para conduzir a aprendizagem dos alunos de forma sistemática e coerente. Inserido no contexto curricular integrado, este plano ganha uma dimensão mais dinâmica ao articular sistematicamente trabalho/ensino, prática/teoria e a sua interação com a escola/comunidade. Essa integração deverá sempre levar em conta as características socioculturais do ambiente onde ocorre o processo educativo; garantindo assim que a relação entre trabalho/ensino e abordagens de resolução de problemas estejam inseridas nas realidades sociais dos alunos (Ramos, 2017).

A integração do ensino médio é uma etapa de suma importância da Educação Básica, que foi reafirmada na legislação brasileira pelo Decreto n. 5.154/2004, com o objetivo de integrar a formação humana com a formação profissional, em favor da formação integral. Discutir currículo no ensino médio integrado requer lembrar-se da pluralidade de disputas que permeiam esse tema. O próprio conceito de ensino médio integrado é resultado de intensas discussões no campo decisório da educação, especialmente, no âmbito político (Silva, 2018).

A integração curricular, embora defendida pela legislação pertinente, deixa claro, a partir das interpretações e práticas que rodeiam esta integração, que tais defesas são muitas vezes contraditórias. Tais inconsistências revelam-se como impedimentos para a plena operacionalização da integralidade nos processos educativos e, portanto, não permitirão o potencial de mudança que um currículo integrado pode trazer (Xavier; Fernandes, 2019).

Para Silva (2018), um dos maiores desafios dos educadores neste momento é criar um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor, capaz de despertar a curiosidade e apoiar o envolvimento dos alunos. Isso exige

a promoção de uma pedagogia que valorize o protagonismo dos alunos e que agregue, também, diferentes trajetórias de vida e seja verdadeiramente inclusiva no que diz respeito à especificidade de cada aluno, tudo isso respeitando a individualidade.

O ensino médio no Brasil tem sido objeto de intensas discussões políticas e educacionais, refletindo um movimento histórico de avanços e retrocessos. Desde 1990, diversas recomendações foram feitas para essa etapa educacional, resultando em profundas alterações em seu conteúdo, forma e objetivos. A problemática do ensino médio é amplificada pelas especificidades do aluno trabalhador e pela necessidade de universalização das vagas, bem como pela evasão escolar. As escolas públicas enfrentam instabilidade e necessitam de investimentos para atrair e manter alunos, perpetuando desigualdades sociais e ameaças estruturais (Silva *et al.*, 2020).

Ramos (2017) destaca que o Ensino Médio no Brasil foi instituído para preparar alunos, para o ensino superior e para o mercado de trabalho, por meio de um ensino profissional técnico e médio focado em ocupações com menores condições de qualificação. A partir de 1930, com o avanço da industrialização, tornou-se imprescindível especializar a educação e, dessa forma, ampliar as vagas, criando uma dicotomia entre o ensino pedagógico voltado à universidade e a formação profissional para atender às necessidades industriais. Para Ramos (2017, p. 33),

Ao mesmo tempo, o trabalho foi se constituindo nas suas formas históricas, como o escravo, o servil e o assalariado, formas hegemônicas correspondentes aos modos de produção da antiguidade clássica, do período feudal e do capitalismo. Trata-se de formas históricas de dividir o trabalho e o produto deste trabalho. Essas formas também estruturam o princípio educativo do trabalho, porque determinam o tipo de educação necessária a cada tempo. Isto implica que a escola tem uma relação histórica com o mundo da produção, de modo que a cada nova fase da produção humana, da ciência e da tecnologia, novas possibilidades e necessidades educativas vão surgindo (RAMOS,

Na concepção de Pacheco (2012), a educação profissional não deve se limitar à formação para postos específicos, mas deve refletir sobre novos paradigmas técnico-econômicos. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil deve integrar ensino, pesquisa e promoção da ciência, tecnologia e cultura, conforme as diretrizes dos IFs.

Além disso, o Ensino Médio Integrado pode ser pensado como um lócus de resistência, como uma modalidade que caminha no sentido de reconstituir cada vez mais a compreensão do todo da realidade. Assim, esta forma pode, segundo ideias defendidas por autores como Frigotto e Ciavatta (2011), Kuenzer (2010), Moura (2011) e Ramos (2005), representar algum tipo de transição para o politécnico.

2.4 Desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Os desafios da educação profissional no Brasil são numerosos e complexos, mas, também, oferecem grandes oportunidades para avanços significativos. Para isso, é crucial redefinir o papel da educação profissional, associando-a de maneira mais profunda ao desenvolvimento do país, especialmente no que diz respeito à inovação tecnológica, em contraste com a antiga visão assistencialista (Feres, 2018).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil reflete as complexidades de um país em constante transformação. Essa modalidade educacional, que visa à formação integral dos alunos, busca prepará-los tanto para o mundo de trabalho quanto para a vida em sociedade. No entanto, a EPT enfrenta desafios que dificultam seu pleno desenvolvimento e sua capacidade de responder às demandas sociais (Vieira, 2023).

Silva *et al.* (2020) destacam que um dos principais obstáculos é a falta de investimento adequado. A EPT exige recursos financeiros substanciais para infraestrutura, qualificação do corpo docente e a oferta de cursos de qualidade. Nesse contexto, o papel do professor é estratégico e essencial, pois, para promover uma formação humana alinhada com os ideais de desenvolvimento, é necessário que os educadores estejam comprometidos e engajados com esse projeto transformador.

A infraestrutura das instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, em muitos casos, não está à altura das necessidades dos alunos e dos programas educacionais. A carência de laboratórios bem equipados, tecnologias atualizadas e espaços adequados para práticas profissionais compromete a qualidade do ensino oferecido. Esse problema é agravado pela disparidade regional, onde as regiões menos desenvolvidas enfrentam desafios ainda maiores em termos de infraestrutura. Apesar disso, o investimento público na EPT continua insuficiente, prejudicando a qualidade dos cursos e, conseqüentemente, a formação dos alunos (Oliveira, 2020).

Outro desafio crucial é a desigualdade regional. As diferenças econômicas e sociais entre as várias regiões do Brasil afetam diretamente a qualidade e a acessibilidade da educação profissional. Enquanto algumas regiões dispõem de infraestrutura avançada e acesso a tecnologias modernas, outras ainda enfrentam a falta de recursos básicos, o que limita o desenvolvimento de programas educacionais eficientes. A oferta de cursos de EPT é concentrada nas regiões Sul e Sudeste, criando um desequilíbrio em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o acesso à EPT é mais restrito, dificultando a inclusão social e o desenvolvimento econômico dessas áreas (Ramos *et al.*, 2024).

Segundo Feres (2018), o preconceito social é um dos grandes desafios enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. A EPT é frequentemente vista como uma escolha inferior ao ensino superior, o que diminui seu valor social e afeta a atratividade dos cursos. Esse estigma torna difícil atrair alunos para a EPT, comprometendo a qualidade da formação oferecida.

Vieira (2023) destaca que, além do preconceito, a EPT enfrenta desafios significativos relacionados à atualização curricular, inserção no mundo de trabalho e a formação continuada dos docentes. Muitos profissionais que atuam na EPT carecem de formação específica e contínua, o que impacta negativamente a qualidade do ensino. A constante atualização em tecnologias e metodologias educacionais é essencial para assegurar que os alunos recebam uma educação de qualidade, alinhada com as exigências do mercado.

Conforme Silva *et al.* (2020), a EPT precisa se adaptar às rápidas mudanças no mundo do trabalho, oferecendo cursos que correspondam às necessidades das empresas e ao mesmo tempo, garantir a inserção dos alunos ao trabalho, por meio de parcerias estratégicas. Além disso, investir na qualificação docente é essencial para manter a qualidade do ensino. Outro grande desafio é o alinhamento entre a formação oferecida e as demandas do mundo do trabalho. A evolução tecnológica exige currículos que sejam constantemente revisados para incorporar novas competências e habilidades, um processo que, infelizmente, nem sempre acontece com a rapidez necessária.

Ramos (2011) reitera que quando se nega a precariedade das escolas, ou quando não se dá o devido valor ao trabalho docente, seja pela baixa remuneração ou pouco investimento em qualificação de professores, acaba corroborando para a continuidade do dualismo educacional, sobretudo, quando se leva em consideração o senso comum e as políticas públicas, que são predominantemente positivistas.

Segundo Ramos *et al* (2024), a EPT necessita ser inclusiva e equitativa, proporcionando oportunidades a todos, independentemente de sua origem socioeconômica. Contudo, muitos jovens de baixa renda ainda encontram desafios para acessar e completar cursos técnicos e profissionais. A oferta de bolsas de estudo, programas de apoio e a eliminação de preconceitos são medidas cruciais para promover a inclusão nesse segmento educacional. Assim sendo, enfrentar os desafios da EPT no Brasil determina uma abordagem integrada e colaborativa, que abranja governos, instituições educacionais, empresas e sociedade. Apenas por meio de um esforço conjunto será provável promover uma formação de qualidade, que prepare os estudantes para o futuro e colabore para o desenvolvimento socioeconômico do país.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Por meio da análise e estudo dos artigos sobre educação profissional e tecnológica no Brasil, especificamente, a integração curricular no ensino médio e seus desafios, é possível obter os seguintes resultados e discussões, que anunciam avanços significativos e desafios persistentes nesta área fundamental para o desenvolvimento educacional do país.

Souza e Benites (2021) revelam que a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio vai além de uma mera estratégia pedagógica, é compromisso com a cidadania plena e com o profissionalismo competente. Segundo Escott e Moraes (2012), a EPT é um grande avanço na construção de uma educação informativa que transforma, preparando os jovens com sabedoria, ética e responsabilidade social para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

No entanto, a pesquisa aponta que, embora seja perceptível os avanços legislativos e de políticas públicas implementadas nas últimas décadas, vários desafios ainda persistem comprometendo a eficácia dessa integração. Oliveira *et al.* (2020) destacam que um dos principais desafios está relacionado ao histórico viés dualista que sempre influenciou as políticas públicas voltadas à educação profissional.

Frigotto (2015) acrescenta que apesar de estar prevista explicitamente na lei, na integração implícita em todos os momentos de ação escolar permanece a dicotomia entre ensino técnico e formação básica. Mesmo nos cursos integrados de ensino médio, onde a integração é formalmente apresentada como prevista em lei, a harmonia ideal também falha, uma vez que ambas as modalidades mantêm sua autonomia.

Segundo Oliveira *et al* (2020), um grande problema está relacionado à docência e ao trabalho docente. A investigação sinaliza a falta de formação contínua do docente ao longo da vida, tanto no ensino regular quanto no profissional.

Para Ciavatta e Ramos (2011, p. 35),

[...]os educadores brasileiros do ensino médio e da educação profissional, assim como a própria sociedade, não incorporou como sua a concepção de ensino médio integrado na perspectiva da formação *omnilateral* e politécnica. Ao contrário, predomina, ainda, de um lado, a visão sobre o ensino médio profissionalizante como compensatória e, de outro, a defesa de um ensino médio propedêutico, sendo a profissionalização um processo específico e independente.

Esta é a essência em que Silva *et al* (2020) destacam o investimento na formação contínua de professores. É, portanto, muito importante que programas de desenvolvimento profissional relativos à integração curricular e à metodologia de ensino sejam acompanhados, de modo a permitir aos educadores desenvolverem, de forma

harmoniosa e produtiva, a teoria e a prática.

Vieira (2023) observa que mesmo quando se tenta atender às demandas locais, alguns desafios significativos permanecem. A limitada produção de pesquisas em institutos que dialoguem efetivamente com as necessidades locais é uma lacuna que precisa ser preenchida. Além disso, Souza e Benites (2021) asseguram que a integração de novas tecnologias no ensino tem a capacidade de facilitar a aprendizagem e fazer com que o currículo fique muito mais atraente para os estudantes. Ferramentas digitais e plataformas de ensino *online* têm o potencial de complementar a educação presencial, oferecendo recursos adicionais e flexibilidade para enriquecer a experiência educacional.

Assim, acredita-se que a integração curricular dentro do ensino médio da EPT, se bem implementada, pode trazer uma transformação da educação no Brasil ao preparar os alunos para enfrentar os desafios do século XXI. Porém, para que esta transformação seja possível é necessário enfrentar os desafios mencionados e muitos outros de forma holística e colaborativa, envolvendo governos, escolas, empresas e sociedade civil. Somente juntos seremos capazes de proporcionar uma educação de qualidade que forme cidadãos competentes e capacitados para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

4 Considerações finais

A integração curricular da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no ensino médio brasileiro, a partir dos trabalhos avaliados, é uma abordagem mais que necessária, é vital para a formação integral dos jovens, capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo do trabalho moderno, bem como para o exercício da cidadania na sua plenitude. Esta sinergia não só harmoniza o ensino técnico com o ensino regular, mas, também, coordena a teoria com a prática: assim os alunos recebem não apenas uma educação contextualizada, mas, também, relevante.

Pode-se constatar nos trabalhos avaliados a perspectiva de um mundo cada vez mais dinâmico e complexo, onde a mera aquisição de conhecimentos tradicionais não é mais suficiente, tornando-se obsoleta. Os alunos precisam de habilidades práticas e profissionais para se prepararem para o mundo do trabalho, além de desenvolverem habilidades críticas, reflexivas e sociais. A educação profissional incorporada ao currículo do ensino médio capacita os alunos com conhecimentos teóricos e práticos que os auxiliam a compreender o ambiente em que vivem e a agir de forma mais eficaz e ética, tanto em sua comunidade, quanto no ambiente de trabalho.

Portanto, nota-se que os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil são múltiplos e complexos, como falta de infraestrutura, falta de formação contínua de professores, articulação deficiente entre teoria e prática e disparidades regionais, o que enfatiza a dificuldade de integração do currículo. Contudo, tais obstáculos não são impossíveis de superar, pois é por meio de políticas públicas fortes, metas de investimentos, formação contínua de professores, currículos flexíveis, parcerias estratégicas com o setor privado e utilização de tecnologia eficaz, que esses desafios podem ser superados.

Trata-se de encontrar uma identidade para a mudança social, política e econômica por meio da procura de uma formação humana integral com uma dimensão humana, cultural, científica e tecnológica, onde todos sejam capazes de compreender, questionar, tomar as suas decisões e lutar pelos seus direitos para superar a dicotomia do trabalho manual e do trabalho intelectual.

Ressalta-se que a experiência brasileira na EPT revela que a construção de uma educação técnica e profissional de qualidade é algo que requer um compromisso coletivo e uma visão estratégica de longo prazo. É

necessário que os governos, as instituições educativas, as empresas e a sociedade civil se unam para criar uma agenda inclusiva e inovadora, que possa responder globalmente, à medida que as exigências da economia e da tecnologia vão avançando.

Enfrentar esses desafios resultará não apenas em vantagens para os indivíduos, no que se refere a melhores perspectivas para o mundo do trabalho e oportunidades de desenvolvimento pessoal, mas, também, contribuirá para o crescimento econômico e social do Brasil, aumentando a sua competitividade no cenário mundial.

A partir da leitura e avaliação dos trabalhos selecionados, conclui-se que, somente por meio de uma colaboração estratégica e investimentos contínuos será possível proporcionar uma educação de qualidade, a qual prepare a futura geração de brasileiros para enfrentar os desafios existentes. Uma relação harmoniosa entre EPT e ensino médio não é apenas uma necessidade educacional curricular, mas um imperativo estratégico para o progresso do Brasil. Uma educação profissional de qualidade, que envolva o mundo do trabalho, aliado às necessidades dos estudantes, pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento socioeconômico do país, formando uma nova geração de cidadãos reflexivos, autônomos, e que saibam lutar por seus direitos, em meio a uma sociedade cada vez mais globalizada.

Referências

AFONSO, A.; GONZALEZ, W. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, p. 719-742, 2016.

ARAÚJO, R. *Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BRASIL, *Decreto 7.566*, de 23 de setembro 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escola de Aprendizes e Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União: seção 1. Rio de Janeiro, RJ, 26 set.1909, p.6975.

BRASIL, *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio Integrado. In: CALDART, Roseli Saete *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília. v. 5, p. 28, janeiro 2011.

CUNHA, M. S.; PIMENTEL, A. Panorama histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil. *Vivências*, 18(36), p. 25-45, 2022.

ESCOTT, C. História da Educação Profissional no Brasil: as Políticas Públicas e o Novo Cenário de Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9. João Pessoa, 2012. *Anais [...]*. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-istedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ESCOTT, C. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. *R. Educ. Públ.* Cuiabá, v. 29, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972020000100225&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jul.2024.

FERES, M. Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no

brasil e sua articulação com o ensino médio. 2018. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ept-estudo-marceloferes.pdf>. Acesso em: 9 jul.2024.

FERNANDES, N.; XAVIER, T. *Educação Profissional Técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores*. *Educitec*, Manaus, v. 5, n. 11, p. 101-113, jun. 2019.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. In: FRIGOTTO, G. (coord.). *Oferas formativas e características regionais: a Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro*. 2015, p. 85-99.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, 2011.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. 6. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do homem, v. 48).

KUENZER, A. (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, A. O Ensino Médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, 2010.

MANFREDI, S. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, D. H. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória-ES, ano 11, v. 19, n. 39, p. 30-49, 2014. Acesso em: 23 jul. 2024.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Ver. *Holos*, Natal, ano 23, v. 2, 2007.

MOURA, D. H. **profissional** *Trabalho e formação docente na educação*. [Recurso eletrônico] Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica v. 3).

OLIVEIRA, A. R. (org.). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis*. Curitiba: CRV, 2020. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/nossos-cursos/profepet-2/LivroProfEPT2020.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PACHECO, E. (org.) *Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais*. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

PEREIRA, N. *A historicidade da dualidade na educação: a contrarreforma do ensino médio. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Foz do Iguaçu – PR, 2022. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6180/5/Noemi_Ferreira_Felisberto_Pereira_2022.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.*

RAMOS, J. *et al.* A educação profissional e tecnológica e os desafios do ensino técnico integrado ao médio. *JNT - Facit Business And Technology Journal*. ed. 48. v. 1. p. 93-112, 2024.

RAMOS, M. *Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão*. *EPT em Revista*, v. 1. n. 1, p. 27-49, 2017.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paul: Cortez, 2005.

RAMOS, M. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 1, n. 1, 2017.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração*. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010.

SANTOS, G.; MARCHESAN, M. Linguagens. *Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau-SC, v. 11, n. 1, p. 357-374, 2017.

SANTOS, M.; MORILA, A. A Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma trajetória utilitarista e seus percalços. *Kiri-Kerê Pesq. Ensino*, n. 4, p.119-149, 2018.

SILVA, C. Educação profissional e tecnológica: da dualidade histórica aos dias atuais. In: Anais V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Conedu), 5., Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47187>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SILVA, F. *et al.* Trabalho docente na educação profissional: das escolas de aprendizes artífices aos Institutos Federais e os desafios do ensino verticalizado. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 2, n. 19, p. e9769, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9769>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SÔNEGO, F. Caminhos da educação profissional e tecnológica. *Vivências*, v. 18, n. 36, p. 227-239, 2022.

SOUZA, E.; BENITES, L. C. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SOUZA, F.; MEDEIROS NETA, O. Educação profissional e tecnológica no Brasil no Século XXI: expansão e limites. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 5, n. 2, p. 109-125, 2021.

TAVARES, K. *Curriculo integrado e história institucional: a formação técnica integrada ao ensino médio em um Instituto Federal*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Morrinhos-GO, 2020. Disponível em: https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_15/2023-10-17-09-36-08disserta%C3%A7%C3%A3o_Kamilla_Assis_Tavares.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

VIEIRA, D. Desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. 2023. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/desafios-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional-e-tecnol%C3%B3gica-campostrini-vieira-utbzf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR GERAL

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Na condição de gestor, você acredita que a Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres tem influência na formação integral dos estudantes usuários deste benefício? Comente.
2. A Moradia Estudantil do Campus Ceres dispõe de funcionamento em tempo integral, inclusive aos finais de semana e feriados? Se sim, quais opções de lazer são disponibilizadas aos residentes? Você acredita que as opções de lazer disponíveis são suficientes para que haja entretenimento, descontração e integração entre eles?
3. Existe uma equipe de apoio, que acompanha e monitora os residentes? Quais tipos de atendimentos a instituição disponibiliza a eles?
4. Percebe-se que a quantidade de leitos disponíveis para residências estudantis femininas (42 leitos) dentro do Campus Ceres é um número bem inferior aos leitos disponibilizados ao público masculino (140 leitos). O que justifica tal discrepância? Existe algum projeto que vislumbre a ampliação da quantidade de leitos, ou mesmo construção de novos prédios que atendam à demanda do público feminino?
5. Em sua opinião, é viável ao Campus Ceres continuar mantendo a política de Moradia Estudantil? Ou seria mais interessante a oferta de “auxílios permanência”, ou seja, um determinado valor pago aos beneficiários desta modalidade de auxílio, que possa contribuir com pagamento de aluguel, alimentação, transporte etc. Comente.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Quais tipos de atendimentos a Assistência Estudantil do Campus Ceres oferece aos estudantes residentes?
2. Em sua opinião, de que maneira a Moradia Estudantil pode proporcionar experiências que contribuam na formação integral dos estudantes?
3. As regras da Moradia Estudantil são elaboradas de maneira coletiva? Se sim, há participação de estudantes residentes ao longo desse processo de elaboração?
4. Como é realizada a seleção dos(as) estudantes que concorrem às vagas na Moradia Estudantil?
5. Na condição de servidor atuante na assistência estudantil, quais suas maiores dificuldades ao trabalhar diretamente com estudantes residentes?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DOCENTE

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Como foi sua vida na Moradia Estudantil do IF Goiano – Campus Ceres, até se tornar docente desta instituição?
2. Como era feito o processo seletivo naquela época? O curso era oferecido de forma integrada?
3. Você acredita que tudo isso contribuiu para sua formação como ser humano?
4. Como era na sua época: havia assistente de alunos? Havia atendimento médico?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EGRESSOS

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Você se lembra como foi seu primeiro dia/noite na instituição e na Moradia Estudantil?
2. Você acredita que todas as responsabilidades que eram cobradas tiveram influência na sua vida, contribuindo para você se tornar o que você é hoje em dia?
3. Nos finais de semana você ia para casa ou ficava na instituição?
4. Que importância você atribui à formação humana recebida durante sua estadia na Moradia Estudantil?
5. Quais são os benefícios que um residente tem e que o estudante externo não tem? Quais foram suas maiores dificuldades?

ANEXO A – COMPROVANTE DA SUBMISSÃO DO ARTIGO

Educação em Revista

Submissões

Fila 1 Arquivado Ajuda

Minhas Submissões Designadas Filtros Nova Submissão

16484 **Marçal Rodrigues Neto et al.** 1 Submissão Visualizar

A INTEGRAÇÃO CURRICULAR E OS DESAFIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO P...



Educação em Revista

É um periódico científico de publicação contínua de volumes anuais, do Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE), cuja missão é divulgar a produção científica em Educação e áreas correlatas, objetivando contribuir com a discussão e o desenvolvimento do conhecimento na área.

Educação em Revista

e-ISSN: 2236-5192

ISSN (impresso): 1518-7926

ISSN L: 2236-5192

Ano de fundação: 2000

Periodicidade: Semestral, podendo publicar números especiais oportunamente.

Editor responsável: Emery Marques Gusmão, Ana Clara Bortoleto Nery e Graziela Zambao Abdian

E-mail institucional: educacaoemrevista.marilia@unesp.br

Indexadores:

Base de dados: [CAPES](#) | [Google Scholar](#) | [Scilit](#)

Diretórios: [DOAJ](#)

Índices e Portais: [Latindex](#)

Redes Sociais Acadêmicas: [REDIB](#)

Licença:



[Acessar revista](#) [Edição Atual](#)

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada: *A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: Memórias de Egressos*. Após receber os esclarecimentos e as informações, a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável: Manoel Marçal Rodrigues Neto, telefone: 62 98568-8101 ou pelo e-mail manoel.rodrigues@ifgoiano.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1 Justificativa, objetivos e procedimentos

Por meio da presente pesquisa, buscamos compreender as concepções apreendidas pelos estudantes egressos da Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres, a saber: como ocorre o processo de adaptação em uma Moradia Estudantil, os possíveis conflitos, as relações interpessoais, as dificuldades, diferenças culturais e se de fato, todas as vivências experienciadas no ambiente da Moradia Estudantil vieram a contribuir em um processo de formação humana, como ser social na vida do(a) estudante residente, coadunando-se com uma formação *omnilateral*.

Essa pesquisa se dá pelo anseio em compreender o processo de formação dos estudantes residentes na Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres. Por meio de narrativas orais, os sujeitos da pesquisa têm a possibilidade de revelar percepções e situações vivenciadas na condição de residente da, que poderão trazer informações que vão além do fator socioeconômico, mas que dialogue com uma formação humana, ampla, valendo-se dos princípios da *omnilateralidade*. Vale ressaltar ainda, a relevância do estudo para a instituição no que concerne a continuação em investimentos tanto em infraestrutura física, recursos humanos e em políticas de ações afirmativas referentes à Moradia Estudantil na instituição.

Os objetivos deste trabalho pressupõem: observar e apreender o processo formativo de estudantes egressos que residiram na Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres; analisar a dinâmica e os processos que envolvem a formação humana; descrever as contribuições de políticas de permanência na formação profissional dos estudantes; identificar eventuais mudanças nas concepções sobre a educação integral; elaborar um guia do estudante residente (Produto Educacional) em formato digital (*e-book*), de forma ilustrativa e informativa, contendo orientações quanto a horários, serviços disponibilizados, tipos de atendimento e dicas aos estudantes residentes recém-chegados na Moradia Estudantil.

O instrumento de coleta de dados será aplicado em forma de entrevistas semiestruturadas pré-agendadas, com os egressos da Moradia Estudantil, dentro de um recorte temporal que compreende entre 2010 e 2020, além doo Diretor Geral, do Coordenador de Assistência Estudantil e de um Docente beneficiário da Moradia Estudantil

2 Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta nenhum risco físico, químico, material ou biológico aos seus participantes, porém, é possível que haja pequenos riscos de caráter emocional, tendo em vista que a aplicação de entrevistas possa vir a desencadear no participante, algum tipo de desconforto relacionado ao resgate de memórias, traumas, vergonha, ansiedade, incômodo pelo fato de estarem expondo suas opiniões e receio de ser identificado, frustração, cansaço, aborrecimento devido ao tempo de dedicação na realização da atividade proposta, relatos de momentos difíceis e que podem culminar em algum tipo de tristeza.

Para tal, o pesquisador adotará todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas (dispostas em forma de entrevista) bem como na sua aplicação, visando minimizar esses possíveis danos e desconfortos descritos acima. Reafirmamos, então, que as identidades dos participantes serão guardadas em sigilo, manteremos a confidencialidade das informações resguardadas. Caso ocorra confirmação de qualquer uma dessas eventualidades citadas ou algum risco ou danos a qualquer participante do estudo, a pesquisa será interrompida imediatamente. Os benefícios para os participantes serão: recordação de momentos vividos na Moradia Estudantil, reconhecimento

de sua identidade enquanto cidadão crítico e autônomo, possibilidade de compartilhar experiências com outros estudantes residentes, contribuirá também para o fortalecimento dos laços do estudante egresso com a instituição.

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Os participantes terão acesso ao responsável pela pesquisa, por meio virtual, presencial ou reunião pré-agendada para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso algum participante apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado com a equipe multiprofissional da Assistência Estudantil do campus, composta por: médico, psicóloga, assistente social, enfermeira, dentista, nutricionista e assistente de alunos que poderão dar o suporte necessário em caso de algum desconforto.

3 Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado no centro médico do campus, por meio da equipe multiprofissional. Quaisquer outros danos físicos ou materiais que porventura ocorram, o pesquisador se compromete a saná-los, com a máxima brevidade possível.

4 Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5 Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, o pesquisador garante indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Dessa forma, o pesquisador responsável pela pesquisa evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa que envolvam seres humanos, portanto serão seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano) e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa científica e para o desenvolvimento do Produto Educacional.

O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. A Conep possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade e em projetos de pesquisa propostos pelo Ministério da Saúde, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h.

6 Local de realização da entrevista e tempo estimado

A coleta de dados provenientes de sua participação na pesquisa, se dará pela utilização de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, sendo que os dados coletados serão analisados e utilizados exclusivamente pelo pesquisador para a escrita da sua dissertação de mestrado. O local a ser realizado a pesquisa será no IF Goiano – Campus Ceres, em uma sala que será requisitada ao setor de Assistência Estudantil. Caso o participante não possa se deslocar até o campus, a entrevista poderá ocorrer via aplicativo de comunicação audiovisual, ocasião em que serão assinados e compartilhados os termos de pesquisa e a gravação da entrevista para posterior transcrição e tratamento. O tempo estimado para a realização da entrevista é de aproximadamente de 20 minutos para cada participante.

7 Permissão de uso de áudio e imagem

O uso de som e imagem pode se dar das seguintes formas: a) via fotos a serem publicadas na dissertação; b) ao utilizar algum aplicativo de comunicação audiovisual durante as entrevistas (caso o participante não consiga se deslocar até a instituição para realização da entrevista de forma presencial); c) por meio de gravador de voz no momento da coleta de dados, quando feita de forma presencial; d) no Produto Educacional intitulado *Guia do Estudante Residente* que será produzido pelo pesquisador Manoel Marçal Rodrigues Neto. Nele poderão ser publicadas algumas imagens dos egressos participantes da pesquisa. O Produto Educacional é um dos requisitos para obtenção do título de mestrado pelo ProfEPT, sendo que o material produzido não trará qualquer ônus para o proprietário da imagem ou para o produtor.

- () Sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz;
- () Não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz;
- () Autorizo a gravação mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.

Para participantes maiores de 18 anos:

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada *A Moradia Estudantil do IF Goiano - Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____, de _____ de 20 ____

Assinatura do responsável pela pesquisa: _____

Assinatura do(a) participante: _____

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO REITOR DO IF GOIANO

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Prof. Dr. Elias de Pádua Monteiro, está de acordo com a realização, nesta instituição, da pesquisa *A moradia estudantil do IF Goiano-Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*, de responsabilidade do pesquisador Manoel Marçal Rodrigues Neto, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza e coorientação do Prof. Dr. Matias Noll, com finalidade de levantamento de dados para a pesquisa de mestrado, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do IF Goiano (CEP/IF GOIANO).

Ciente de que o pesquisador se comprometeu em cumprir todas as Resoluções Éticas Brasileiras relacionadas à pesquisa com seres humanos, em especial, nos termos da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo envolve a obtenção de dados de estudantes egressos do IF Goiano-Campus Ceres, a serem obtidos via entrevistas semiestruturadas e exploração documental. A pesquisa terá duração de 12 meses, com previsão de início para abril de 2023.

Ceres-GO, ____ de _____ de 2023.

Elias de Pádua Monteiro
Reitor do IF Goiano – Campus Ceres

Manoel Marçal Rodrigues Neto
Pesquisador Responsável

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO CAMPUS CERES

O Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano-Campus Ceres, Prof. Dr. Cleiton Mateus Sousa, está de acordo com a realização, nesta instituição, da pesquisa *A moradia estudantil do IF Goiano- Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*, de responsabilidade do pesquisador Manoel Marçal Rodrigues Neto, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza e coorientação do Prof. Dr. Matias Noll, com finalidade de levantamento de dados para a pesquisa de mestrado, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do IF Goiano – CEP/IF GOIANO.

Ciente de que o pesquisador se comprometeu em cumprir todas as Resoluções Éticas Brasileiras relacionadas à pesquisa com seres humanos, em especial, nos termos da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo envolve obtenção de dados de estudantes egressos do IF Goiano - Campus Ceres, a serem obtidos via entrevistas semiestruturadas e exploração documental. A pesquisa terá duração de 12 meses, com previsão de início para abril de 2023.

Ceres-GO, ____ de _____ de 2023.

Cleiton Mateus Sousa
Diretor Geral do Campus Ceres

Manoel Marçal Rodrigues Neto
Pesquisador Responsável

ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

Declaramos, para os devidos fins, que cumprimos os requisitos da Resolução nº 510, de 07/04/2016, e documentos complementares na execução da pesquisa intitulada *A moradia estudantil do IF Goiano- Campus Ceres como espaço formativo: memórias de egressos*.

Comprometemo-nos a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não, de acordo com o previsto no respectivo projeto de pesquisa submetido na plataforma Brasil.

Aceitamos as responsabilidades pela condução científica do projeto acima identificado, conforme estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Ceres-GO, 21 de fevereiro de 2023.

Manoel Marçal Rodrigues Neto

Mestrando do ProfEPT

Pesquisador Responsável e Coordenador do Projeto

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Participante e Orientador da Pesquisa

Prof. Dr. Matias Noll

Pesquisador Participante e Coorientador da Pesquisa